



ALEX BARREIRO

Da Perversão dos Prazeres à Degeneração da Raça:

O imaginário da sexualidade infantil brasileira nos discursos de J. P. Porto-Carrero

CAMPINAS/SP

2014



Da Perversão dos Prazeres à Degeneração da Raça:

O imaginário da sexualidade infantil brasileira nos discursos de J. P. Porto-Carrero

Orientador(a): Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes Júnior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO ALEX BARREIRO E ORIENTADA PELO PROF.DR. JOAQUIM BRASIL FONTES JÚNIOR.

Assinatura do Orientador

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. Fontes", is written over a horizontal line.

CAMPINAS/SP

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

B274d Barreiro, Alex, 1986-
Da perversão dos prazeres à degeneração da raça : o imaginário da sexualidade infantil brasileira nos discursos de J.P Porto-Carrero / Alex Barreiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Joaquim Brasil Fontes Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Porto Carrero, Julio Pires, 1887-1937. 2. Crianças. 3. Psicanálise. 4. Imaginário. 5. Eugenia. I. Fontes Júnior, Joaquim Brasil, 1939-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Perversion of the pleasures of the degeneration race: : the imaginary of brazilian infantile sexuality in discourses of J.P Porto-Carrero

Palavras-chave em inglês:

Porto Carrero, Julio Pires, 1887-1937

Children

Psychoanalysis

Imaginary

Eugenia

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Joaquim Brasil Fontes Júnior [Orientador]

André Luis Masiero

Ana Lúcia Goulart de Faria

Data de defesa: 28-07-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Da Perversão dos Prazeres à Degeneração da Raça:

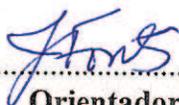
O imaginário da sexualidade infantil brasileira nos discursos de J.P Porto-Carrero

Autor : Alex Barreiro

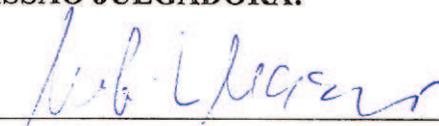
Orientador: Prof. Dr. Joaquim Brasil Fontes Júnior

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Alex Barreiro e aprovada pela Comissão Julgadora

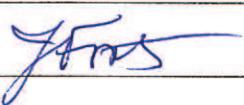
Data: 28 / 07 / 2014

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



Ana Lúcia G. de Faria



ABSTRACT

The main scope of this thesis aims from the theoretical framework of the philosopher Michel Foucault, in particular, concepts of "biopolitics" and "discipline" studying the speeches of one of the forerunners of the psychoanalytic movement in Brazil, the psychiatrist Julio Pires Porto-Carrero. It is intended to show how such speeches delivered between the years 1925 and 1928, compiled in his "Trials of Psychoanalysis", were in line with the eugenics movement in the country during the first decades of the twentieth century. Tied to claims that moved hygienists and Brazilian eugenics interests, historical and documentary analyzes indicate that psychoanalytic discourses aimed, through the perspective of moral and sexual education, build effective mechanisms for the regeneration of the national race, intervening directly on sexuality and moral of the population, especially children, because they represent the idea of a promising future to the nation. With this step, children and the infantile sexuality newly discovered by freudian studies have been objects of intervention, correction and standardization therefore conceived as dangerous sexually it could ruin the project of racial regeneration led by the medicine and the Republican State. The texts of JP Porto-Carrero feature the imagery of Brazilian infantile sexuality in the second decade of the twentieth century, developed from the studies of Sigmund Freud's theories of infantile sexuality.

Keywords: Porto-Carrero, Children, Psychoanalysis, Imaginary, Eugenia.

RESUMO

O escopo central desta dissertação busca a partir do referencial teórico do filósofo Michel Foucault, em especial, dos conceitos “biopolítica” e “disciplina” estudar os discursos de um dos precursores do movimento psicanalítico no Brasil, o médico psiquiatra Júlio Pires Porto-Carrero. Pretende-se mostrar como tais discursos, proferidos entre os anos de 1925 e 1928, compilados em sua obra “Ensaio de Psicanálise”, encontravam-se em consonância com os ideais eugênicos em circulação no país durante as primeiras décadas do século XX. Arelados às pretensões que moviam os interesses higienistas e da eugenia brasileira, as análises histórico-documentais indicam que os discursos psicanalíticos procuraram, sob o prisma da educação moral e sexual, construir mecanismos eficientes relativos à regeneração da raça nacional, intervindo diretamente sobre a sexualidade e a moral da população brasileira, sobretudo, das crianças, por representarem a ideia de um futuro promissor à nação. Nesta investida, as crianças e a sexualidade infantil recém-descoberta pelos estudos freudianos passaram a ser objetos de intervenção, correção e normalização, pois, concebidas sexualmente como perigosas poderiam arruinar o projeto de regeneração racial encabeçado pela medicina e pelo Estado republicano. Os textos de J. P. Porto-Carrero apresentam o imaginário da sexualidade infantil brasileira na segunda década do século XX, desenvolvido a partir dos estudos de Sigmund Freud sobre as teorias da sexualidade infantil.

Palavras-chave: Porto-Carrero, Crianças, Psicanálise, Imaginário, Eugenia.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	1
INTRODUÇÃO: Carta aos Mestres.....	5
1. POR UMA HISTORIOGRAFIA DA PSICANÁLISE BRASILEIRA.....	16
1.1 Da precocidade sexual à impureza hereditária: a criança investigadora	21
1.2 Os percursos e os precursores da psicanálise brasileira	30
1.3 A compilação: os “Ensaio de Psicanálise”	34
2. EM NOME DA ORDEM E DO PROGRESSO: OS DISCURSOS EUGENICOS	38
2.1 Eugenia e identidade nacional.....	44
2.2 O governo dos vivos: disciplinando corpos e prazeres	49
2.3 Pelo futuro da pátria-mãe: o controle dos sistemas de alianças	60
3. O IMAGINÁRIO DA SEXUALIDADE INFANTIL NOS DISCURSOS DE J.P PORTO-CARRERO.....	65
3.1 Os complexos e as perversões da sexualidade infantil.....	66
3.2 O discurso psicanalítico e a produção da natureza heterossexual	72
3.3 O combate à fantasia como política de um projeto pedagógico?	81
3.4 Raça, sexualidade e nação em Porto-Carrero.....	84
3.5 Contestações e resistências aos discursos freudianos.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

Em memória de minha querida irmã, Bianca Barreiro.

A todas as crianças perversas polimorfas,
invertidas e, sobretudo, castradas pela psicanálise.

AGRADECIMENTOS

Qualquer forma de agradecimento que eu pudesse descrever ficaria incompleto, incapaz de abarcar em si as diferentes e distintas contribuições que recebi no decorrer da minha trajetória profissional.

Desta forma, antes de redigi-lo, peço desculpas à aqueles e aquelas que escaparam desta memória traiçoeira, impossibilitando-me registrar não apenas os nomes, mas a importância das mudanças e contribuições acarretadas por esses encontros.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Lusimar (Lu) e Aparecido (Kiko) que aprenderam a vencer os próprios preconceitos, me apoiando, enfrentando discursos cruéis e violentos pelo fato do próprio filho não se reconhecer nos regimes de uma identidade heterossexual. Agradeço pela disposição financeira de ambos em me ajudar frente as necessidades, pois sem suas contribuições redigir esta dissertação não seria possível.

Agradeço imensamente minha irmã Bianca Barreiro, que no dia 17 do mês de abril deste ano deixou o plano terrestre para viver no plano espiritual. Jovem linda, amorosa, irmã adorável que tanto amo e que me ensinou com sua partida a reatar os laços com a fé e com a espiritualidade.

Também quero agradecer meus amigos Elvis Roberto da Silva pela paciência e alegria com que recebeu minhas ligações esses anos, ouvindo meus desabafos, minhas angustias e dificuldades enfrentadas durante a pesquisa e pela sua generosidade em querer e poder ajudar. Agradeço a Flávio Santiago e Solange Santos por me apresentarem autores, bibliografias e conceitos até então desconhecidos ou esquecidos, pela paciência e dedicação com a leitura dos meus escritos, contribuindo significativamente com a qualidade do meu trabalho.

Agradeço minha amiga Fernanda Lemos, companheira de leitura durante todo o mestrado, acompanhante nas horas de almoço e janta no restaurante universitário, o “bandejão”. Amiga dedicada, autêntica e, sobretudo, agradável.

Obrigado a meu colega e orientador Joaquim Brasil, por acreditar na minha capacidade diante o desafio do projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo, pelas sábias palavras e reflexões, pelo carinho com que me recebeu em sua casa, leu e corrigiu

meus textos, sempre disposto a escutar-me, indicando leituras para enriquecer as discussões.

À professora Ana Lucia Goulart de Faria, por me acolher em seu grupo de pesquisa, o GEPEDISC, apontando os diferentes percursos para se pensar a infância e a criança, por sua generosidade e confiança ao convidar-me para a organização de eventos, e claro, pelo carinho e hombridade com que se relaciona com seus aluno (a)s e orientando (a)s.

Obrigado amigos e amigas do GEPEDISC, pelas contribuições acadêmicas e pela parceria em muitas de nossas publicações e organizações de eventos.

Aos meus antigos companheiros de trabalho e amigos do colégio Educar: Ângela, Arlene, Arlete, Sandra, Elaine, Gaby, Mary, Tiago, Rosaura e Vânia pelo apoio, incentivo e por estarem presentes diante meus sucessos e fracassos profissionais. Em especial, quero agradecer a minha amiga Fernanda Dalpoz, por ter me acompanhado desde o início do processo seletivo do mestrado em 2011 até os dias de hoje, sempre com palavras carinhosas e disposta a me ouvir quando a insegurança tornava a cruzar meus caminhos.

Ao psicólogo André Luis Masiero, por gentilmente responder meus e-mails, e por fotocopiar e encaminhar por correio parte da documentação utilizada nesta pesquisa científica, sem cobrar pelos serviços prestados.

Para finalizar, agradeço ao garoto que me faz feliz simplesmente por tê-lo ao meu lado, e que por tantas vezes inventou desculpas aos pais para me encontrar, que venceu as narrativas fundamentalistas de sua religião neopentecostal, que para negar o inferno e o diabo também teve que negar a Deus, ou melhor, reinventá-lo. Obrigado por me amar incondicionalmente, por tantas vezes me acompanhar em congressos, seminários, simpósios, etc. por me dar equilíbrio nos meus dias de descontrole, por ouvir minhas grosserias em horas de discussões e calar-se, sabendo o momento certo em que um abraço e um beijo me tranquilizaria. Obrigado ao meu companheiro Felipe.

LISTA DE IMAGENS

Imagem- 01: Coleção La grande Dance Macabre des vifs, 1905. Artista: MAELE, Marti Van.

Imagem- 02: Coleção La grande Dance Macabre des vifs, 1905. Artista: MAELE, Marti Van.

Imagem- 03: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaio de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.27.

Imagem- 04: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaio de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.28.

Imagem- 05: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaio de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.30.

Imagem- 06: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaio de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.30.

Imagem- 07: SPERRY, Lyman B. *Palestras com os moços*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1916.

Imagem - 08: Imaginário Europeu durante as Grandes Navegações.

LISTA DE TABELAS

Tabela – 01: Datas, título e locais das apresentações de J.P Porto-Carrero.

Tabela – 02: Sistematização das características e causas dos complexos infantis.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

BACS – Brazilian American Colonization Syndicate

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

PRP – Partido Republicano Brasileiro

SBPSP – Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo

PRÓLOGO

As notícias televisivas na mídia impressa e virtual sobre o tema pedofilia me chamaram a atenção durante o período em que cursava a especialização em História, Sociedade e Cultura na *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, entre os anos de 2010 e 2012. A frequência com que o termo *pedofilia* era acionado pelos veículos de comunicação de massas me mobilizou a questionar o borramento de fronteiras entre distintos comportamentos e criminalidades, como abuso sexual, estupro, relacionamentos intergeracionais e consentimento sexual.

A figura do pedófilo enquanto categoria psiquiátrica misturava-se ao universo da criminalidade e das sexualidades dissidentes no cenário contemporâneo, ou seja, das sexualidades que escapavam de regimes inteligíveis e normativos. Desta forma, uma série de questionamentos e dúvidas sobre o nebuloso universo entre o crime e a sexualidade humana passou a me incomodar, me conduzindo a leituras de bibliografias específicas sobre o tema, posteriormente materializando-se em um projeto de pesquisa de pós-graduação em nível de mestrado.

Quando a figura do pedófilo apareceu na literatura psiquiátrica brasileira? Como esta categoria foi inventada? O que se entendia por *criança* e *infância* neste momento histórico? Estas e outras inquietações tornaram-se as dúvidas iniciais do meu projeto de pesquisa, encabeçado no ano de 2012, junto ao GEISH (*Grupo de Estudos Interdisciplinar em Sexualidade Humana*), vinculado ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do professor Joaquim Brasil Fontes Junior.

No proceder dos anos de 2012 e 2013, com a realização de leituras bibliográficas e análises documentais, e algumas reuniões junto ao meu orientador, percebemos que minhas questões iniciais e minhas problematizações não conversavam com as fontes eleitas enquanto *corpus documental*, o que me fez redirecionar o olhar tanto em relação ao tema quanto ao objeto de estudo.

Ancorado no primeiro volume da obra *História da Sexualidade, a vontade de saber* (2010), do filósofo Michel Foucault, minha preocupação era, por meio das fontes documentais entre o final novecentista e início do século XX no Brasil, localizar o

aparecimento da figura do *adulto perverso* em relação às outras três figuras que emergiram no século XIX, sendo elas, o casal malthusiano, a mulher histérica e a criança masturbadora. Meus esforços nesta investida foram primordiais para um exercício de observação mais atento e um olhar cuidadoso de historiador para essas documentações. A figura do *adulto perverso*, a qual me propunha a buscar nas fontes, não aparecia nos discursos documentais e a sexualidade deste adulto só era alvo de problematizações quando a figura da *criança masturbadora* entrava em cena.

Foi então que me atentei para o fato de que, na passagem do século XIX para o século XX, as teorias e os estudos de Sigmund Freud haviam "descoberto"¹ a sexualidade infantil, a libido, que localizadas em zonas erógenas provocavam prazer desde o nascimento por meio de uma série de manifestações, como a sucção do leite ao mamar, da fricção dos órgãos genitais, do ato de defecação, enfim, por uma série de gestos e comportamentos até então despercebidos como prazerosos.

Os estudos psicanalíticos freudianos (complexo de Édipo, de castração, recalque, histeria) e as etapas psicosssexuais do desenvolvimento infantil causaram impacto entre estudiosos de toda parte do mundo e, muitas vezes, passaram a ser interpretadas com o intuito de legitimar propostas específicas que contemplassem os interesses de uma classe social e de uma política vigente.

Não era a figura do adulto perverso, as quais as fontes se referiam, mas, sim, aquela cuja sexualidade havia sido "descoberta" - teorizada - e representava uma ameaça social caso não fosse educada, corrigida sexualmente, orientada moralmente e assujeitada às prescrições normativas que regiam os dispositivos de controle e coerção das neuroses e perversidades oriundas da sexualidade infantil. A descoberta da sexualidade pela criança é considerada nas primeiras décadas do século XX no Brasil como um perigo a ser educado. Porém não se trata de impor uma educação pautada em um moralismo religioso, pelo contrário, urgiu-se a necessidade de uma elaboração moral científica, um regime político e patológico do corpo e do desejo.

¹ Antes das produções de Sigmund Freud, a sexualidade da criança já era objeto de investigação entre médicos e psiquiatras. O filósofo Michel Foucault já evidencia essa preocupação com a sexualidade infantil em algumas de suas obras, como o primeiro volume de "História da Sexualidade" e em seus cursos publicados sob o título "Os Anormais".

Esta retomada no trabalho tanto do objeto de pesquisa quanto da problemática me conduziu a uma releitura bibliográfica, além de outros referenciais teóricos, contudo, eu já havia conseguido delimitar a temporalidade, o recorte espacial, as fontes de análises e as problematizações.

Primeiro, foi necessário me debruçar sobre as teorias que se encontravam em discussão no Brasil no século XIX; entender o plano de imanência, tal como se remete o filósofo Gilles Deleuze, para compreender as condições de produção e aparecimento de algumas ideias que se apresentavam como efeitos dos saberes e das teorias científicas advindas da Europa.

Em seguida, retornei aos arquivos, em especial, àqueles que abrigavam as documentações sobre os discursos eugênicos e psicanalíticos, dispostos na biblioteca nacional², na cidade do Rio de Janeiro, e outros na biblioteca da Faculdade de Medicina e Direito na Universidade de São Paulo.

Foi possível por meio dessas documentações, deparar-me com os mais importantes nomes da medicina nacional da época, principalmente aqueles dedicados à ciência eugênica e a psicanálise e que tratavam das propostas de regeneração da raça brasileira por meio de métodos e intervenções que consideravam necessárias para o avanço e o progresso social da nação.

As intencionalidades que regiam os saberes da medicina no período estavam em consonância com os ideais políticos da recém instaurada República à qual almejava tecer uma identidade nacional para o povo brasileiro e percebia na criança o futuro promissor desta nobre causa, mobilizando os grupos políticos do poder governamental a cooperar com as investidas científicas.

² I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1929.

Ó vós, que detendes, com o pátrio poder, o direito de fazer pequenos monstros, que negais aos vossos filhos a boa educação sexual, mas que os excitais, fazendo-os entrever a verdade e mostrando-a sob o aspecto de arte canalha; ó vós, que recebestes o presente divino de uma alma pequenina por moldar e levais ao fogo a massa ainda uniforme, que não tivestes a coragem de preparar suavemente, gradualmente, esculpindo-a com carinho de artista – dizei-me, ó respeitáveis senhores medievais desses pequenos servos da gleba! Quem perverte os vossos filhos? (PORTO-CARRERO, 1934, p. 183).

INTRODUÇÃO: Carta aos Mestres



Imagem – 01: MAELE, Marti Van. La grande Dance Macabre des vifs, 1905.



Imagem – 02: MAELE, Marti Van. La grande Dance Macabre des vifs, 1905.

20 de abril de 1928

Caros mestres da Associação Brasileira de Educação,

Hoje, ao tomar contato com as ilustrações do artista Martin Van Maele, cujo título é "La grande Dance Macabre des vifs", datada de 1905, coincidentemente a mesma data da publicação de "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" de nosso mestre de Viena - Sigmund Freud - percebo a necessidade e urgência em educar sexualmente nossas crianças em relação aos assuntos do sexo e da moral.

Sou se o quiserem, um fanático da psicanálise, que estuda há bons dez anos, embora só a pouco mais de quatro haja tido a honra de ser lida na Academia de Medicina e na Sociedade de Neurologia, pelo meu sábio amigo Dr. Suedes de Mello, a minha primeira comunicação publicada, cujos métodos utilizados para a cura dos pacientes foram extraídos das leituras sobre psicanálise de Freud.

A psicanálise pode ser desconhecida de todos os profissionais, mais a ignorem-na o médico e o mestre é um verdadeiro pecado. Pecam contra a pátria, pecam contra o homem os que curam ou ensinam e não sabem o que valem a emoção, nas suas inconseqüências sobre o inconsciente. Nunca ouve droga que pudesse desarraigá-lo um complexo ou livrar nossas crianças das neuroses e das perversões sexuais como essas ilustradas por Van Maele antes da psicanálise.

Essas são crianças de dez ou onze anos que não foram instruídas sobre os assuntos da sexualidade. Os pais, imprudentes as deixaram aprender com os colegas ou com as empregadas, praticarem atos libidinosos sem saber os complexos que podem acarretar na idade adulta. Por vergonha, falta de instrução ou pela ignorância deixaram seus filhos à deriva da educação sexual,

por isso, digo que a educação sexual desde a mais tenra idade deva ser feita nas escolas, e os mestres orientados sobre os saberes da psicanálise. *Os obstáculos, aos tropeços, às oposições, aplicaremos ainda o método da psicanálise; compreenderemos o que vai ao inconsciente dos outros; e se não puderes remover-lhes do espírito as razões da resistência, em todo caso melhor sabereis evita-las.*

Alertai-vos as famílias que as crianças desde o nascimento já possuem sexualidade, e devem, à luz dos ensinamentos de Freud ser educadas desde a sucção do leite ao mamar e do ato de defecação, pois em todas essas atividades as crianças já experimentam o prazer da libido que adiante se localizará nas regiões sexuais.

Não sabem os pais que o alcoolismo, a inibição, os vícios em drogas como a cocaína ou jogos são, na verdade, complexos que poderiam ser evitados com os métodos psicanalíticos e com a educação sexual.

Ensinai-vos aos pais e aos mestres que o caráter desses pequeninos malvados já apresenta desde cedo as origens de futuros complexos e neuroses. Falemos sobre as crianças tímidas, impassíveis, sonsas, travessas, perversas, agitadas, rebeldes, emburradas, reclamantes, teimosas, distraídas, mentirosas e medrosas e o mal que cada uma delas possui, pois sofrem de complexos como o de castração, Édipo, recalque, precocidade sexual, narcisismo, entre outros.

Somente por meio dos ensinamentos e métodos da psicanálise conseguiremos eliminar os males da alma, as fantasias imputadas em nossas crianças desde o nascimento, evitar o desabrochar dos complexos, a imoralidade e a perversão como nos mostra as imagens desta carta, provocadas pela curiosidade e má instrução sobre os assuntos que tangem à educação sexual.

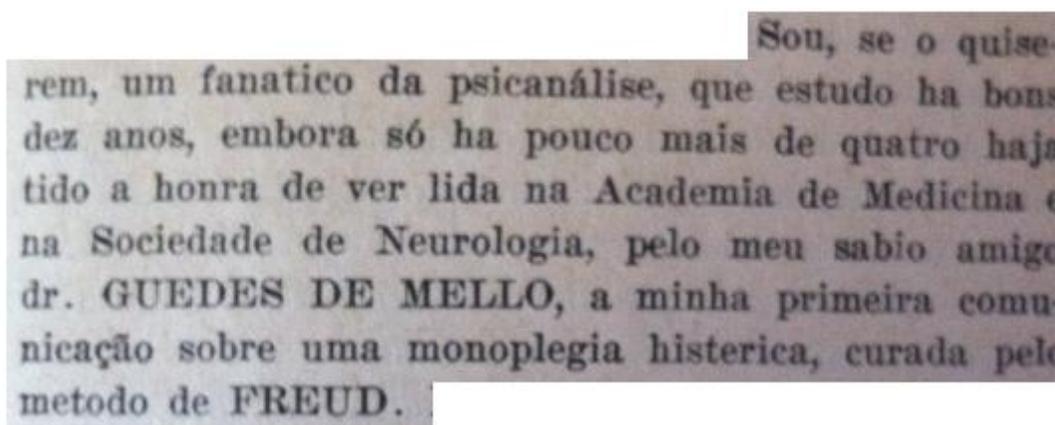
Por via da sexualidade construiremos um país melhor, uma raça e uma nação melhor, eliminando o primitivismo, os tabus e o misticismo herdado dos nativos indígenas ou dos povos africanos que aqui chegaram. A educação

sexual cuidará do futuro de nossa nação, guiando nossas crianças, curando-os dos males da alma e comportamentos funestos, como a precocidade e a inversão.

Eis de juntos, comemoramos o futuro e a superioridade de nossa raça com a vulgarização dos ensinamentos do mestre de Viena.

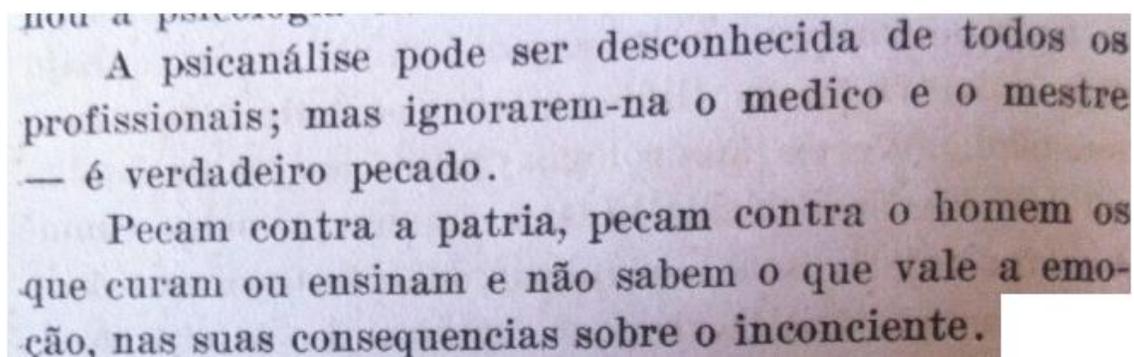
Depois da palavra, meus amigos, nada mais me cabe dizer-vos senão isto: trabalhemos!

A Carta acima não foi escrita por Júlio Pires Porto-Carrero. Mas, poderia ter sido. Muitos parágrafos³ desta carta foram extraídos da aula inaugural do autor no curso de psicanálise na Associação Brasileira de Educação (A.B.E), assim como a datação (20/04/1928), já o vocabulário e as ideias sobre os perigos da sexualidade infantil recém descoberta pelos estudos freudianos tiveram inspiração em seus textos e falas proferidos em diferentes lugares pelo Brasil e publicados em sua obra “Ensaio de Psicanálise”, datada de 1929 e reeditada em 1934, tendo em comum entre esses textos a atenção em relação à educação sexual das crianças e aos perigos da sexualidade infantil.



Sou, se o quiserem, um fanático da psicanálise, que estudo há bondade dez anos, embora só há pouco mais de quatro haja tido a honra de ver lida na Academia de Medicina e na Sociedade de Neurologia, pelo meu sábio amigo dr. GUEDES DE MELLO, a minha primeira comunicação sobre uma monoplegia histerica, curada pelo método de FREUD.

Imagem – 03: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaio de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.27.



A psicanálise pode ser desconhecida de todos os profissionais; mas ignorarem-na o médico e o mestre — é verdadeiro pecado.

Pecam contra a patria, pecam contra o homem os que curam ou ensinam e não sabem o que vale a emoção, nas suas consequências sobre o inconsciente.

Imagem – 04: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaio de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.28.

³ Os parágrafos da carta que foram extraídos de sua aula inaugural na A.B.E são aqueles destacados em negrito e foram transcritos sem alterações.

Aos obstaculos, aos tropeços, ás oposições, aplica-
reis ainda o metodo da psicanálise; compreendereis o
que vai no inconciente dos outros; e se não puderdes
remover-lhes do espirito as razões da resistencia, em
todo caso melhor sabereis evita-las.

Imagem – 05: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaios de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.30.

Depois da palavra magistral, meus amigos, nada
mais me cabe dizer-vos senão isto:
TRABALHEMOS!

20-4-928.

Imagem – 06: PORTO-CARRERO, J.P. Ensaios de Psicanálise. Editora: Flores e Mano, 1934, p.30.

Se de fato fosse escrita uma carta aos mestres pelo psiquiatra e psicanalista Porto-Carrero, ela não seria tão breve e sucinta conceitualmente como fui, tendo em vista a preocupação do autor com relação à formação do Id, Ego e Superego e as etapas do desenvolvimento psicosexual das crianças. Pelo contrário, a erudição do autor e seus saberes sobre a “ciência da alma⁴” viriam à tona, tentando não apenas justificar, mas dizer sobre a necessidade de implantar nos cursos de formação de professores e médicos os conhecimentos e os métodos do mestre de Viena, chegando a incitar a convocação de autoridades políticas para o financiamento de políticas públicas para a causa.

Os textos de Porto-Carrero nos fornecem uma rica documentação sobre o imaginário da sexualidade infantil brasileira a partir de interpretações da psicanálise freudiana no Brasil entre os anos 1920 e 1930. Imaginário que ainda hoje, repercute sobre toda a sociedade brasileira, indistintamente da classe social ou formação profissional.

Ao dizer que esse imaginário sobre a sexualidade infantil ainda povoa nossa formação, não me refiro às contribuições de Sigmund Freud e suas teorias, pois não sou um

⁴ Expressão utilizada por Júlio Pires Porto-Carrero.

estudioso de sua doutrina, mas sim, aos perigos que ainda acreditamos haver em determinados comportamentos sexuais das crianças e suas manifestações afetivas desde a mais tenra idade, como já proferia Porto-Carrero.

Faço desta introdução um breve espaço político, e por meio dele venho denunciar as práticas pedagógicas e psicológicas que ainda hoje nutrem ideias intolerantes com relação aos desejos e a sexualidade, impedindo desde a pré-escola que crianças fujam de suas performances de gênero (BUTLER, 2010) que brinquem com aquilo que não está associado ao seu atributo biológico (pênis ou vagina), que não permitem entre eles a manipulação dos órgãos genitais um do outro, do toque ao corpo, das sensibilidades e dos afetos.

Ainda há espectros do fantasma da perversão e das neuroses rondando nossas instituições, povoando o imaginário de professores e professoras, assistentes sociais, advogados, médicos, juristas e religiosos. Há no mito psicanalítico o medo do alcoolismo, da dependência às drogas e, sobretudo da inversão, ou se preferirem da homossexualidade.

O revisionismo psicanalítico, os novos estudos e teorias da psicologia e das ciências humanas ainda não foram “fortes” o bastante para transformar nossas percepções, nossa educação e, sobretudo, nossos preconceitos sociais e culturais que ainda nutrimos. A luta de Porto-Carrero com os mitos, as fantasias e o primitivismo dos povos nativos e africanos para a nossa educação, defendendo que a partir da eliminação dessas crenças encontraríamos na psicanálise um instrumento civilizador, fez de seus pensamentos um dispositivo de colonização das diferenças, de assujeitamento cultural e normalizador, promovendo o que tanto combatia, ou seja, as ingerências de mitos e fantasias na educação sexual, que poderiam posteriormente culminar em transtornos psíquicos.

Também cabe destacar que a obra “Ensaio de Psicanálise”, assim como outras do autor são a compilação de vários textos, palestras e aulas, sempre interseccionados e fundamentados pelos saberes da psicanálise. Trata-se não de textos de elaboração teórica, mas da vulgarização das interpretações de Porto-Carrero sobre os estudos de Sigmund Freud, trata-se de investida em fazer circular esses saberes e interpretações, em estabelecer relações de poder com o campo da educação moral e sexual, de interferir em costumes e condutas que estavam associados ou imaginariamente vinculados à sexualidade infantil.

A compilação destes textos não pode ser lida superficialmente como um livro de cabeceira, como uma narrativa literária em primeira pessoa, eles devem ser desmontados,

entendidos em suas particularidades e ao mesmo tempo em sua conjuntura, compreendidos como investidas e tentativas de inserção no campo científico nacional, sejam eles no campo educacional ou médico-clínico, como tentativas micropolíticas de causar ressonâncias e porque não adentrar nas políticas de Estado? Afinal, uma vasta bibliografia nos apresenta a quantidade de profissionais de diferentes áreas que cooperavam com os ideais de Porto-Carrero. Qual o intuito em reunir/compilar suas narrativas e divulgá-las?

Atento a muitas dessas questões, optei por dividir a pesquisa em três diferentes momentos ou capítulos.

O primeiro capítulo desta dissertação é o exercício de um movimento metodológico. Por meio de leituras bibliográficas, resenhas e análises documentais busquei apresentar aos leitores os percursos e percalços desta pesquisa, retomando toda uma discussão que se encontrava notória no início do século XX no Brasil.

Inicialmente, constatei que a historiografia da psicanálise no Brasil não foi feita por historiadores, pelo contrário, o número de historiadores que se interessam por uma historiografia da psicanálise é ínfimo, e os temas e as problemáticas psicanalíticas quando objetos de atenção entre os profissionais da história são discutidos juntos aos estudos da eugenia, do higienismo e da história da psiquiatria, relegando à psicanálise sua singularidade e seu conturbado momento de chegada ao país.

Adiante, por meio do arcabouço documental elegido, aponto como a pesquisa começou a ganhar alguns alicerces, como o recorte cronológico e espacial, pois, os documentos requeridos pertenciam às décadas de 1910 a 1930, especificamente entre 1916, data da publicação do *Manual de Educação Sexual* do Médico Lyman Sperry a 1934, data da segunda edição de *Ensaio de Psicanálise* do autor J.P Porto-Carrero. Entre essa temporalidade outras documentações foram utilizadas.

Ainda no primeiro capítulo me atendo em apresentar como a sexualidade infantil era objeto de preocupação entre especialistas da época, e isenta de uma gramática e de técnicas psicanalíticas, contudo, também se almejava governar a sexualidade das crianças de forma que garantisse à descendência - através da hereditariedade - de corpos formosos e sadios, evitando a degeneração da espécie e da raça brasileira, projeto de cunho eugênico e higienista da qual a medicina e suas ramificações, sobretudo a psiquiatria, se incumbiu em trabalhar.

Posteriormente, busco compreender como a chegada da psicanálise no Brasil foi recebida pela medicina psiquiátrica, herdando toda uma concepção fisiológica e patológica do social e da sexualidade humana, e enquanto um saber serviu-se de instrumento aos discursos psiquiátricos, remoendo nos refolhos da alma dos indivíduos a gênese da perversão sexual, da homossexualidade e outros complexos. Acreditava-se que a boa educação moral e sexual, fundamentadas na psicanálise, poderiam corrigir as ineficiências e o polimorfismo da sexualidade infantil.

No segundo capítulo minha preocupação é compreender as diferentes perspectivas teóricas e ideológicas da eugenia no Brasil, pois contrário à ideia de que herdamos da Europa e da América do Norte (Estados Unidos) um projeto de cunho eugênico exclusivamente pautado na intolerância racial e na eliminação dos tipos não caucasianos, o que se apresenta na América Latina, em especial, no Brasil são modelos distintos dos continentes citados acima. Recorri a toda uma bibliografia da história das ciências para explanar esta discussão, assim como documentações de associações e congressos de eugenia que ocorreram entre as décadas de 1910 e 1920 em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Muitos dos médicos psiquiatras e precursores ou pioneiros da psicanálise nacional frequentaram esses eventos, corroboraram com os ideais eugênicos e se esforçavam para interseccionar os estudos do mestre de Viena (Freud) e as pretensões médico-política.

Constata-se a partir destes referenciais bibliográficos que os estudos psicanalíticos brasileiros entre os anos 1920 e 1930 foram permeados de uma vertente eugênica lamarckista (STEPAN, 2005), elegendo a cultura e o meio social como potencialidades pela qual se desenvolvia certas anomalias, perversões, neuroses e toda uma sexualidade desregrada. Assim como a explicação de Jean Baptiste Lamarck ao afirmar que a girafa de tanto esforçar-se para alcançar os alimentos nas árvores provocou ao longo do tempo alterações hereditárias causando o alongamento do pescoço, os médicos brasileiros da época também acreditavam que a boa educação moral e sexual poderia ser transmitida pelos genes, promovendo a seleção de uma raça forte e saudável, um tipo único brasileiro.

No terceiro e último capítulo, qual considero central nesta discussão, me aproprio dos textos daquele que acredito ser um dos principais propagadores de Freud em nosso país durante os anos 1920 e 1930, me refiro ao psiquiatra e precursor da psicanálise, Júlio Pires

Porto-Carrero. Os textos do autor estão permeados de intenções eugênicas do período, estritamente marcada por uma perspectiva lamarckista, regeneradora e racial. A compilação de seus discursos, reunidos e publicados em *Ensaio de Psicanálise* apresentam como a perspectiva psicanalista no Brasil estava imbricada aos discursos patologizantes da medicina, produzindo no interior de seus saberes um imaginário sobre a sexualidade infantil, povoada por medos, neuroses, histerias e complexos. A criança perversa polimorfa deveria ser educada moralmente, atendendo as exigências de toda uma recomendação acerca da educação sexual dos pequeninos, pois somente assim, caminharíamos rumo ao progresso da nação.

Verificou-se também por meio dos discursos do autor a preocupação com os desejos sexuais das crianças, pois polimorfos, poderiam desenvolver atração sexual por aqueles do mesmo sexo, tornando-se invertidos. Esta questão faz com que Porto-Carrero retome uma dada noção de natureza, emprestado-a da biologia e passando a utilizá-la como desígnio de legitimação de uma determinada experiência sexual, a heterossexualidade. Portanto, trata-se de compreender a heterossexualidade como um construto natural, constructo de uma norma que rege toda uma estrutura psíquica do indivíduo sem determinados traumas e complexos que outras manifestações sexuais poderiam nutrir. A arbitrariedade do discurso psicanalítico vai buscar nos prazeres infantis e nas etapas do desenvolvimento psicosssexuais todos os deslizes que possam conduzir as crianças aos desejos homoeróticos e cessá-las desses e outros prazeres esquivos da natureza sexual, ou melhor dizendo, da sexualidade naturalizada.

1. POR UMA HISTORIOGRAFIA DA PSICANÁLISE BRASILEIRA

Uma das pretensões neste capítulo é apresentar por meio de estudos do levantamento bibliográfico realizado entre os anos de 2012 e 2013 algumas impressões acerca das produções historiográficas da psicanálise no Brasil, e ensaiar respostas para uma das preocupações que emergiram após a leitura de muitos livros e pesquisas científicas sobre os assuntos *sexualidade*, *eugenia* e *psicanálise*. Trata-se da inquietação em saber por que, mesmo após cem anos do aparecimento e vulgarização das teorias psicanalíticas no país, ainda ser tímida a produção entre os profissionais da história nesta área.

Esta constatação foi possível por investidas empíricas: através do levantamento bibliográfico⁵. Muitos dos autores responsáveis por reconstituir a história da psicanálise no Brasil eram expressivamente oriundos de uma formação psicológica ou psiquiátrica. Desta forma, me questionei o que levava os historiadores brasileiros pouco interessar-se por estas questões. Por que não há nos congressos e simpósios de história no Brasil, GT's (Grupos de Trabalhos) e ST's (Simpósios Temáticos) sobre a história da psicanálise ou das idéias psicanalíticas, tal como existem com a da educação brasileira, da mulher, dos indígenas, das cidades, etc. uma vez que este campo já se encontra consolidado em muitos países, como nos Estados Unidos, na França, Inglaterra, entre outros.

Durante as leituras bibliográficas referentes aos temas eugenia, higienismo e sexualidades, observei as similaridades entre algumas produções da psicanálise e aquelas referentes ao campo da medicina social. A documentação utilizada pelos historiadores da medicina social, assim como de psicólogos e médicos interessados em psicanálise eram semelhantes, em alguns casos, sendo a mesma. Um exemplo são os textos de medicina do início do século anterior, de autores como Deodato de Moraes, Franco da Rocha, Henrique Roxo, Júlio Pires Porto-Carrero e Neves Manta. Em muitos das pesquisas realizadas esses autores não foram mencionados ou associados como precursores ou simpatizantes da psicanálise nacional ou dos estudos freudianos, mas sim inseridos em discussões eugênicas e também sobre a educação sexual. Mas, por quê?

⁵ Os levantamentos bibliográficos foram realizados no site da Capes, podendo ser acessados em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> e da Fapesp: <http://www.bv.fapesp.br/pt/assunto/6988/teses/>, assim como das bibliotecas da Faculdade de Educação e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Uma hipótese levantada para esta questão é a de que, em decorrência do interesse pela psicanálise no país - desde suas origens - estar associado à psiquiatria e aos médicos psiquiatras e suas produções tidas as precursoras/pioneiras (ROCHA, 1989, NUNES, 1988), os textos destes autores passaram a ser interpretados como parte de uma série de discursos que se inscrevem no campo da medicina social, às vezes, encontrando-se interseccionados à história da educação, como nos casos dos trabalhos de José Roberto Franco Reis (1997), Sabrina Deise Finamori (2006) e Ana Maria Magaldi (2007). Não nego esta relação, e tampouco busco desassociá-la, promulgando a psicanálise como uma espécie de ciência independente e autônoma, porém, a meu ver, a ausência de incursão destes textos enquanto parte de uma literatura e de enunciados psicanalíticos nacional é o que faz da historiografia da psicanálise no Brasil algo sucinto e pouco debatido entre estudantes, professores e pesquisadores com formação em História.

Ao assimilar e inscrever essas leituras em outros temas e políticas que vigoravam na época, esses pesquisadores relegam à psicanálise sua singularidade e sua participação com muitas das investidas empreendidas no campo da sexualidade e da educação sexual brasileira, centrando as discussões apenas nas medidas eugenistas.

Portanto, não se trata de uma escassez propriamente desses estudos, e sim, da identificação de problemáticas psicanalíticas em campos de discussões já consolidados no Brasil – Eugênia e Higienismo.

Em contrapartida a afirmação, quase que acusatória de que o desinteresse por uma historiografia da psicanálise se deva em razão da ausência de identificação com este campo de saber científico, ocultando a singularidade da psicanálise no início do século XX, venho apresentar autores preocupados com o exercício de uma análise histórica desses movimentos, e que trabalharam com as produções médicas psiquiátricas, discorrendo sobre as dinâmicas de formação e constituição deste saber no Brasil. Dentre os autores, se destacam Carmem Lúcia Montechi Valladares de Oliveira (2005), Elisabete Morkejs (1993), Sílvia Alexim Nunes (1988), Marialzira Perestello (1987) e Jorge Luiz Ferreria Abrão (2009).

O destaque aos autores acima se deve em razão das documentações utilizadas em suas pesquisas, me refiro aos textos do médico e estudioso da doutrina de Freud, Júlio Pires Porto-Carrero. No trabalho de todos esses autores é unânime a relação estabelecida entre os

ideais de Porto-Carrero com as medidas higienistas e eugênicas das ciências médicas. Porém, cabe destacar entre esses trabalhos a ausência que marca a relação aos discursos ideológicos eugênicos que Porto-Carrero está associado, percebendo a eugenia como uma estrutura de discursos monolítica e enviesada.

Um dos movimentos metodológicos empreendidos nesta dissertação é o de apresentar algumas distinções políticas e ideológicas que caracterizam os movimentos eugenistas nacionais com relação aos europeus e norte-americanos, e, sobretudo, a filosofia e os aspectos científicos lamarckistas⁶ (STEPAN, 2007) que constituem os saberes e as investidas dessa ciência eugênica brasileira, que permeou a perspectiva psicanalítica durante os anos 1920-1930, em especial, a visão de Porto-Carrero.

Os discursos de Porto-Carrero mantêm fortes ligações com o lamarckismo, por aquele acreditar que através da educação moral e sexual das crianças havia possibilidades da evolução da raça brasileira, sendo importante a arquitetura de um conjunto de normas para um regime político do corpo e da sexualidade, e ao contrário do que diz Russo (2005) ao afirmar que Porto-Carrero, em seus textos eugênicos "quase não fala" da questão racial, as intencionalidades que marcam as preocupações do autor (1934) nos dizem o oposto, principalmente por seu ideal de raça e nação estar intrinsecamente ligado ao seu projeto de sexualidade e educação sexual. Portanto, os processos de racialização e sexualização não se encontram dissociados, e sim interseccionados.

Vimos que a igualdade, bem-vinda no seio da família, é uma monstruosidade política quando se trata da sociedade mais ampla. Defesa da espécie, todavia, não implica necessariamente o desaparecimento do indivíduo como preocupação. Em seus textos mais francamente eugênicos, Porto-Carrero quase não fala de raças (RUSSO, 2005, p. 147).

Essa proliferação de discursos eugênicos e psicanalíticos que disseminaram no Brasil desde início do século XX sobre diferentes perspectivas, buscavam alguns objetivos

⁶ A expressão "lamarckistas" vem do nome do naturalista francês Jean Baptiste Lamarck, cientista que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos. A teoria lamarckista não conquistou notoriedade entre seus compatriotas franceses, contudo, seus estudos foram bem acolhidos na Inglaterra. Lamarck acreditava que assim como as mudanças que sofre o ambiente, as suas alterações forçam os seres que nele vivem a se transformarem para se adaptarem ao meio modificado. Ao longo das gerações, esse conjunto de transformações leva ao surgimento de novos grupos. As interferências do meio social provocam as mudanças e gradativamente modificações hereditárias.

comuns, dentre eles, a regeneração da raça brasileira e a educação da sexualidade e da moral, recaindo conseqüentemente sobre as crianças, em demasia, sobre as crianças urbanas. Sobre esta preocupação Nunes (1988) retoma a documentação do período e transcreve o autor Franco da Rocha:

Há na psicanálise um ponto de vista pedagógico de grande alcance. Ela considera como questão capital no determinismo psíquico do indivíduo o desenvolvimento regular e harmônico dos componentes do instinto sexual infantil. É no nosso defeituoso e nocivo hábito de ignorar as exigências da libido, de ocultá-las por completo, que se deve procurar a causa das moléstias e da degeneração da espécie. A psicanálise tem, por isso, um valor iniludível para a ciência eugênica, que hoje ocupa a atenção da classe médica. (ROCHA, 1920, p. 49 apud NUNES, 1988, p. 94).

Não há dúvidas de que o processo de transformação dos grandes centros urbanos mobilizou diferentes setores da sociedade desde o final do século XIX, como instituições de saúde pública higienistas, psiquiátricas e jurídicas a se engajarem com os problemas e as dificuldades pelos quais passavam os habitantes das grandes composições urbanas. Tamanha preocupação de fundamento científico (higienista e eugênico), assim como dos princípios de educação moral e sexual já eram preocupações entre especialistas no ocidente europeu, como destacam os autores Jacques Donzelot (1980) e Michel Foucault, (2012c).

Essa fomentação discursiva e interventiva em decorrência dos processos de transformações do cenário urbano e da dinâmica econômica proveniente da industrialização foram objetos de atenção da historiografia brasileira, podendo ser verificadas nos trabalhos de LUZ (1982), MACHADO (1978), RAGO (1985), FARIA (1999), MOTA (2003), CARRARA (2004), entre outros. Assim como em relação às preocupações com a sexualidade e educação da criança e da família no Brasil dos anos 1900 a 1930, como destacam os autores NUNES (1988), MARQUES (1994), CAMARGO (1999), COSTA (2004), MAGALDI (2007), PEREIRA (2009) (2010), LOURO (2010), e RIZINNI (2011).

Desta forma, ao invés de reconstituir o cenário político, social e cultural entre os anos 1900 e 1930 no Brasil para em seguida adentrar ao campo de discussão - a psicanálise - optei em evitar este percurso linear, qual poderia causar uma suposta sensação de “causa e efeito” e por outro lado repetir o que já foi dito e estudado, sem trazer contribuições relevantes ou novidades ao tema.

Nesta toada, privilegiei outra proposta, reunir textos do período que já manifestavam preocupações com a sexualidade das crianças e dos adolescentes, sem necessariamente estarem fundamentados no complexo edípiano, de castração e nos saberes psicanalíticos freudianos. A importância em trazer estas preocupações é justamente apresentar como a sexualidade das crianças já era objeto de atenção entre especialistas, um campo de estudo sobre o qual se inscrevia diferentes saberes, linguagens e conhecimentos, ditando métodos, regras, recomendações e produzindo uma série de enunciados para orientar, senão, governar os prazeres dos anjos.

Fossem esses enunciados de caráter científicos ou religiosos o que nos chama a atenção é preocupação em falar sobre o tema, intervir quando necessário e produzir pela ascese moral suas legislações dos prazeres e dos desejos sexuais, regulando práticas e exercícios de corpos sexuados, produzindo em seus entenderes indivíduos aptos e fortes a cooperar com o projeto de uma nação e de uma sociedade formada pela “boa geração”, diga-se de passagem, eugênica.

Um dos textos trabalhados nesta pesquisa trata de um manual de educação sexual elaborado em 1916, por um médico religioso (Lyman Sperry). A vulgata de suas produções ocorreu entre os membros da *Associação de Moços Cristãos do Brasil*. Os discursos e recomendações sobre a sexualidade infantil contidas no manual é anterior às produções de Porto-Carrero e da difusão da psicanálise no país, porém, possuem muitas semelhanças, dentre elas, o imaginário da sexualidade infantil, marcado por medos e precauções, assim como dos malefícios provocados na vida adulta quando inadequadamente orientada a educação sexual na infância.

Posteriormente, também como parte do processo metodológico, optei por descrever a partir dos textos de autores estudiosos do assunto, como a psicanálise aparece no Brasil enquanto um novo saber sobre a sexualidade humana, em especial, das crianças, trazendo consigo preocupações em relação à raça e a educação sexual, o que destoa dos estudos de Sigmund Freud que não buscou nos dispositivos clínicos desta “ciência” formas de assujeitamento e normalização, tal como esboçam os estudos de J.P. Porto-Carrero.

Foram a partir destes “movimentos metodológicos”, que se resumem em estudos bibliográficos, análises documentais e resenhas das ideias dos autores que consegui delinear e organizar minha escrita. Nesta investida, foi possível, analisando os textos de Porto-

Carrero estabelecer uma economia temática dos assuntos frequentemente abordados em sua compilação de textos publicados sob o título “Ensaio de Psicanálise”. Dentre todas as suas preocupações, selecionei três delas e as analiso no último capítulo, quais a meu ver eram imprescindíveis para o processo de reeducação sexual e regeneração racial, sendo elas o *combate à homossexualidade*, os perigos de uma *educação fantasiosa* e as *técnicas de aperfeiçoamento da raça e da nação brasileira*.

1.1 Da precocidade sexual à impureza hereditária: a criança investigadora

A fim de apresentar como as preocupações com a precocidade sexual das crianças, jovens e adolescentes já incomodavam os médicos e a saúde pública dos grandes centros urbanos, e também contextualizar o interesse dos profissionais por estes assuntos em suas associações e encontros (sem recorrer à gramática psicanalítica - que ainda não era difundida - para explicar os males de certas ineficiências sexuais e social), recorri a um manual de “bons comportamentos morais e sexuais” vulgarizados entre os garotos pré-púberes e adolescentes na década de 1910.

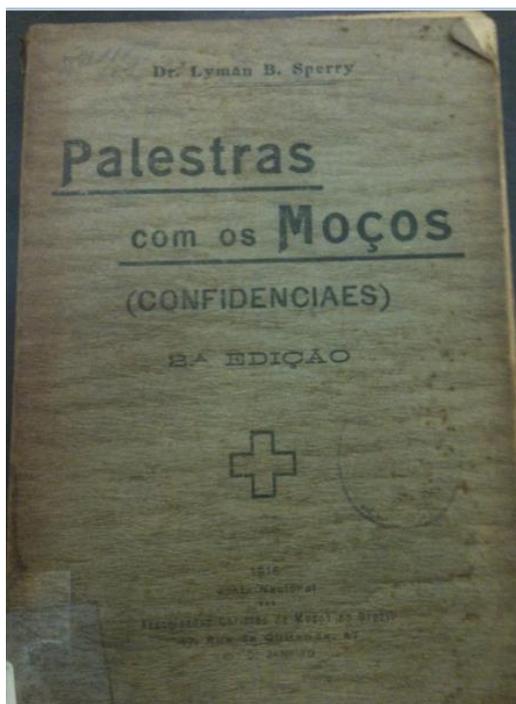


Imagem – 07: SPERRY, Lyman B. *Palestras com os moços*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1916.

Na medida em que a sexualidade da criança vai se tornando mais contundente, vão sendo elaborados programas de intervenção sobre o tecido social, ou se preferirem, sobre a população. A questão da eugenia, por exemplo, aparece como ponto principal dos debates que serão desenvolvidos e destaca Nunes (1988) que os psiquiatras vão elaborando em projetos de ação prática toda uma ideologia que está, nesse momento, com grande força em determinados setores da intelectualidade, daí a necessidade de uma pedagogização da sexualidade infantil.

Um das curiosidades que percebi ao analisar o manual de educação sexual de Lyman Sperry (1916) e os discursos freudianos de Porto-Carrero (1934) são de que os saberes da psicanálise e sua gramática foram usufruídos e incorporados pelos psiquiatras sob o intuito de buscar a gênese do comportamento e da identidade sexual, das falhas que corrompiam a moral da época e, sobretudo do desejo, portanto, o que caracteriza as diferenças entre as preocupações antes e depois da vulgarização da psicanálise é justamente não apenas impedir certas práticas sexuais, mas buscar nos refolhos da alma humana, da psique, maneiras de construir nas crianças seus desejos, seus afetos e sua heterossexualidade, e - porque não - transmiti-las pelos genes? Tem-se a necessidade de elaborar uma moral científica sobre o uso dos prazeres.

O médico Lyman B. Sperry publicou em 1916, na cidade do Rio de Janeiro, um manual intitulado *Palestras com os moços*. Seus textos são repletos de discursos que buscavam, sob a perspectiva de uma educação sexual eugênica, tecnologias para disciplinar a sexualidade das crianças e dos adolescentes do sexo masculino, discorrendo sobre os malefícios e os perigos que assombavam os comportamentos sexuais desenfreados e precoces e, ao mesmo tempo, orientasse os pais sobre os cuidados a serem tomados. É importante destacar que a vulgarização deste manual teve dimensões para além das regionalidades, por tratar-se de uma iniciativa da *Junta Nacional da Associação Cristã de Moços do Brasil*.

Sperry (1916) inicia seu livro com o capítulo *Precocidade sexual e o abuso de si mesmo* discorrendo que o principal perigo da sexualidade é a má hereditariedade, isto é, “uma sensibilidade anormal dos órgãos reprodutores, herdada de seus pais, uma tendência para a sua prematura atividade, uma espécie de precocidade sexual” (SPERRY, 1916, p. 52), comparando-a com tendências hereditárias como a tuberculose, a dispepsia e o

reumatismo ou outras de fatores alienantes como a tendência para fraqueza sexual ou para virilidade defeituosa.

Não é desejável nem a precocidade, nem um rápido desenvolvimento dos órgãos sexuais, porque quanto mais bem construído for um indivíduo, quanto mais amadurecida for a sua mente e quanto mais bem estabelecido estiver ele em hábitos honestos de associação e de vida antes da puberdade, com tanto mais probabilidade evitará os perigos particulares de que nos ocupemos neste e nos subsequentes capítulos. Por certo que ninguém pode deixar de receber o legado físico herdado de seus pais; porém muito se pode fazer para refrear ou para modificar com êxito as tendências hereditárias (SPERRY, 1916, p. 53).

A preocupação com a precocidade sexual e com a higienização mental dos garotos levou vertentes da medicina a organizarem seus discursos com o intuito de orientar crianças e jovens a respeito de assuntos ligados ao sexo e a sexualidade. A própria hereditariedade aparecia como possível de se modificar diante dos esforços que seriam empreendidos, mas, para isso, seria necessário que indivíduos que tivessem tendências naturais para o desenvolvimento precoce ou para outras anomalias sexuais obedecessem às prescrições médicas com certo rigor, como “não usar de um regime alimentício estimulante, como o que consta de alimentos concentrados ou muito condimentados; excluirá do seu regime todos os pudins substanciosos, os pastéis, o chá, o café, o chocolate, o cacau, etc” (SPERRY, 1916, p. 54). As crianças também não poderiam usar o fumo e nem experimentar bebidas alcoólicas, pois tudo isso, na infância, estimularia e irritaria os órgãos sexuais tornando-os anormalmente fracos e incômodos na vida posterior.

As recomendações, todavia, não se restringiam apenas à base alimentícia e seus impactos no organismo, elas também buscavam governar a mentalidade das crianças e dos jovens adolescentes, por isso, a necessidade em estabelecer uma moral sexual, de forma que regesse os princípios éticos dos prazeres.

Os que são sexualmente precoces devem viver muito ao ar livre e ao sol, entregando-se habitualmente a exercícios moderados; desde cedo devem formar e manter cuidadosamente hábitos laboriosos que elevem e purifiquem a mente, e que sejam, ao mesmo tempo, suficientemente absorventes para impedir que o pensamento se ocupe de assuntos sexuais. Procurarão associar-se habitualmente com pessoas de espírito prático e sadio, e não com rapazes sentimentais ou mulheres apaixonadas.

Somente evitando tais influências poderá alguém refrear a sua natureza animal, e, eventualmente vencer os males da precocidade sexual hereditária, bem como outras tendências sexuais congêneres; só assim poderá alguém conseguir um equilibrado desenvolvimento físico, com o indispensável poder de governar a si mesmo (SPERRY, 1916, p. 54).

A purificação da mente, o corpo físico saudável e o governo de si eram resultados dos esforços cometidos desde cedo para domar os instintos de uma sexualidade ainda em estado animal/selvagem, podendo, futuramente, tais características serem transmitidas pela hereditariedade, prejudicando a descendência.

A relação entre corpo físico, alimentação e prazeres, descrita por Sperry (1916) não é uma invenção ou novidade do contemporâneo, no segundo volume da obra *História da Sexualidade* (1984), Michel Foucault retorna à Grécia Antiga e verifica no uso dos prazeres esta mesma relação, marcada, claro, por suas especificidades morais, ou pelo que autor chama de *afrodisia*, que era definir o uso dos prazeres, “suas condições favoráveis, sua prática útil e sua rarefação necessária – em função de certa maneira de ocupar-se do próprio corpo” (Foucault, 1987, p. 126). A preocupação era muito mais com a “dietética” como ressalta Foucault do que com a “terapêutica”: questão de regime regulatório para a saúde.

A problematização médica do comportamento sexual entre os gregos fez-se menos “a partir dos cuidados com a eliminação de suas formas patológicas do que a partir da vontade de integrá-lo o melhor possível à gestão da saúde e à vida do corpo” (Foucault, 1987, p. 126).

Chamo a atenção para esta relação/comparação referente ao “uso dos prazeres” entre gregos e contemporâneos, pois, ao contrário dos princípios morais (*Aphrodisia, Chesis e Enkrateia*) que suscitavam as discussões entre os homens da antiguidade com relação ao corpo, a alimentação e, sobretudo a sexualidade, os homens modernos - ou contemporâneos, se preferir -, cientificistas, constituíram através de saberes um conjunto de sistemas de poderes que passaram a regular as práticas sexuais e também as formas cujos indivíduos deveriam se reconhecer como sujeitos de uma sexualidade. Elaborou-se uma moral científica da sexualidade, uma vez que a moral religiosa e seus aspectos repressivos pouco ou nada contribuíam com as acometidas científicas.

E sobre uma moral científica, dizia o médico Austragésilo (1926, p.92):

Assim como as religiões que ensinam com ameaças, produzem o temor e não a pureza, da mesma maneira, a moral muito severa e rija pode ter consequências desastrosas. Deve ser empregada a moral científica, que não promete recompensas, mas que ensina ao indivíduo o útil caminho da saúde. A boa educação, solícita e científica, constitui o meio mais útil e menos prejudicial ao indivíduo e ao meio social.

O que os enunciados de toda uma literatura⁷ médica nos leva a refletir são de que as pessoas foram levadas a prestarem atenção em si, aprendendo a decifrar-se, descobrindo no seu ser a verdade do desejo, da sexualidade. O *uso dos prazeres* tal como descrita por Foucault na Grécia Clássica deixaria de permitir uma reflexão com seus desejos sexuais, com o corpo e com a sexualidade, em suma, com a autonomia de si, passando na modernidade a fazer parte de um regime regulatório científico legal e político sexual, constituindo uma nova moral para o uso dos prazeres.

As prescrições médicas apareciam como parte de um processo humanizador e regenerador do instinto sexual e ao mesmo tempo como instrumento de correção das anomalias oriundas da precocidade. As recomendações soavam como efeitos de uma perspectiva lamarckista (STEPAN, 2007), pelos médicos acreditarem que as alterações hereditárias decorrem das transformações do meio social no qual o indivíduo estava inserido.

Outro importante fator de destaque é a posição do médico em relação às crianças que iniciavam hábitos de masturbação, considerando-as viciadas por se tratar de um vício de enfraquecimento da virilidade, uma vez que muitos iniciavam tal prática antes dos testículos estarem suficientemente amadurecidos, produzindo por meios artificiais a excitação sexual com suas sensações características e uma severa tensão do sistema nervoso. De acordo com Sperry (1916, pp. 55-56) “a masturbação é um dos hábitos mais debilitantes e desmoralizadores que um rapaz pode adquirir. É sempre mais ou menos prejudicial a todo aquele que o pratica, embora por poucas vezes”, pois os seus perniciosos efeitos poderiam aparecer imediatamente, e depois de algum tempo fariam sentir suas terríveis consequências, se não terminassem em completa ruína física, mental e moral. (...) “e você, caro leitor, [se] não caíste neste perigoso e degradante vício, deveis render muitas

⁷ O que denomino por leitura médica são os textos e as documentações utilizadas durante toda esta pesquisa, produzidas por profissionais da medicina, em especial, da psiquiatria e posteriormente da psicanálise.

graças por terdes escapado e deveis tomar muita cautela para nunca chegardes a cair nele” (SPERRY, pp. 1916, 55-56).

A masturbação, para o autor, não era provocada somente pelo exercício mecânico, portanto manual, ela era também praticada pela imaginação. “O pensar sobre os prazeres sensuais com intensidade suficiente para produzir uma excitação sexual ou para prolongar uma excitação despertada originalmente por outro modo” (SPERRY, 1916, p. 56) constituía um abuso para os órgãos de reprodução que originava danos a todo sistema nervoso.

A simples imaginação pode produzir e manter por muito tempo um alto grau de excitação sexual, acompanhada de uma severa e exaustiva tensão do sistema nervoso. A medula espinhal, o cérebro, e os sentidos especiais sofrem com essa excitação. Depois de algum tempo, as costas, a cabeça, os olhos e os ouvidos do masturbador começam a sofrer severamente e por vários modos comportam-se mal no desempenho de suas funções. Grande parte do cansaço da vista e outras moléstias dos olhos, de que tanto se ouve falar ultimamente, é devida a alguma forma de excitação excessiva ou contra a natureza (SPERRY, 1916, pp. 56-57).

Fundamentados nos saberes da biologia e da medicina, os discursos sobre o onanismo praticados por crianças e adolescentes passaram a justificar o mau comportamento sexual da vida adulta, a falta de virilidade, as dores corporais e as moléstias, enfim, buscou-se por meio desses conhecimentos a contemplação de um projeto ideológico não apenas higienista e eugênico, mas, sobretudo, estatal, tendo em vista a preocupação com as crianças e com a infância como fruto e promessa do futuro da nação (MARQUES, 1994, RIZZINI, 2011). Urgia-se a necessidade de educar as crianças sexualmente. Todas as crianças deveriam ser prudentemente instruídas e avisadas a este respeito, deveriam ser vigiadas, impedidas de praticarem tais hábitos, ser ensinadas de maneira impressiva que o melhor modo de conseguir um perfeito desenvolvimento e uma condição saudável na esfera sexual era evitar o desnecessário manejo e irritação desses órgãos.

O maior perigo que ameaça nossos rapazes, dos dez até os vinte anos, é o abuso de si mesmo, a excitação mental, o onanismo. Infortunadamente, durante esses anos, muitos jovens formam hábitos de pensamento e de conduta que, não somente os acompanham durante toda a vida, mas também tornam esta abreviada e triste (SPERRY, 1916, p. 58).

A obediência ao uso dos prazeres proporcionaria à criança e ao jovem, pouco a pouco, uma moral política e científica do corpo, além de um bom desenvolvimento físico geral, como a “largura dos ombros, força muscular, porte gracioso, e bons poderes de resistência física, juntos a atividade moral” (SPERRY, 1916, p. 59), fatores resultantes de um sistema sexual normalmente desenvolvido. “A perfeição de todo exige a integridade e a harmonia das partes”, ou seja, corpo e mente.

Reconhece-se nestes discursos a obsessão da medicina com uma espécie de pedagogia moral dos prazeres através da educação sexual. Todos os elementos acima (a largura dos ombros, força muscular, porte gracioso, e bons poderes de resistência física, juntos a atividade moral) foram regularmente prescritos como benefícios prometidos para aqueles que não abusassem do sexo e dos desejos sexuais. Esses medos induzidos e vulgarizados em diferentes regiões do país parecem refletir a concepção científica naturalista do pensamento médico do início do século XX, de uma doutrina cristã que incessantemente colocava o prazer na esfera da moral e da morte, contribuindo, inclusive para a formação de um imaginário da sexualidade infantil.

Para Sperry (1916) cada adulto colheria aquilo que plantou durante sua vida, a criança masturbadora, por exemplo, haveria de colher “a debilidade geral, a neurastenia e mesmo a loucura como farta messe de outras horríveis condições” (SPERRY, 1916, p. 60). Ao contrário desses, “os puros de coração e os retos de conduta semeiam aquilo que hão de colher: uma vida prolongada, saúde de ferro, genuína e douradora felicidade não só para si como para sua descendência; e seus companheiros também receberão a benéfica da sua pureza comunicativa” (SPERRY, 1916, p. 60).

São inúmeras as recomendações médicas descritas neste “manual de bom comportamento sexual” (SPERRY, 1916), que se estende para a juventude, os quais inclusive, não escapavam dos arremates discursivos sobre o tipo de alimentação que deveriam evitar, sobre os pensamentos imorais que deveriam combater, e os exercícios físicos para amenizar os sintomas de excitação sexual, todos em razão da preservação da virilidade e da saúde física e mental, da descendência.

Muito mais que impedir o contágio de doenças venéreas e combater epidemias da época como a sífilis, a pedagogia da sexualidade nas primeiras décadas do século XX revela que a saúde, a moral e o bom comportamento sexual estão relacionados a um projeto

de ordem político-científico que buscava pelo higienismo e pela eugenia a formação de homens e mulheres racialmente regenerados para a nação. Projeto somente possível através da educação do corpo, da mente e da hereditariedade.

Desde o final do século XIX passamos por um processo *neocolonizador*, este não necessariamente marcado por características de dependências político-administrativas e econômicas, e sim pela formação de uma rede discursiva e científica sobre a vida, produzida a partir dos saberes e da cultura europeia, tendo o corpo, o sexo, os desejos e a sexualidade como territórios biopolíticos coloniais.

Desde a mais tenra idade fomos domesticados sexualmente pelas formas de sujeição que nos impuseram e nos obrigaram a cooperar, assimilando toda uma dicotomia de valores, como bem e mal, ruim e bom, normal e anormal no que diz respeito aos jogos dos prazeres.

Herdamos de um patriarcado colonial os papéis do que é ser homem ou mulher socialmente, assim como daquilo que é a infância e ser criança, daquilo que podem as crianças fazer ou não, participarem ou não e das instituições às quais devemos submetê-las. Houvera um verdadeiro engajamento por parte dos diferentes dispositivos neocolonizadores com o intuito de combater o mal descoberto - a sexualidade da criança - e interditá-la de algumas experimentações da sexualidade, de investigar as curiosidades do próprio corpo e do desejo, enfim, tornando seus corpos dóceis e obedientes, disciplinados.

O manual de Lyman Sperry nos apresenta alguns vestígios históricos da cruzada antimasturbatória empreendida na Europa desde o século XIX, e que provocou ressonâncias no Brasil – apesar de menor em termos de perseguição - propondo métodos para evitar a masturbação, esses acompanhados por uma alimentação regrada e boas companhias ao redor. Minha intenção ao introduzir este manual antes dos discursos psicanalíticos de Porto-Carrero, é justamente apresentar um texto pouco marcado pelos saberes da psicanálise, sem explicações das origens, da gênese de determinadas fases como a de Édipo, de complexos como o da castração e das neuroses e perversões sexuais.

Mas, apesar de todo um dicionário de traumas, neuroses e perversões que a psicanálise proporcionou aos especialistas desta ciência, o que se exprime tanto em Lyman Sperry (1916) quanto em Porto-Carrero (1934) são as intenções políticas por trás de seus discursos. Trata-se em fazer vigiar o comportamento sexual da criança, colocando-a a

serviço do Estado, da nação, contribuindo, cada autor à sua maneira, com o projeto de regeneração racial do povo brasileiro, selecionando os tipos mais aptos e inaptos para a reprodução, princípios seletivos centrados pelas características físicas, intelectuais ou morais.

Os textos de Lyman Sperry é uma resposta ao medo da degeneração, da sexualidade perversa apontada pelos estudos de Sigmund Freud, um efeito que levou médicos e estudiosos da época a buscar auxílio e refúgio nas teorias e práticas do higienismo e da eugenia.

As teorias de Sigmund Freud sobre a sexualidade infantil, desenvolvidas desde o final do século XIX, atravessaram o atlântico causando forte impacto nos discursos e saberes científicos (diga-se de início, psiquiátrico) de uma sociedade cujo projeto republicano encontrava-se em pauta e a criança era tida como magna causa e futuro promissor da nação (RIZZINI, 2011).

Sabendo que as crianças desde o nascimento já usufruíam dos prazeres, conforme o desenvolvimento psicosexual, foi alertado para que médicos, pais e educadores ficassem de sobreaviso com relação à forma como tais prazeres estavam sendo desenvolvidos e direcionados.

No Brasil, a chegada da psicanálise ocupou um papel importante, estando seu ideal em harmonia tanto com o projeto político do Estado em relação à manutenção da ordem e formação de indivíduos fortes e saudáveis, quanto dos ideais eugênicos no que se referem à intervenção do comportamento da criança e no combate as impurezas sexuais, na educação moral e seleção hereditária. A literatura psicanalítica brasileira em seus discursos proferidos pelos médicos da época evidencia o caráter ideológico e eugênico que circunscrevia a psicanálise em seu campo de atuação.

1.2 Os percursos e os precursores da psicanálise brasileira

Foi em um território marcado pelos ideais higienistas e eugênicos do início do século XX que um tipo de *saber-poder* discursivo europeu chegou ao Brasil e conquistou relevância, desenvolvendo-se no bojo das ciências médicas, em especial da psiquiatria. Trata-se da psicanálise.

Para Marialzira Perestello (1996) data-se do final novecentista, em especial 1899, a proliferação das primeiras ideias e referências psicanalíticas no Brasil. As teorias de Freud e suas formulações teóricas tiveram aqui interesse simultâneo ao proceder de seu desenvolvimento na Europa.

Conforme Jorge Luiz Ferreira Abrão (2009) e Elisabete Mokrejs (1993), ainda que as ideias psicanalíticas tivessem começado a circular no país tão recentemente, foi somente na década de 1920 que as ideias freudianas encontraram maior ressonância no meio intelectual e científico brasileiro, sobretudo, tendo como abrigo as instituições médicas.

As teorias psicanalíticas de Sigmund Freud sobre a sexualidade, as perversões e as etapas do desenvolvimento psicosexual das crianças conquistaram aceitação entre médicos, psiquiatras e educadores nacionais, que passaram a perceber no funcionamento da libido e na concepção etapista⁸ da sexualidade infantil, formas para prevenir, evitar e corrigir as diferentes perversões, neuroses, histerias e condutas impróprias que se apresentavam já na infância. “A inserção da psicanálise no Brasil veio, a partir de meados da década de 1920, a influenciar as práticas dedicadas ao cuidado das crianças existentes no país, tanto no âmbito da saúde quanto no da educação” (ABRÃO, 2009, p. 424).

Dentre os estudiosos da psicanálise nacional, destacam-se: Durval Marcondes, Juliano Moreira, Deodato de Moraes, Júlio Pires Porto-Carrero, Neves Manta, Arthur Ramos e Gastão Pereira da Silva. Muitos desses pioneiros compartilharam a militância na Liga Brasileira de Higiene Mental, demonstrando preocupações, conforme Jane Russo “com questões higiênicas e profiláticas, e parecem ter encontrado em sua teoria um instrumento bastante útil para a cruzada pedagógica” (RUSSO, 2005, p. 127).

É interessante ressaltar que a difusão dos conceitos e das ideias psicanalíticas não se fez no Brasil de maneira articulada, pelo contrário, foram promulgadas de formas dispersas

⁸ Os textos de Porto-Carrero nos apresentam uma leitura etapista da sexualidade infantil.

e por distintos profissionais, tendo em comum entre eles a formação em medicina. Portanto, foi na condição de médicos, majoritariamente, da vertente psiquiátrica que esses precursores⁹ se apoderaram das teorias psicanalíticas, contemplando ideais e preocupações das ciências médicas da época.

Para Elisabete Mokrejs (1993) parte das produções desses estudiosos também se encontrava na terapêutica e, em alguns casos, tangenciavam questões de domínio público conforme atestavam os movimentos de higiene mental. Outros profissionais se dedicaram aos estudos da psicanálise por uma vertente educacional, interpretando aspectos significativos do momento político nacional entre as décadas de 1920 e 1930, porém, discutidos de formas isoladas, por diferentes autores em várias regiões do Brasil. Desta forma, temos pontos dispersos e ilhados das produções psicanalíticas brasileira.

A vasta produção de alguns autores entre as décadas de 1920 e 1930, como Júlio Pires Porto-Carrero (1929), Gastão Pereira da Silva (1933) e Neves Manta (1932), descreve as intencionalidades *médico-psicanalíticas* no governo da infância e da educação, que, a partir de interpretações freudianas, ensejavam e promoviam através de congressos, seminários, conferências, palestras e aulas uma série de métodos e conhecimentos para intervir em comportamentos e práticas consideradas perigosas para formação moral e hereditária da criança. Todos esses discursos e trabalhos publicados são unânimes em afirmar a necessidade da educação sexual.

Ao referir-me ao discurso como *médico-psicanalítico* o objetivo é justamente apresentar a intrínseca relação que se estabeleceu no Brasil entre ambos e a sua associação com as ciências da natureza, sendo os profissionais da medicina psiquiátrica os primeiros a se debruçarem sobre os saberes da psicanálise, tornando-se os precursores do movimento.

De forma contrária a posição de Freud, que assinalava não considerar “absolutamente desejável que a psicanálise seja tragada pela medicina e acabe sendo relegada ao manual de psiquiatria”, estabeleceu-se em nossa

⁹ Considero importante destacar que não confiro atenção à distinção descrita e estabelecida pela autora Marialzira Perestello, entre as categorias “precursores” e “pioneiros”. Embora, para Perestello, Porto-Carrero tenha sido um precursor, também podemos nos reportar a ele como “pioneiro”, já que estamos empregando estas duas palavras como sinônimas, atribuindo um sentido a aquele que antecipa ou abre caminhos e possibilidades para um movimento. Outra estudiosa do assunto, Elisabet Mokjers, parece compreender esta questão da forma como coloquei. Para maiores detalhes, ver: PERESTELLO, Marialzira (Org.) História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1987, p. 12-15 e MORKJERS, Elisabete. Op. Cit., p. 157.

sociedade um sólido casamento entre a medicina, em sua vertente psiquiátrica, e a psicanálise (MAGALDI, 2007, p. 138, apud GAY, 1989, p. 447).

Dentre os pioneiros, destacam-se os textos de Júlio Pires Porto-Carrero, psiquiatra de formação que dedicou seus estudos à sexualidade infantil e à educação sexual das crianças. A difusão de seus ideais foi feita por meio de conferências na Liga Brasileira de Higiene Mental, na Comissão Brasileira de Eugenia e no I Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no Rio de Janeiro, todos durante a década de 1920. O autor é indubitavelmente, segundo Russo, (2005, p 129) “um dos maiores entusiastas e divulgadores da psicanálise no início do século XX, à qual parece ter chegado por intermédio da sifilografia”.

Porto-Carrero foi um estudioso das teorias de Freud, produzindo vários textos sobre a educação sexual das crianças e da sexualidade infantil, muitos deles imbuídos de ideais e princípios eugênicos, como os fatores da hereditariedade e da regeneração da raça¹⁰ brasileira, sempre debatidos e pautados nos pressupostos da psicanálise. Foi exatamente neste campo, de acordo com Magaldi (2007, p. 138) “entrecortado pelos discursos mencionados e pelas práticas neles apoiadas, que se deu a absorção das ideias psicanalíticas em nossa sociedade, a partir dos anos 1920”.

Nascido no atual estado do Pernambuco, em 1887, Porto-Carrero deixou suas raízes e iniciou seus estudos no curso de medicina na Bahia, porém, formou-se no Rio de Janeiro. Concluiu sua livre docência em 1918, e em 1928 tornou-se membro fundador da seção do Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicanálise; um ano depois, 1929, passou a ser catedrático de Medicina Legal na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Em seu histórico profissional, também se acrescenta a fundação e direção da clínica neuropsiquiátrica do Hospital da Marinha no Rio de Janeiro, além dos esforços e dedicação na aprendizagem da língua alemã, o que contribuiu para a leitura, traduções e interpretação das obras de Sigmund Freud; assim como para a divulgação das ideias psicanalíticas do “mestre de Viena”.

¹⁰ O que denomino por raça não é necessariamente um conceito biológico. A documentação dos médicos eugenistas, assim como os textos de Porto-Carrero nos possibilita inferir que se trata de raça quando no seio de uma sociedade coexistem dois grupos que não tem os mesmos costumes e os mesmos direitos. No segundo capítulo tratarei com mais precisão das concepções de raças que emergem nas políticas higienistas e eugênicas.

Porto-Carrero faleceu aos cinquenta anos de idade, no Rio de Janeiro, sem assistir a institucionalização da Psicanálise e sem deixar, de acordo com Russo (2005) seu legado e sua visão da psicanálise como instrumento civilizador a sucessores, afirmação esta passível de contestações. Seus textos estão reunidos em cinco volumes, todos compostos de preocupações em esclarecer aos leitores as últimas reformulações do mestre de Viena. Suas obras, na maioria das vezes, são formadas por artigos e textos apresentados em conferências, assinalando a importância dos fatores psíquicos na teoria freudiana, sugerindo que a felicidade dos seres humanos se encontra nos relacionamentos heterossexuais¹¹.

O médico foi um defensor da “preservação da espécie”, um simpatizante dos ideais totalitários e da educação soviética e que viu na educação sexual “as possibilidades da constituição de proles regeneradas por meio dos saberes da eugenia”. (MOKREJS, 1993, p. 157). Sobre a relação dele com os ideais totalitários da esquerda soviética, Russo (2005) acrescenta:

Sua crítica à democracia é feita em dois níveis. No primeiro, mais universal por assim dizer, apoia-se em argumentos que criticam a noção de igualdade e afirmam a diferença entre os seres humanos. No outro nível mais conjuntural, refere-se ao modo como as elites enganam o povo – fazendo-o pensar que governa -, ao sistema eleitoral brasileiro – com o voto de cabresto, o paternalismo, o sistema de favores -, e ao poder do dinheiro, que, no sistema capitalista, acaba por se impor nos interesses da coletividade. Não se trata exatamente de um horror à democracia, seja porque de fato os homens não são iguais, seja porque o poder financeiro desvirtua o ideal democrático e as elites enganam os pobres para seu próprio proveito (RUSSO, 2005, p. 142).

A crítica de Porto-Carrero às estruturas e funcionamento das engrenagens do sistema capitalista o leva a ser um simpatizante declarado do soviétismo, por representar os caminhos do futuro sistema político, ideológico e econômico mundial. O apoio de Porto-Carrero ao soviétismo não se traduz na aceitação do nivelamento igualitário como preconizado pelo comunismo, e sim pelo

“funcionamento de um regime que não só coloca os interesses da coletividade à frente dos interesses individuais – como ocorre na

¹¹Cf.: PORTO CARRERO, Júlio Pires. **Psicanálise de uma civilização**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933, p. 115-130 (Capítulo IX “Onde está a felicidade”).

regulamentação do aborto, que permite tanto o “aborto econômico” quanto o “aborto eugênico”, - mas também possibilita a todos as mesmas oportunidades, independente de nascimento, e toma para si a educação das crianças desde a mais tenra idade” (RUSSO, 2005, p. 143).

O médico parece simpatizar-se pelo modelo soviético, por distanciar-se da concepção liberal-democrática, uma espécie de realização, embora incompleta, como destaca Russo (2005) “do tão sonhado governo dos especialistas, que se assenta sobre o fato inelutável da diferença. A igualdade segundo sua visão, é o ‘atestado de óbito da civilização (RUSSO, 2005, p. 142)”.

Para Porto-Carrero cada pessoa corresponde ao que sua capacidade ou aptidão gera, portanto, existem aqueles que estão abaixo da média, os medíocres, os desprovidos de inteligência, os incapazes e débeis, os anormais e os acima da média. Desta forma, ao se contrapor ao ideal de que todos os homens nascem iguais, o médico defende que todos tenham acesso a condições de vida decentes, e que as desvantagens ou mesmo privilégios econômicos sociais não prejudique a seleção das qualidades de outrem.

São os discursos desta vertente interpretativa psicanalítica, e ao mesmo tempo eugênica lamarckista, que caracterizarão o pensamento dos precursores do movimento psicanalítico nacional, segundo os quais, precursores, as ações provocadas pelo meio social em que os indivíduos estão inseridos são as causas de alguns problemas enfrentados no Brasil, sendo possível modificá-los pela herança dos caracteres hereditários e da educação moral e sexual.

Durante a década de 1920, a educação brasileira, que foi inserida nas discussões da “higiene mental”, e a ação profilática, presente no tema eugenia e tratada pela Liga Brasileira de Higiene Mental, voltaram-se para a importância da educação sexual dentro dos lares e escolas. Porto-Carrero (1934) assinalava que era dever do Estado estar equipado tecnicamente para orientar as crianças em assuntos da educação sexual durante o período de escolaridade.

1.3 A compilação: os “Ensaio de Psicanálise”

As reedições das publicações das obras de Porto Carrero, em especial, “Ensaio de Psicanálise” apresentam a notoriedade de sua produção em um período cujo número de

leitores era restrito em vista do alto número de analfabetismo. Desta forma, podemos deduzir pelos títulos das palestras e assuntos abordados que aqueles e aquelas que tiveram acesso a seus escritos, ocupavam cargos e posições profissionais que trabalhavam com crianças, saúde pública e educação.

A relação abaixo informa o título da apresentação, o local e o ano em que foi proferido cada trabalho do autor, obedecendo a sequência da publicação de 1934.

Título da apresentação	Local da apresentação/publicação	Data
Conceito e História da Psicanálise. Aula inaugural do curso de psicanálise da Associação Brasileira de Educação (A.B.E).	Associação Brasileira de Educação (A.B.E).	1928
O Caráter do escolar segundo a psicanálise.	Tese apresentada à 1ª Conferência Nacional de Educação (Curitiba).	15 de dezembro de 1927
Em torno à mesa (Variações sobre o narcisismo)	Oração no círculo do magistério superior.	07 de dezembro de 1927
Sobre o Suicídio. Entrevista a “O imparcial”.		1928
Instrução e educação sexuais.	Associação Brasileira de Educação.	07 de outubro de 1928
Bases da educação moral do brasileiro.	Estudo apresentado à seção de educação moral e cívica da A. B. E.	11 de março de 1928
Contra o alcoolismo, pela psicanálise (esboço de profilaxia mental).	Conferência na 1ª semana antialcoólica da L.B.H.M.	Outubro de 1927
Conceito breve da psicanálise.	Prefácio ao livro “A Psicanálise na Educação” do prof. Deodato de Moraes.	Dezembro de 1927.
Sobre Espiritismo.	Resposta ao inquérito do Dr. Leonídio Ribeiro.	(Não há data).
Aspectos Clínicos da Psicanálise.	Comunicação feita a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.	1925
Educação e Psicanálise.	Conferência de vulgarização irradiada pelo rádio club do Rio de Janeiro.	1926
A Arte de Prevenir: aplicação psicanalítica a formação moral da criança.	Conferência de vulgarização, a 3ª da série da LBHM.	1928
O ponto de vista metapsicológico.	23ª conferência do curso de psicanálise aplicada à educação.	15 de julho de 1928
Da conjugação dos símbolos		1928
Leitura para crianças.	Tese apresentada a 2ª Conferência Nacional de Educação, em Belo Horizonte.	1928

Conceito psicanalítico da pena.	Conferência realizada na Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte).	Novembro de 1928
Profilaxia dos males da emoção.	Comunicação ao 1º Congresso Latino-Americano de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, em Buono Aires.	Novembro de 1928.

Tabela – 01: Datas, título e locais das apresentações de J.P Porto-Carrero.

Fonte: CARRERO-PORTO, Júlio P. Ensaios de psicanálise, Rio de Janeiro, Editora Flores&Mano, 1934.

A escolha por trabalhar com a obra “Ensaios de Psicanálise” se justifica a partir do ineditismo em associar temas como psicanálise, educação moral e educação sexual, contribuindo diretamente para as propostas e os tratados pedagógicos. Nestes textos Porto-Carrero trata das primeiras fases do desenvolvimento psicosssexual na educação das crianças; fala da importância de figuras como o médico, o pedagogo e o psicólogo no processo de formação dos alunos, afirmando que a psicanálise é um instrumento que deve ser utilizado em crianças nervosas, viciadas, perversas, invertidas, sádicas, tímidas, rebeldes e mentirosas, em suma, naquelas que representem ameaças futuras.

As preocupações se estendem para a educação moral das crianças. Ele observa que a ansiedade e as vontades culminam das manifestações de outros processos psíquicos como a atenção, a memória, o esquecimento, o raciocínio e a percepção, sempre acompanhados pela afetividade. Também destaca o papel que deve ser desempenhado pelos pais e pelos professores na educação sexual dos alunos, chegando a afirmar que o lar deve ser a continuação da escola, ou seja, uma extensão que garanta a permanência dos métodos e prevenções. “E venham dizer-me os educadores que a escola deve ser continuação do lar! Não e não. A esse princípio antepoño esse outro: o lar deve ser a antecipação da escola”. (PORTO-CARRERO,1934, p.187). Todavia, destaca as limitações dos pais como educadores e conhecedores da psicanálise, dizendo que tais atividades técnicas desempenhadas pela escola substituirão as falhas da família nestes processos.

Muito atento aos prazeres da sexualidade infantil recém-descoberta pelas teorias freudianas, Porto- Carrero tece considerações sobre a masturbação das crianças, a fricção clitoridiana das meninas desde cedo, a curiosidade sexual, as neuroses e os traumas da precocidade, enfim, pode-se perceber, por meio de seus escritos, um imaginário da sexualidade infantil sendo construído, formando-se em detrimento das interpretações dos saberes da psicanálise, que povoados por doenças, medos, histerias, desvios sexuais,

neuroses, etc, passaram a justificar comportamentos e a influenciar toda uma pedagogia normalizadora da educação sexual e da moral do uso dos prazeres das crianças brasileiras, servindo-se de instrumento ao aparelho heteronormalizador.

Destacam-se entre os textos compilados (*Ensaaios de Psicanálise*) três temas em especial, como eu havia descrito anteriormente, sendo eles: a *homossexualidade*, os perigos da *educação fantasiosa* e o futuro da *pátria* e da *raça brasileira*. Em todas essas preocupações a esfera da “cultura” como o “meio social” modulam seus sujeitos, e por isso, a necessidade de uma educação centrada nos saberes da psicanálise para um processo de assujeitamento e ressignificação cultural.

Constata-se por meio das pesquisas¹² e estudos produzidos sobre o autor e seus escritos nos últimos anos, que a homossexualidade não aparece como preocupação para esses autores (a)s/estudiosos (a)s, mesmo o tema estando presente em diferentes gêneros das publicações de Porto-Carrero como um comportamento repugnante a ser combatido. As questões que levam o esquecimento ou a recusa de abordar o fantasma da homossexualidade em Porto-Carrero podem ser inúmeras e justificáveis, mas reportam o lugar subalterno que ainda abrigam essas preocupações, os porões da história.

Antes de analisarmos como a potencialidade destes saberes sobre a psique humana promoveu no âmbito social a produção de um imaginário acerca da sexualidade das crianças brasileiras, se torna pertinente colocar em evidência as propostas eugênicas em circulação no Brasil deste período (1920-1930), uma vez que a historiografia é unânime em constatar a intrínseca relação entre as primeiras produções psicanalíticas e os discursos eugênicos.

¹² MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2007. MOKREJS, Elisabete. *A Psicanálise no Brasil – As origens do pensamento psicanalítico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993. _____. *Psicanálise e Educação – Júlio Pires Porto-Carrero e a pedagogia eugênica na década de 1930 no Brasil*. In *Revista Faculdade de Educação de São Paulo* 15(1): 5-118, jan/jun.1989. RUSSO, Jane. *Júlio Pires Porto-Carrero: a psicanálise como instrumento civilizador*. In Duarte, Luiz Fernando Dias, Russo, Jane e Venâncio, Ana Tereza (orgs). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. *História da Psicanálise – São Paulo (1920-1969)* – São Paulo: Escuta, 2005.

2. EM NOME DA ORDEM E DO PROGRESSO: OS DISCURSOS EUGENICOS



Imagem - 08: Imaginário Europeu durante as Grandes Navegações.

Fonte: <http://oridesmjr.blogspot.com.br/2011/10/navegar-e-preciso-grandes.html>

Essa coisa monstruosa revela uma vida própria, uma inteligência, uma astúcia como se nela pairasse o espírito do mal. Enorme e desganhada, persegue com intenção o barco por entre clamores desesperados e apupos, atirando-lhe farrapos negros por todos os lados. De quando em quando um grito, um grito mais alto de ser vivo e desconforme, ou um choque que abala todo o navio. Os homens olham fascinados o monstro imenso e negro, vivo e negro, e esperam. Esperam a vida ou a morte. Esperam-na no segundo que decorre; esperam-na na pausa da catástrofe – e outra vez o ciclone se enovela a volta daquelas tábuas e desencadeia todas as fúrias que traz consigo e as atiram todas juntas e a rebramir ao mesmo tempo, a rasgar-se de cólera ao mesmo tempo, enquanto as ondas em choques sucessivos arremetem. Angústia, pavor – e o monstro sempre à volta, sempre à volta, procurando levá-los para um ponto que é o abismo. Fugir só pela tangente – fugir ou morrer, enquanto o clamor das ondas, que sobem até ao ar para caírem entre espumas refervendo, aumenta e ameaça meter no fundo aquela caranguejola que se atreve a lutar e a vencer. Espasmos de raiva impotente para se seguir outro assalto formidável. Às vezes a catástrofe assume extraordinário esplendor; outras paira no céu o terror baço, e suspenso. As velas não resistem e despedaçam-se e tudo parece acabar no mundo. A noite é o inferno, a noite é trágica (BRANDÃO, 2001, p.160).

A produção de um imaginário, assim como sua percepção, depende das condições sociais, culturais, intelectuais, tecnológicas, econômicas e políticas pela qual um grupo de pessoas ou uma sociedade vivencia ou vivenciou. Desta forma, acredito ser importante me ater sobre alguns destes aspectos descritos acima, compreendendo os jogos de poderes e saberes que permeavam o Brasil dos anos 1920, contribuindo para os estudos do imaginário.

No despertar da Idade Moderna, por exemplo, os reinos ibéricos entusiasmados pela conquista de territórios além-mar lançavam seus navios em oceanos com o intuito de comercializar mercadorias, trazer especiarias ao continente europeu e também conquistar novos territórios, além de difundir o cristianismo. Nesta empreitada, os navios que naufragavam, desapareciam ou eram destruídos por tempestades, aos olhos destes homens eram embarcações que haviam sido devoradas por criaturas marinhas, monstros, hidras e demônios. Este imaginário foi possível devido às condições tecnológicas que aquela respectiva sociedade do século XVI vivenciava, ou seja, mediante a inexistência de aparelhos, como a bússola, o astrolábio, o barco a velas entre outros recursos, portanto, o que propiciava às embarcações poucos instrumentos para se orientarem, perdendo-se facilmente nos oceanos. Além disso, prevalecia uma visão de mundo teológica, o que mobilizava a população a elaborar interpretações fantasiosas dos fatos. O momento de austeridade econômica pelo qual passavam o reino de Portugal e Espanha também foi um importante elemento político para incentivar homens a lançar-se aos oceanos, afim de conquistar novos territórios, mercadorias e expandir a religião cristã (catolicismo).

Se ignorarmos estes jogos de saberes e poderes que constituíam as vivências entre os homens desta época, torna-se dificultoso, senão impossível compreender o imaginário social ibérico até o século XVI, por isso, justifico nesta pesquisa a importância em discorrer o que se passava no Brasil durante o final do século XIX e início do século XX antes de adentrar o imaginário da psicanálise, em especial, de um dos precursores brasileiros, Júlio Pires Porto-Carrero.

No Brasil durante o final do século XIX, um conjunto de ideias, teorias e pensamentos desenvolvidos na Europa, até então pouco conhecido pelos cientistas, como a teoria de Jean Baptiste Lamarck, o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo foram introduzidos no cenário nacional.

A entrada contínua de obras que veiculavam tais ideias e suas leituras no país provocou interesse entre muitos profissionais de distintas áreas do conhecimento. Em muitos textos comentados por renomados autores nacionais sobre essas teorias é possível verificar uma concepção unívoca e semelhante de todas essas tendências. Muitas dessas interpretações foram utilizadas com a pretensão de justificar ou fundamentar um saber a fim de atingir um ideário ou até mesmo um projeto social, vinculados a uma ideologia de Estado ou de instituições científicas, provocando efeitos sobre todo o tecido social, no qual, ainda hoje, repercutem sobre a população.

Muitos desses saberes, de acordo com a historiadora Lilian Schawarcz (1993) se constituíram com base em concepções poligenistas, ou seja, do fortalecimento de uma perspectiva biológica na análise dos comportamentos humanos que passaram a ser interpretados como resultado de leis biológicas e naturais. Essas concepções receberam influências de outros saberes insurgentes do período, como a frenologia¹³ e a antropometria¹⁴, ambas caracterizadas pelos estudos científicos sobre as medidas e proporções dos crânios entre os diferentes povos. Tais estudos evidenciaram o papel ocupado pelo viés determinista, afastando as análises de perspectivas humanistas, e estabelecendo associações entre as características físicas corporais e o espírito, a alma do indivíduo.

A *antropologia criminal* do século XIX, por exemplo, desenvolvida a partir dos estudos do pesquisador Césare Lombroso¹⁵ (1876), afirmava que a criminalidade era uma espécie de fenômeno físico e também hereditário, podendo ser diagnosticado sua tipologia em distintas sociedades.

Schawarcz (1993) a respeito da antropologia criminal, afirma:

Larga também foi a influência desse tipo de pesquisa no campo da doença mental. Os estudos sobre loucura, um dos primeiros domínios de aplicação da frenologia, tinham nesse modelo científico a base para as novas concepções e para a justificação de seus métodos de tratamento

¹³Teoria que acredita ser capaz de determinar o caráter, as características da personalidade, e o grau de criminalidade pela forma e circunferência do tamanho da cabeça. Os estudos da frenologia contribuíram com as ciências médicas ao afirmar que o cérebro é o órgão da mente e suas áreas específicas estão interligadas com respectivas funções do cérebro humano.

¹⁴Conjunto de técnicas utilizadas para medir o corpo humano e suas partes.

¹⁵Médico cirurgião positivista, dedicado aos estudos da psiquiatria e antropologia. Lombroso defendia que pelas características somáticas dos indivíduos seria possível prever aqueles propensos a criminalidade.

“moral” sobre o indivíduo e para o estabelecimento de conclusões que traçavam as ligações entre a loucura individual e a degeneração de cunho racional. A frenologia alcança tal visibilidade que acaba sendo amplamente utilizada (SCHAWARCZ, 1993, p. 65).

A perspectiva poligenista e seus estudos ganharam fôlego com as publicações de Charles Darwin (1859), em especial, sua principal obra *A Origem das espécies* de 1859, a qual influenciou muitos cientistas a reforçarem a poligenia, fundamentados no darwinismo social, tornando-se necessário “pensar na antiguidade da “seleção natural” e na nova realidade que apresentava: a mestiçagem racial” (SCHAWARCZ, 1993, p. 74), resultado da hibridação entre diferentes raças, o que para alguns pesquisadores deveria ser evitado.

Esses novos saberes sobre as raças implicou em um ideal político centrado nos ideais de superioridade e inferioridade, um desdobramento do darwinismo social com diferentes vertentes interpretativas. Os estudos que buscavam essa pureza racial, assim como métodos que evitassem a hibridação da espécie ficaram conhecidos por eugenia.

A etimologia da palavra “eugenia” implica na tradução dos ideais políticos deste saber, a busca por uma *boa geração* (eu = boa, genus = geração), também podendo ser definida, a partir de alguns movimentos eugenistas, como um movimento de aprimoramento da raça humana, uma espécie de preservação da pureza de determinados grupos. Como ciência, os estudos da eugenia basearam-se nos entendimentos das leis da hereditariedade humana.

Desenvolvida pelo naturalista britânico Francis Galton, sua publicação *Hereditarygenius* foi aclamada como o texto que deu origem à eugenia. Galton, a partir de critérios estatísticos e também genealógicos, buscou comprovar na hereditariedade do homem a sua capacidade, atribuindo a outros fatores de implicações sociais um papel secundário na formação das capacidades mentais. Nesta perspectiva, justificava-se a interdição de casamentos entre pessoas de diferentes raças e idades e as necessidades de se verificar no parceiro suas propensões para o alcoolismo, epilepsia, idiotia, entre outros males, uma vez que afetava diretamente o equilíbrio genético e conseqüentemente o aprimoramento sociorracial pela hereditariedade.

Foi durante os finais dos anos 1880 e início dos anos 1890 que a eugenia passou a se tornar um movimento social e científico (SCHAWARCZ, 1993), cumprindo uma série de metas e obrigações, dentre elas, o estabelecimento de critérios para o cumprimento das leis

da hereditariedade humana, proporcionando a seleção de indivíduos biologicamente regenerados, assim como o controle dos casamentos por meio de exames que verificassem as condições biológicas, desencorajando uniões consideradas nocivas à sociedade.

O movimento eugenista incentivou “uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social” (STEPAN, 1991, pp.1-2).

O problema da hereditariedade apontava o sexo enquanto elemento que deveria se voltar para uma perspectiva de responsabilização biológica com toda a espécie. Acreditava-se que por meio do sexo e da sexualidade o indivíduo além de poder ser afetado por diversas doenças, poderia transmiti-la para as futuras gerações. Portanto, emerge daí preocupações médicas e políticas com a gestão estatal dos casamentos, um controle sobre o sistema de alianças, nascimentos e óbitos. Esta perspectiva proporcionará o surgimento de uma medicina das perversões e programas de eugenia, que se articularão facilmente com os ideais políticos institucionais, porque a teoria da degeneração permitia, conforme Nunes (1988, p.77) que se referissem a “explicar de que modo uma hereditariedade carregada de doenças produzia um perverso sexual, assim como de modo uma perversão sexual induzia a um esgotamento da descendência”.

Grande parte dos movimentos eugenistas expressavam os valores de uma política social fundamentadas numa perspectiva racista e determinista. Contudo, não podemos generalizar as pretensões, os métodos e os saberes utilizados pelos movimentos e pelos simpatizantes da eugenia.

A pesquisadora Nancy Stepan em sua obra *A Hora da Eugenia: raça, nação e gênero na América Latina* (2005) descreveu sobre as divergentes correntes ideológicas que se propuseram a pensar uma sociedade eugenizada, destacando as distinções entre os modelos eugênicos adotados na Europa e na América do Norte, diga-se estadunidense, daqueles incorporados e desenvolvidos na América Latina, em especial, no Brasil dos anos 1920¹⁶.

¹⁶ A partir dos anos 1920 cientistas e intelectuais eugenistas no Brasil começaram a interrogar as argumentações de que o clima tropical do país e a hibridez racial fossem fatores definidores para explicar a sexualidade desregrada do homem brasileiro, assim como a puberdade precoce, salientando que tais hábitos e comportamentos estavam associados à educação moral e sexual. Para maiores informações, consultar: CARRARA, Sérgio. **Estratégias Anti-Coloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil entre-guerras**. In

Durante a década de 1920 alguns cientistas e intelectuais brasileiros, como o antropólogo Roquette-Pinto questionaram os efeitos degenerativos da população brasileira ocasionada pela miscigenação racial. O antropólogo foi um defensor de que a inferioridade brasileira não estava associada à hibridez racial, mas sim a ignorância e educação moral e sexual. Para Roquette-Pinto (1978) a miscigenação poderia se tornar danosa quando feita ao azar, sem as devidas orientações eugênica e higiênica.

Na Europa e nos Estados Unidos predominou a adoção de uma eugenia mendeliana¹⁷, ou seja, a ideia de total separação entre as unidades hereditárias e as influências do meio. Nesta perspectiva nenhuma modificação provocada pelo ambiente social resultaria em melhorias, transformações ou alterações das características hereditárias dos indivíduos. Os esforços da educação para o aprimoramento humano não derivariam, a posteriori, em alterações na hereditariedade.

No Brasil, houve defensores de uma eugenia mendeliana, porém, o próprio histórico decorrente do processo colonizador da nação fez com que muitos cientistas se apoiassem numa perspectiva eugênica de vertente lamarckista (STEPAN, 2005).

Foram fundamentados na perspectiva teórica do biólogo francês Jean Baptiste Lamarck e seus estudos sobre a herança dos caracteres adquiridos que os movimentos eugenistas nacionais se desenvolveram. Nos estudos de Lamarck entende-se que as influências externas no decorrer da vida de um indivíduo podem modificar permanentemente o plasma germinativo. Um exemplo clássico da teoria lamarckiana é o da girafa, que de tanto esforçar-se ao longo dos anos para alcançar os alimentos em lugares altos provocou alterações hereditárias resultando no aumento do pescoço.

Os estudos eugenistas de vertente lamarckiana possibilitavam aos cientistas interpretarem as intervenções educacionais como parte de um processo de melhoramento da espécie e da sociedade, provocando mudanças, alterações que afetariam as gerações posteriores, ou seja, atingindo a hereditariedade.

HOCHMAN, Gilberto (org). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 436-437.

¹⁷ O termo “eugenia mendeliana” ou “genética mendeliana” se originou a partir dos estudos de Gregor Johan Mendel e se refere a um conjunto de princípios relacionados à transmissão das características hereditárias dos indivíduos. Posteriormente, os estudos de Gregor Mendel foram incorporados na teoria do cromossomo no início do século XX, tornando-se a essência da genética clássica.

Na tradição lamarckiana, presumia-se que as influências externas ao longo da vida de um indivíduo poderiam alterar permanentemente o plasma germinativo, o que confundia a distinção entre plasma germinativo e somoplasma. Como teoria da hereditariedade, a herança dos caracteres adquiridos era já, de longa data, lugar-comum em biologia – na verdade, era a explicação padrão para o funcionamento da hereditariedade (STEPAN, 2005, p. 32).

Nesta tarefa eugênica de viés lamarckista, a sexualidade, assim como os comportamentos sexuais passaram a ser alvo de críticas, investigações e disciplinamentos, tendo em vista que por meio das relações sexuais e da hereditariedade é que se gestariam as proles que comporiam o cenário e o futuro da nação brasileira. A eugenia se apresentava como um programa normalizador, interessado na racionalização e na purificação da sexualidade humana. Os arremates discursivos que poderiam controlar e governar a sexualidade estavam parcialmente sob os poderes dos dispositivos “médico-científicos” e seus projetos intervencionistas como trataremos adiante.

Os saberes e ideais eugênicos, assim como os dispositivos de intervenção do sexo e da sexualidade humana não se restringiram ao continente europeu, pelo contrário, ganharam força através de diferentes propostas em outros continentes, dando origem a um novo processo colonizador, desta vez, tendo o corpo, o prazer e o desejo como territórios coloniais.

2.1 Eugenia e identidade nacional

Com o fim do regime imperial no Brasil em 1889, o exército brasileiro, aliado aos setores da burguesia cafeicultora paulista e ao Partido Republicano Brasileiro (PRP), instaurou a República Federativa. O povo, conforme o historiador José Murilo de Carvalho (1987) assistiu “bestializado” a proclamação da reforma de um modelo político do qual sequer tinham conhecimento, e que por sinal já se mostrava fragilizado, diante dos jogos de forças políticas entre os grupos civilistas e militaristas. As oligarquias predominantes e alguns setores republicanos ignoravam a mobilização de algumas alianças populares, desta forma, bastaria,

uma aproximação do processo de construção do novo sistema político e da ordenação de suas unidades federativas, para perceber os entraves

causados pela permanência de certos traços da estrutura monarquista e pelas divergências dos grupos que arquitetaram as novas bases políticas brasileiras (MOTA, 2003, p. 12).

Mesmo os republicanos tentando passar a ideia de uma transição pacífica e organizada do sistema político, ocorreram inúmeras manifestações e conflitos¹⁸ com a transição, trazendo à tona a fragilidade que enfrentava a recém-instaurada República.

Nas tensões políticas que moviam o período da época, os republicanos tinham de pensar as direções do futuro da nação, assim como sua identidade nacional, afinal, o brasileiro era tido como um sujeito em processo de formação identitária. Nesta investida, os conhecimentos e as teorias raciais que se desenvolviam na Europa chegavam ao Brasil através dos médicos, cientistas e intelectuais que estudavam em faculdades europeias, também pelos renomados médicos do velho continente que chegavam para trabalhar no país, além de traduções de obras acadêmicas. Tais acontecimentos contribuía cientificamente com as pretensões dos políticos liberais acerca da identidade brasileira.

A eugenia no Brasil foi acolhida num ambiente marcado pelas ações da medicina social nas grandes cidades (MACHADO et alii, 1978), pelos seus amplos projetos de higienização e pela intervenção direta dos costumes e hábitos da população, sobretudo, dos trabalhadores urbanos. A pobreza e a situação deplorável das camadas populares haviam se consolidado na consciência pública como uma questão nacional – “a questão social” e, de acordo com Stepan (2005, p. 47):

O grupo que mais inquietava os médicos, os especialistas em saneamento e os reformadores brasileiros era, em sua maior parte, constituído por negros e mulatos. Esses profissionais presumiam que doenças sociais se acumulavam na base hierárquica sócio-racial - que os pobres eram pobres porque eram anti-higiênicos, sujos, ignorantes e hereditariamente inadequados. Os preconceitos de raça e classe fundiram-se, por conseguinte, na linguagem da hereditariedade.

Destacou-se como exemplo das amplas propostas de higienização o episódio histórico ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, popularmente conhecido como “Revolta da Vacina”¹⁹.

¹⁸Dentre os conflitos, destacam-se os estados de sítio, assassinatos, depredações, prisões de civis e políticos, assim como de muitos militares.

Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Reação desmensurada mas reveladora da violência com que se aplicavam esses projetos de higienização foi a “Revolta da Vacina” (1904). Apesar do acerto da medida e da vacinação obrigatória, a força da mobilização popular indicava o descompasso entre os programas científicos e a compreensão por parte do povo (SCHAWARCZ, 1993, p. 46).

É possível inferir, a partir da adoção de projetos como este, que se tratava mais que a atenção e o cuidado com a vida da população urbana e local, almejava-se, num quadro mais amplo, empregar as teorias deterministas que se inscreviam na época, assim como o resultado das conclusões das práticas científicas, e o interesse em introduzi-las ao contexto nacional (SCHAWARCZ, 1993). Os ideais eugênicos passaram a estar em consonância com as medidas higienistas, enquanto um buscava higienizar tantos os espaços quanto os hábitos da população urbana, o outro almejava, num plano maior, a regeneração social por meio de medidas como o controle dos sistemas de alianças (casamentos), dos comportamentos sexuais e do governo dos corpos, ou se preferirem, por aquilo que Foucault chamou de uma “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p. 286).

Essa nova tecnologia de poder descrita por Foucault, que se fez atuante nas sociedades urbanas, é chamada “biopolítica”. A biopolítica trata de alguns processos tais como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa reprodutiva, a fecundidade de uma população, os instrumentos para selecionar a espécie; fenômenos que trazem a introdução de uma medicina que terá a função da higiene pública; dos tratamentos médicos e da centralização da informação, da normalização do saber e da medicalização do sujeito.

A biopolítica para Foucault (1999) lida com a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político. A medicina é, assim, um saber-poder

¹⁹ A Revolta da Vacina é um episódio caracteristicamente marcado pelo levante popular às autoridades públicas do município e Estado do Rio de Janeiro, em decorrência das leis sanitárias que, por meio de violentas intervenções urbanas, visavam obrigatoriamente vacinar a população contra as doenças que se proliferavam em ambientes residenciais considerados inóspitos como os cortiços e as casas insalubres, passando pela transformação, demolição e retificação das mesmas, assim como as de ruas, praças e avenidas em detrimento da boa higiene e livre circulação do ar.

que “incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

A eugenia no Brasil, no plano da biopolítica, passou a exercer ações de características *restritivas* e *construtivas*. Em suas ações restritivas destaca-se o controle dos casamentos, as propostas de esterilização²⁰ e a regulamentação do sexo e da sexualidade. A legislação, visando o impedimento entre epiléticos, alienação ou idiotia, era ressonância desta biopolítica de Estado eugenista, que declarava esses indivíduos incapazes de descendência normal. Por meio de ações construtivas a eugenia mantinha relações com higienismo e com o princípio hereditário, alertando sobre a realização dos exames médicos pré-nupciais, os quais deveriam ser exigidos por lei, a fim de evitar a formação de proles degeneradas.

Interessado nos planos, projetos e ações da eugenia no Brasil, assim como nos efeitos sociais e culturais causados por seus ideais políticos, busquei estabelecer um recorte temporal do pensamento eugênico brasileiro, tomando como marco a fundação da primeira Sociedade Eugênica do Brasil e da América Latina, fundada em São Paulo, em 1918. Os anais reunindo os textos e discursos dos médicos presentes foram publicados no ano posterior, 1919, sob o título de “Annaes de Eugenia”²¹.

A Sociedade Eugênica de São Paulo representou a primeira iniciativa organizada da eugenia na América Latina, reunindo importantes nomes da medicina paulista e carioca da época, como Renato Kehl, Arnaldo Vieira de Carvalho, Vital Brazil, Artur Neiva, Luíz Pereira Barreto, Antônio Austregésilo, Fernando de Azevedo, Juliano Moreira, entre outros. Cabe destacar que a Sociedade Eugênica de São Paulo não possuía nenhuma mulher, todas as reuniões e decisões ficavam restritas aos homens e membros da sociedade, que a definiam como uma “organização culta, científica e profissional da qual fluiriam estudos científicos, conferências e propaganda sobre o fortalecimento físico e moral da ‘raça’ brasileira” (STEPAN, 2005, p. 56).

²⁰Para mais informações, consultar MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 44-45.

²¹Criada em 1918, os membros desta sociedade dedicaram-se aos estudos da eugenia, da saúde pública e psiquiátrica da sociedade brasileira.

Uma das principais funções da Sociedade Eugênica de São Paulo foi propagar, através de palestras, conferências e livretos, a ideia da eugenia no cenário nacional e introduzir uma nova linguagem no debate brasileiro, suscitando temas como alcoolismo, doenças venéreas, controle de natalidade e de casamentos, sexualidade, higienização entre outros, todos relativos a regeneração e eugeniização racial dos brasileiros.

As reuniões eram, na maioria das vezes, organizadas pelo médico Renato Kehl, reverenciado como um dos grandes nomes da ciência eugênica nacional. Kehl chamava a atenção de outros médicos e membros da necessidade brasileira para se inserirem no cenário das nações avançadas nos estudos da hereditariedade, da evolução e também das influências do meio ambiente, ou, como destaca Stepan (2005) “das condições econômicas, da legislação, dos hábitos e costumes das pessoas a respeito da saúde” (STEPAN, 2005, p. 57), assegurando a seus ouvintes que a eugeniização não se tratava de uma utopia, mas uma realidade das nações científicas modernas.

Apesar de toda a repercussão da Sociedade Eugênica de São Paulo, suas atividades não duraram muito tempo e foram encerradas no final de 1919, em decorrência da partida do médico Renato Kehl para a cidade do Rio de Janeiro. Com a mudança de um dos mais expressivos nomes da eugenia nacional, a cidade do Rio de Janeiro passaria a ser a arena das discussões e das reuniões entre os simpatizantes e representantes da nova ciência.

O ano de 1929 é a outra ponta do marco cronológico elegido como recorte temporal dos movimentos eugenistas. Trata-se do ano em que foi realizado o I Congresso Brasileiro de Eugenia, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como ocasião para a realização deste congresso o centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina.

Organizado por Roquette-Pinto, o congresso durou uma semana, com a presença de mais de duzentos profissionais, incluindo médicos, renomados psiquiatras, precursores dos estudos da psicanálise nacional, jornalistas, autoridades das instituições e serviços estatais de saneamento e higiene pública e vários deputados federais de distintas perspectivas político-ideológicas. Além dos renomados nomes, o congresso também contou com a presença internacional de delegados argentinos, paraguaios, chilenos e peruanos.

Ainda, o I Congresso Brasileiro de Eugenia reuniu cientistas das variadas correntes da eugenia em desenvolvimento, ou seja, mendelianos e lamarckistas, o que promoveu debates e enfrentamentos ideológicos em algumas ocasiões durante a realização do evento

(STEPAN, 2005). Temas dos mais variados foram discutidos, como a regulamentação da idade mínima para o casamento, alcoolismo, educação moral e eugênica, imigração japonesa, educação sexual das crianças, tratamento dos doentes mentais, campanhas antivenéreas, etc. O sucesso do evento e a publicidade que recebeu pela imprensa de todo o país, sugere a importância que a eugenia ocupava no cenário nacional, científico e político daquele momento, assim como as pretensões e o desejo da regeneração racial de alguns setores da sociedade brasileira. A ata dos trabalhos apresentados e de alguns discursos proferidos durante a semana de sua realização encontra-se em um único livro, publicado em 1929, sob o nome de “Atas e trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia”, arquivado na Biblioteca Nacional, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Nesta pesquisa, o recorte temporal em destaque para a análise das pretensões da eugenia nacional possuem como limite a publicação dos anais da Sociedade de Eugenia em São Paulo, e as atas dos trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia, ou seja, o período compreendido entre 1919 e 1929. Dentro deste território temporal e intelectual, no qual se inscreve perspectivas ideológicas e pretensões políticas, é que serão privilegiadas outras fontes documentais e análises dos discursos sobre e acerca da sexualidade das crianças brasileiras, em especial, os textos do médico psiquiatra e psicanalista Júlio Pires Porto-Carrero, entre os anos de 1925 a 1928.

2.2 O governo dos vivos: disciplinando corpos e prazeres

No discurso de abertura da Sociedade Eugênica de São Paulo, o médico Renato Kehl²² (1919, p. 02) iniciou seu pronunciamento, dizendo:

A sociedade Eugênica de S. Paulo será moldada nos mesmos princípios da de Paris, a qual tem por presidente o Prof. Edmond Perrier, por vice-presidente o Prof. Houssay e o Prof. Landouzy, recentemente falecido. Esses nomes por si só são bastante para mostrar o valor que se dá em França aos estudos dos problemas que dizem respeito a descendência,

²²Renato Ferraz Kehl foi um médico renomado nacionalmente, consagrado pelo seu interesse e dedicação aos estudos de Francis Galton. Foi fundador junto de outros médicos - como Arnaldo Vieira de Carvalho, Afrânio Peixoto, Artur Neiva, Vital Brasil, Belisário Penna - da Sociedade Eugênica de São Paulo. Renato Kehl expressava os ideais das elites médicas e intelectuais do Brasil entre as décadas de 1910 e 1930.

hereditariedade, evolução, em suma, de todos os assumptos que se referem á ciência nova, que Galton denominou “Eugenia”.

A princípio verifica-se que as intenções desta sociedade encontravam-se diretamente vinculadas às propostas eugênicas propagadas na Europa, em especial, a francesa, tomando como inquietação os problemas da descendência, da hereditariedade e da evolução, em suma, com a imagem do homem brasileiro e, por consequência, a sua identidade. Conforme Kehl (1919, p. 03) “foram pautados pelos mesmos princípios elevados que regem os grandes países que o Brasil atingiria o progresso”. E por esta razão o país não poderia prescindir de ter uma sociedade eugênica, tais como já existiam na Europa e na América do Norte, mantendo como escopo a campanha contra os vícios, as perversões e os fatores de aniquilamento.

Estatutos foram elaborados pela medicina eugênica para nortear o compromisso e as intenções desta sociedade com a nação brasileira e, dentre os artigos redigidos, alguns eram primordiais em relação a manutenção e ao controle populacional, sendo “importante a questão do exame pré-nupcial, um dos meios de cercear a liberdade de dar nascimento a uma prole de degenerados, de idiotas, de tarados de toda espécie” (KEHL, 1919, p. 07).

Nas palavras do vice-presidente José Olegário (1919, p. 09) “cabe a Eugenia, e, portanto, a classe médica, o indeclinável esforço do dever de arregimentar forças, estabelecer disciplinas, criar coesão, e iniciar o empolgante combate que visa e que tem por objetivo selecionar física e moralmente a raça brasileira (OLEGÁRIO, 1919, p. 09)”.

Inicialmente, a questão que se coloca diante da aproximação ideológica entre os eugenistas brasileiros e as sociedades eugênicas europeias e norte-americanas é: como colocar em execução projetos raciais promovendo a regeneração da espécie brasileira, tendo em vista a miscigenação populacional no Brasil decorrente do processo colonizador? Buscava-se, assim como na Alemanha e nos Estados Unidos, métodos para clarear a população? Estimava-se, como nas políticas do Estado nacional socialista alemão, o extermínio dos impuros? Como se configuraram as estratégias, os planos e os dispositivos eugênicos no Brasil?

O que a historiografia apresenta, diante do embate das medidas eugênicas adotadas pelas políticas de Estado nacional e de instituições médicas e de saúde pública, é que há distintas ramificações ideológicas acerca dessas propostas, contudo, sendo priorizadas as de

vertente lamarckianas. O comentário feito pelo editor britânico K. E. Trounson, em 1931, transcrito pela historiadora da ciência Nancy Stepan (2005), expõe algumas direções que percorriam a eugenia no Brasil:

Aparentemente os brasileiros interpretam a palavra eugenia de forma menos restritiva que nós, levando-a a cobrir boa parte do que chamaríamos de higiene e sexologia elementar, além de não traçarem distinções claras entre condições congênitas devido a danos e doenças pré-natais que são estritamente genéticas. A genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas; a visão é mais sociológica que biológica (STEPAN, 2005, p.76 apud TROUNSON, 1931, p. 236)

Desta forma, a eugenia brasileira se mostrava distinta, uma variante da eugenia empregada pelos movimentos na Europa e nos Estados Unidos. Esta variante se distanciava das propostas mendelianas por se preocuparem com as interferências do meio social sobre o indivíduo, a hereditariedade e as propensões de hábitos, comportamentos e características provenientes de um determinado meio social.

O lamarckismo, assim como a corrente mendeliana, também ostentava a evolução como causa, porém, impulsionada por uma lenta e intencional adaptação às transformações e mudanças do ambiente. “Tratava-se, portanto, de uma evolução que parecia menos brutal, menos impessoal e mais humana que aquela proposta pelo naturalista inglês” (STEPAN, 2005, p. 79). Esta corrente eugênica (lamarckista) passaria a influenciar, segundo a autora, a antropologia, as ciências sociais, a psiquiatria, a medicina e, sobretudo, a psicanálise no Brasil.

Com base nas leituras e interpretações de alguns documentos, posso destacar que uma verdadeira aparelhagem discursiva foi elaborada em detrimento dos ideais da eugenia lamarckista, dentre eles, a preocupação com a sexualidade da população, sobretudo, a sexualidade infanto-juvenil.

A criança apareceu como grande causa da nação republicana nas primeiras décadas do século XX, por tratar-se do futuro promissor que constituiria a identidade nacional da pátria-mãe. O número de leis²³ produzidas neste período (1899 – 1927) foi significativo, na

²³A autora Irene Rizzini da obra intitulada *A Arte de Governar Crianças*, no segundo capítulo *Crianças e Menores: do pátrio poder ao pátrio dever*, faz um levantamento histórico da legislação para a infância brasileira a partir do final do século XIX no Brasil. Para maiores informações ver: RIZZINI, I. e PILOTTI, F.

intenção de regular a situação da infância brasileira, que passou a ser cerne de diversos discursos nas assembleias do Congresso Federal.

Conforme Rizzini e Pilotti (2011), a criança começou a adquirir uma dimensão política, o que muitos denominavam de “ideal republicano” na época, pois não se tratava apenas de ressaltar a sua importância, mas tinha-se a urgência de intervir, educando e corrigindo os menores, cumprindo a tarefa de transformá-los em indivíduos úteis para a nação, assegurando a organização moral da sociedade brasileira e da superioridade da identidade nacional. A criança tornou-se nesta empreitada um artefato biopolítico, pensada enquanto um construto cultural e ao mesmo tempo biológico, por depender do meio social como causa e implicação das transformações na ordem biológica hereditária.

A nobre causa que movia os ideais dos liberais republicanos sobre a urgência de uma educação moral das crianças, também passava por uma educação sexual, e esta pelo que parece, competia aos médicos e educadores.

A Eugenia procura fazer a educação sexual dos moços ensinando-lhes na nudez rude da verdade – os perigos que os esperam as paixões, os vícios. A Eugenia é, em suma, a ciência que deseja a elevação moral e física do homem, que uma vez dotado dessas qualidades ótimas será o elemento de paz na família, na sociedade, na Humanidade (PORTUGAL, 1919, p. 223).

O trecho acima, extraído do discurso do doutor Oswaldo Portugal demonstra como a sexualidade não era coibida ou reprimida por um discurso de interdição, pelo contrário, procurava-se falar da sexualidade circunscrevendo-a numa zona perigosa, dominada por vícios e paixões. Tais vícios e paixões de uma sexualidade anormal corrompiam a moral e a boa decência, perturbando a paz familiar e social. Tratou-se de erigir a sexualidade em negócio de Estado (DONZELOT, 1980), de controlá-la por meio de diferentes mecanismos como a família, a escola, a medicina e até mesmo a pastoral. Era necessário domesticar a sexualidade e o “instinto sexual”, protegendo a população dos males sociais decorrentes de comportamentos que infringiam a moral sexual eugênica e higienista, portanto científica.

A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 97-149.

A natural tendência evolutiva, aperfeiçoada do instinto sexual não pode e não deve encontrar obstáculos nos errados fenômenos sociais que vigoram hoje em dia e que constituem tremendos atentados a Higiene e a Eugenia. Diariamente, no banco das clínicas públicas, vemos desfilar uma multidão interminável de crianças taradas, cuja existência para a família é uma tortura e para a sociedade um grave fator de negação e de degeneração (MONTELEONE, 1929, p. 17).

O que seriam os chamados “errados fenômenos sociais” que vigoravam na época? Ao que tudo indica as palavras do doutor Monteleone remete-se a um tipo de comportamento comum no período. Refiro-me ao uso dos prazeres e da sexualidade por parte das crianças e dos adolescentes, que muitas vezes, buscavam em cabarés ou casas noturnas oportunidades para exercerem suas práticas sexuais, além de hábitos corriqueiros envolvendo sexualmente as crianças e criadas.

A discussão sobre os vícios e as práticas sexuais desde a mais tenra idade, envolvendo crianças e adolescentes já era objeto de preocupação entre os médicos eugenistas desde o início do século, podendo ser constatada no discurso do doutor Oswaldo Portugal. De acordo com Portugal (1919), existiam culpados, pessoas responsáveis, que eram coniventes com os vícios dessas práticas, colocando crianças e adolescentes à margem do perigo da contaminação de doenças venéreas, podendo ser comprovado pelos levantamentos estatísticos da saúde.

Os próprios pais muitas vezes são os primeiros a permitir liberdade aos filhos, mal irrompe neles à adolescência. (...) A prática precoce dos gozos sexuais, ao contrário, desprezando mesmo outras considerações, constitui assunto ponderoso encarado ainda só pelos perigos das moléstias venéreas. As estatísticas demonstram, e de maneira eloquente, que a contaminação nos anos juvenis sobrepuja de muito a de idades mais altas (PORTUGAL, 1919, p. 107)

Vedar os olhos para a urgência de uma educação sexual das crianças e dos adolescentes seria hostilizar os problemas enfrentados pelo Brasil, que buscava por meio de medidas eugênicas eliminarem as epidemias, as doenças e as infecções decorrentes das relações sexuais (PORTUGAL, 1919). Era do conhecimento dos médicos e dos pais a precocidade com que as crianças brasileiras iniciavam a vida sexual. Em sua tese de doutorado, sobre a sexualidade das crianças e dos adolescentes, o doutor Monteleone (1929) ressalta:

Podemos afirmar que 50% da mocidade brasileira, com esta nossa grave liberdade de costumes, em que uma criança de 15 anos já se acredita homem, talvez devido ao nosso clima, e frequenta com a maior naturalidade toda a sorte de “cabarés”, “dancings” e casas suspeitas (MONTELEONE, 1929, p. 80).

A Educação sexual tornava-se, a cada investida, um lugar para trabalhar sobre os corpos das crianças e dos adolescentes, elaborando pouco a pouco uma pedagogia de produção da “normalidade” e a ideia de que a normalidade era reverberação de uma pedagogia apropriada, base para os discursos eugênicos que evitavam aceitar a criança e os jovens como pequenos “investigadores do sexo”, interessados nos prazeres e afetos das relações sexuais e afetivas.

E si a inteligência governa os fenômenos da sexualidade, devemos cuidar paulatina e ponderadamente da diminuição desses tipos avariados, estabelecendo regras e leis de vida sexual. Regulemos o casamento. Mas regulemos o casamento mediante leis positivas e não projetos cujo cumprimento fica a cargo da consciência de cada indivíduo (MONTELEONE, 1929, p.17).

Com a preocupação da educação sexual foi dado ao médico e à família o poder de controle do corpo da criança, reinscrevendo noções de normalidade e anormalidade na ordem do comportamento sexual. De acordo com Foucault, “a família quem será o princípio de determinação, de discriminação da sexualidade, e também o princípio de correção do anormal” (FOUCAULT, 2010b, p. 221).

Por meio da produção de uma educação sexual conivente com os ideais da eugenia e da medicina social, a sexualidade que fugisse aos arremates das normas científicas passou a ser entendida como “parafilia²⁴”, levando as famílias a combaterem e aceitarem as intervenções médicas que de acordo com Costa (2004, p. 173) “revelava os segredos da vida e da saúde infantis, ao mesmo tempo em que prescrevia a boa norma do comportamento familiar dos adultos. Na família higiênica, pais e filhos vão aprender a conservar a vida para poder colocá-la a serviço da nação”.

²⁴Em determinadas ocasiões, o comportamento sexual parafílico pode ser considerado como perversão ou anormalidade.

As medicinas higienistas e eugênicas, fundamentadas pelos princípios da moral e saúde da população acabaram se tornando a ciência de proteção científica da sociedade brasileira e hereditária da espécie, um aparelho de gestão das anomalias e doenças individuais, corroborando amplamente para decisões jurídicas, ou até mesmo usufruindo do próprio papel de decisão, pois se encontrava em seus saberes os perigos e deletérios que necessitavam de intervenção para o desenvolvimento, proteção e progresso de uma sociedade eugenizada,

(...) portanto, indivíduos eugenizados, adestrados biologicamente, conformados racialmente seriam homens potencialmente aptos para ingressarem no processo social da construção civilizatória do país, moldados por um disciplinamento que do biológico estender-se-ia ao social e cuja matriz biológica deveria ser o sexo disciplinado (MONTELEONE, 1929, p. 21).

Foi sobre o governo dos corpos e da sexualidade das crianças que a eugenia arquitetou parte de seu projeto intervencionista com o intuito de instituir regras morais e etárias para o exercício da sexualidade e do casamento, elegendo aqueles que estariam aptos ou inaptos a procriarem, desta forma, zelando pela formação de uma família sólida e de indivíduos regenerados. Portanto, não devia se insistir no contrário, que conforme Monteleone (1929) “é impatriótico. Os anormais não têm direito à geração de tipos anormais”. (...) “O papel da Eugenia, é evitar nas uniões sexuais, a reprodução de seus morbidamente tarados. A hereditariedade é a base material da Eugenia” (MONTELEONE, 1929, pp. 21-28).

Pode se constatar, por meio dos discursos eugênicos brasileiros, que não há um consenso sobre as propostas intervencionistas de regeneração racial, esses pensamentos tem em comum apenas a preocupação com o fator da hereditariedade. Tais discursos permitem questionar as distintas opiniões acerca do progresso social e racial da nação brasileira. Dentre eles, destacam-se medidas baseadas em intervenções culturais, ou seja, privilegiando o meio social como possibilidade de transformações e outras mais extremas, percebendo no branqueamento populacional as probabilidades de alcançar uma suposta evolução da espécie.

A miscigenação racial no Brasil atravancava os aspectos de hereditariedade, de acordo com alguns médicos eugenistas (e também alguns políticos liberais), sobretudo,

àqueles aliados a uma perspectiva mendeliana, que consideravam necessário primeiramente embranquecer a população e, posteriormente, dar outros passos rumo ao progresso social (MONTELEONE, 1929). Mas como embranquecer a população brasileira? Algumas das respostas estão diretamente atreladas a um projeto de educação moral e sexual da nação, sobretudo, da jovem e promissora nação, ou seja, das crianças e dos adolescentes. Outras estratégias de branqueamento encontravam-se nas políticas de Estado relativo à imigração para o Brasil.

Em relação à primeira, era preciso educar as crianças sexualmente, fazê-las entender a melhor idade de iniciação sexual, prepará-las para escolherem seus pares adequados, e conscientizá-las de que o progresso viria em consequência dessas boas escolhas (MONTELEONE, 1919). Portanto, a esterilização daqueles que se esquivassem dos modelos eugênicos seria uma atitude de amor à pátria, amor ao progresso da raça brasileira, evitando a hereditariedade dos tipos disgênicos e degenerados.

Apresentava-se também a importância em clarear a população como medida que, para alguns médicos, estava relacionada a um caldeamento, de forma que a branquitude se sobressaísse às demais etnias nacionais, formando assim uma raça, um tipo étnico específico.

É este, e não se pode por em dúvida, um dos problemas mais importantes da nossa nacionalidade, cujo povo brasileiro agora é que, pode-se dizer, com a atual e futuras gerações, inicia seu verdadeiro período de caldeamento, que dará a nação, de futuro, um tipo de brasilidade que se apresentará cada vez mais preso á terra, seu meio físico, apresentando qualidades magnificas de ordem étnicas próprias (MONTELEONE, 1929, p. 107).

Um das formas encontradas para o clareamento da população nacional foi impedir a imigração de indivíduos que não contemplassem os requisitos do projeto eugênico de regeneração nacional, evitando a imigração de doentes, negros, criminosos e tarados de toda espécie e aceitando a imigração de outros, no caso, em que as características físicas e culturais contribuíssem para a formação e o progresso do homem brasileiro, falo dos tipos caucásios. Acreditava-se que essas políticas interventoras com relação à imigração diminuiria a reprodução dos mestiços, e sendo a pigmentação branca mais forte comparada

à negra, em pouco tempo teríamos uma população visivelmente mais clara, é o que nos afirma Monteleone (1929) em sua tese de doutoramento.

O crescente número de imigrantes europeus trazidos para o Brasil era considerado um fator importantíssimo para o embranquecimento das futuras gerações. Pude notar nos estudos de Monteleone os ideais e as pretensões que moviam as aspirações da eugenia, percebendo no aumento do arianismo e na diminuição de mestiços e negros a contemplação de uma raça em processo de regeneração.

Nos vinte anos que vão de 1888 a 1908 só o Estado de São Paulo recebeu mais de um milhão de imigrantes das seguintes nacionalidades: italianos, espanhóis, portugueses e austríacos.

Daí o acelerado processo clarificador das nossas populações, que se notam no platô de Iguazu, no Paraná, em Santa Catharina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, zonas de grandes fluxos imigratório, em contraste com a lentidão do processo clareador nas outras regiões do país, especialmente nos sertões setentrionais, zonas onde a infiltração dos continentes imigratórios arianos tem sido muito inconstante e lamentavelmente falha. Nesse trabalho de refinamento da raça- observa Oliveira Vianna – vemos o branco impor cada vez mais aos tipos mestiços, os seus caracteres, não só somáticos, como psicológicos. Essas misteriosas operações vão, em virtude dessas relações sexuais, não só arianizando a cor, como também os outros atributos físicos, inclusive a beleza (MONTELEONE, 1929, p. 114).

A busca não só pela boa raça, como também pelos valores de beleza estéticos e estrutura comportamental e psicológica, estavam atrelados aos tipos caucasianos, e embranquecer a população brasileira seria contemplar um projeto regenerador. Tal ideal declaradamente racista era disseminado por todo o país, assujeitando as diferenças étnicas, sexuais e afetivas que se esquivavam das regulamentações eugênicas impostas como medida que nos conduziria ao progresso e a uma raça forte, física e intelectualmente. Contrariar tais medidas propostas pela eugenia nacional seria como ser contrário ao progresso da nação, da saúde, da evolução da espécie e da sociedade brasileira.

Monteleone (1929) acreditava que um tipo étnico único, resultado da hibridação entre diferentes povos e raças marcaria as especificidades das características eugênicas brasileira, de nossa superioridade enquanto raça e nação, porém, esse privilégio só se alcançaria em detrimento da imposição dos tipos caucasianos sobre as demais raças e etnias no país.

O historiador André Mota (2003) sobre as análises de Jair de Souza Ramos sobre as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável no país, entre as décadas de 1920 a 1930, constatou os critérios eugênicos adotados pelo Estado nacional, fundamentados na concepção de raça, habilidades físicas e dimensões culturais e históricas.

O autor (2003) descreve que a partir dos anos 1920, cidadãos afro-americanos foram atraídos por convites de jornais dos Estados Unidos e do Brasil para viverem aqui, tendo como argumento o paraíso racial brasileiro e as grandes oportunidades de trabalho. Essas propagandas passaram a chamar atenção de muitos grupos ativistas negros, que viram no Brasil a oportunidade de resgatar seus direitos civis e políticos que não exerciam nos Estados Unidos devido à lei Jim Crow²⁵. Convictos de suas possibilidades de crescimento, assim como da concessão de direitos, um grupo afro-americano de Chicago, queria comprar terras no Estado do Mato Grosso, tendo como intuito a fundação de uma pequena colônia. Esta oportunidade fez com que os negros americanos formassem uma companhia de colonização, denominada BACS (*Brazilian American Colonization Syndicate*). Eles esperavam cumprir as exigências prescritas pelo governo do Brasil aos imigrantes que quisessem viver no país.

Assim que se proliferou no Brasil a possibilidade da fundação de uma colônia negra de norte-americanos, muitos jornais passaram a publicar notícias relatando que as intenções do governo dos Estados Unidos eram transferir sua população negra para nosso país, o que contrapunha as medidas e a política de branqueamento por parte da elite social e política brasileira, assim como científica.

Outra argumentação sobre a instalação de uma colônia negra no Brasil referia-se à temeridade da disseminação do ódio racial que poderia ser introduzida por esses imigrantes, em uma nação marcada, de acordo com as elites governantes, por “relações cordiais entre toda população” (MOTA, 2003). Mediante essas questões, as manifestações com o intuito de barrar o projeto da BACS conquistaram força e atenção por parte dos brasileiros,

²⁵ Leis estaduais decretadas nos estados do Sul dos Estados Unidos, em vigor entre 1876 e 1965, que afetaram diretamente os negros do país. A lei é a base formal daquilo que chamamos por apartheid, separando os locais públicos como escola e hospitais entre brancos e negros, restringindo os direitos civis aos cidadãos negros norte-americanos. Para mais informações, consulte: BARNES, Catherine A. **Journey from Jim Crow: The Desegregation of Southern Transit**. Columbia: University Press, 1983.

envolvendo medidas dos governos e dos políticos que iam até as tribunas discorrer sobre a ameaça negra que o Brasil enfrentava (MOTA, 2003).

Em 1923, o deputado Fidélis Reis organizou um projeto anti-imigrantista e, sobre suas intenções, falou publicamente:

Quando então, pensamos, Sr. Presidente [da Câmara], na possibilidade próxima ou remota da imigração do preto americano para o Brasil é que chegamos a admitir a eventualidade da perturbação da paz no continente (...) O nosso preto africano para aqui veio em condições muito diferentes, conosco pelejou os combates mais ásperos da formação da nacionalidade, trabalhou, sofreu e com sua dedicação ajudou-nos a criar o Brasil (...) O caso agora é substancialmente outro. E deve constituir para nós motivo de sérias apreensões, como um perigo iminente a pesar sobre nossos destinos. (MOTA, 2003, p.74).

As intensas reclamações e pedidos exigindo a recusa imigratória de negros americanos ao Brasil, obtiveram como resultado a interdição por parte do governo mato-grossense à BACS, ao mesmo tempo em que o Itamaraty negava os vistos de entrada para seus integrantes. Estava decretado o fim da BACS e qualquer pretensão de apoio a este tipo de imigração. Ao mesmo tempo, a chegada de imigrantes europeus oriundos de países como Itália, Portugal, Alemanha e Espanha aumentavam significativamente, sobretudo, nas regiões sul e sudeste, demonstrando como os ideais e as medidas eugênicas não se restringiam à medicina, mas já se incorporavam nas políticas federais.

É quase impossível separarmos os argumentos dos médicos eugenistas em uma estrutura binária que se comprometa entender seus discursos pelo viés biologizante ou cultural, pois ambos os elementos aparecem emaranhados em uma rede discursiva e interpretativa que percebe a negritude como um conjunto fisionômico estético racial inferior, e ao mesmo tempo vê o arcabouço cultural dos povos não brancos, europeus, como um legado de atraso psíquico para o desenvolvimento e aprimoramento de uma raça brasileira. Em ambas as preocupações, ou seja, tanto com a raça quanto aos costumes culturais, vigorava uma inquietação em comum, a hereditariedade ou se preferirem, a sexualidade.

2.3 Pelo futuro da pátria-mãe: o controle dos sistemas de alianças

Os discursos eugênicos no Brasil mostram como o sexo passou a ser tratado enquanto sinônimo de casamento, instrumento político para garantir o ideal da constituição de indivíduos fortes e sadios para a nação brasileira. O controle sobre o sistema de alianças foi e vem sendo parte de um conjunto de medidas institucionais, como a regulamentação do Estado sobre as uniões, a intervenção médica por meio dos exames pré-nupciais, o controle da natalidade, a concessão de herança do parceiro, a divisão de bens, entre outros aspectos.

Nas primeiras décadas do século XX despontou a importância de um governo sobre o sistema de alianças, uma vez que para alcançar os ideais eugênicos do processo de aperfeiçoamento da raça brasileira seria preciso mediar as formações conjugais que se consolidavam e os filhos provenientes dessas relações. O casamento aparecia como possibilidade de intervenção e comando das formações familiares para os saberes médicos, e nesta ofensiva uma aparelhagem biopolítica normalizadora se instaurou.

Para Monteleone (1929), somente “casamentos eugenicamente orientados concorrerão para diminuir e atenuar os vícios da família, evitando a transmissão de disposições mórbidas de pais a filhos e a procriação de entidades malformadas, degeneradas, inúteis à família e a pátria” (MONTELEONE, 1929, p. 28).

O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929 na cidade do Rio de Janeiro, reuniu os nomes mais célebres da medicina da época e não poupou esforços nas discussões acerca dos casamentos. Nestas atas estão, portanto, os discursos que traçavam os trilhos pelos quais percorriam os pensamentos médico-eugênicos na década de 1920, no Brasil.

Joaquim Moreira da Fonseca, em seu texto *Casamento e Eugenia* demonstrou preocupação com a regulação e regulamentação das idades entre os conjugues, dizendo:

(...) Para atender ao ponto de vista eugênico, melhor será que o casamento se faça tendo vista não só a perfeita saúde como o completo desenvolvimento físico dos noivos, especialmente no que toca ao aparelho de reprodução. O nosso dispositivo de lei que estabelece a idade mínima de 18 anos para homens e 16 para as mulheres, sempre a mesma para todos os indivíduos, deixa margem para o absurdo de se consentir por exemplo no casamento de uma menina de 17 anos, sem o perfeito desenvolvimento de seus órgãos genitais e assim incapaz de realizar uma prole válida, enquanto se impede o casamento de uma outra de 15 anos,

precocemente púbere e já em plena maturidade sexual, fato que não é, aliás, raro em nosso meio, atendendo-se a que no Amazonas e no Rio Grande não são as mesmas as datas em que se inicia o aparecimento da puberdade. Nessa questão conviria ainda acentuar que entre nós uma certidão de idade é a coisa mais comum e mais fácil de ser falsificada (FONSECA, 1929, p. 299).

Preocupado com a insólita formação familiar proveniente da imaturidade entre pessoas muito jovens ou mesmo na fase da puberdade, o discurso de Fonseca chama a atenção para os filhos oriundos dos relacionamentos que constituiriam o futuro nacional, os quais poderiam prejudicar as medidas eugênicas que constantemente reiteravam o processo de aperfeiçoamento da espécie por meio da geração e educação de filhos saudáveis. Sendo assim, para atender ao ponto de vista eugênico, o melhor seria regulamentar as idades estabelecidas das uniões, atendendo as exigências de um ponto de vista biológico, justificado a partir da formação dos órgãos reprodutores.

Fonseca (1929) também fez uma comparação estatística entre as idades de casamento permitidas no Brasil e em outros países europeus. Ele ressaltou que os filhos provenientes de relações entre indivíduos muito jovens poderiam ter prejudicado o seu desenvolvimento moral, intelectual e cultural, por se tratar de pais inexperientes e economicamente instáveis. O autor tomou como argumento para justificar sua posição a favor do estabelecimento das idades de casamento o fator da mortalidade entre meninas de 15 e 20 anos e apoiou-se nos discursos de Souza Lima e Renato Kehl, os quais também condenavam relações precoces. Fonseca (1929) afirmou:

A proibição de casamentos dos menores de 18 anos e das menores de 16 refere-se a uma defesa da sociedade contra o indivíduo, pois bem que antes dos 16 e dos 14 se possa em geral, principalmente em nossos climas e com as nossas misturas étnicas, procriar, convém-se que seria desastroso para a prole e para os indivíduos semelhante precocidade.

Renato Kehl, que é uma das nossas maiores autoridades nestes assuntos, escreve: Embora a atividade genésica em ambos os sexos se pronuncie, nos nossos climas, entre os 12 e 16 anos, ela não corresponde nessas idades ao completo desenvolvimento procriador dos indivíduos. Na juventude o esqueleto acha-se incompletamente ossificado, inconsolidado, os órgãos genitais incompletamente preparados para exercerem a delicada função de reprodução. O casamento, pois, de indivíduos muito jovens é absolutamente condenável (FONSECA, 1929, pp. 300-301)

Alguns marcadores biológicos do corpo humano, como a menstruação e o esperma, encarados anteriormente como ritos de passagem para a vida sexual foram interrogados enquanto “ritos” que lhes permitiam ingresso as atividade sexuais.

(...) Quando se trata de discutir a questão da idade em relação com o casamento, os compêndios da medicina legal começam referindo a época em que as mulheres têm suas primeiras regras, como se isso tivesse uma importância decisiva no assunto, esquecendo-se de que é até possível a prenhez mesmo antes da menstruação. E vêm logo à baila os casos de meninas que foram regradas nos primeiros anos de vida e dos meninos em cujo sêmen foi encontrado o espermatozoide antes dos 10 anos.

É um erro supor que o aparecimento dos primeiros sinais da puberdade basta para autorizar o casamento.

Sob o ponto de vista fisiológico são necessários outros requisitos para que a prenhez possa correr normal e sem acidentes (FONSECA, 1929, p. 301).

O discurso do doutor Joaquim Fonseca centrados nos conhecimentos biológicos sobre o processo de transformação corporal e dos órgãos genitais justifica sua posição em detrimento da regulamentação acerca das idades de iniciação da vida sexual e do casamento, contudo, posso inferir que a posição sobre o assunto também é recoberta de pressupostos ideológicos vinculados aos ideais do Estado, tendo em vista que o afrontamento a essas práticas de relações precoces, até então culturais no país, só foram desafiadas mediante um contexto marcado pelos saberes de uma medicina social intervencionista, da eugenia enquanto instrumento de regeneração racial e da prontidão do Estado a esses ideais em suposto benefício aos ganhos desta evolução e deste controle biopolítico. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Fonseca (1929) retoma os escritos do professor J. Adeodato nos quais o professor dizia que somente a idade adulta pode representar o estado completo da evolução do organismo e do aparelho reprodutor, sendo a única compatível com a função procriadora. Para ambos, Fonseca (1929) e Adeodato (1929) a estreia da função do sexo, para a qual as modificações púberes representam uma espécie de preparação, procede de regra nas raiais fisiológicas. Caberia à medicina o dever de diagnosticar o momento oportuno para as relações sexuais e de procriação, lembrando que uma educação sexual desde a mais tenra idade evitaria as taras e os desejos que se culminam antes da puberdade. Portanto, um corpo

dócil “é um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

O médico ainda ressalta que a puberdade não é a idade da saúde e escreve que “a masturbação sexual não aparece sem perigos, sendo a ocasião mais propícia para por a mostra as taras e os estigmas latentes, como se fosse um verdadeiro agente provocador” (FONSECA, 1929, p. 302). Os mesmos argumentos alegados sobre o casamento precoce serviam para o casamento tardio, pois “desde o momento em que os noivos atinjam uma idade que lhes impeça ou dificulte a procriação, não é mais do interesse coletivo a sua união, que pode ter as mais desastrosas consequências” (FONSECA, 1929, p. 303).

O que seriam tais “desastrosas consequências”? Seriam os perigos provenientes da gestação e do parto para a vida da mãe, levando em consideração as complicações enfrentadas diante da idade e o período de fertilidade, ou estariam tais “desastrosas consequências” associadas aos perigos da formação de filhos fracos e degenerados para o país sob um ponto de vista eugênico? Desconfio que as pretensões e os ideais da eugenia se reportavam aos saberes médicos e biológicos com o intuito de fundamentar e justificar suas posições, estando suas preocupações voltadas ao processo de regeneração racial e evolução da raça brasileira a partir da prole de bem-nascidos, ou seja, os demais fatores como a vida da mãe e o parto de jovens púberes eram preocupações secundárias.

“Ainda em relação às idades do casamento, convém assinalar que a união ideal, sob todos os aspectos, seria o casamento das mulheres a partir dos 18 anos e dos homens depois dos 20, sendo a diferença entre ambos em média de 4 a 8 anos”. (FONSECA, 1929, p. 303.) Para a ciência eugênica este era o único meio de aproveitar ao mesmo tempo em seu apogeu a capacidade procriadora de cada um dos indivíduos.

Tornava-se indispensável para um processo seletivo racial corrigir comportamentos e hábitos aculturados pela sociedade brasileira. Segundo Fonseca (1929)

(...) os inconvenientes de nossas leis sobre o casamento, que nem sempre defendem os interesses supremos da raça. Para isso o mais prático seria fazer com que o exame pré-nupcial atenda também a esse ponto na escolha dos conjugues, adiando a união dos que por incompleto desenvolvimento da função procriadora ainda não estejam em condições de realizar uma prole sadia (FONSECA, 1929, p. 303).

Nesta instância, a estipulação de uma idade mínima para a consagração matrimonial estava ligada à noção procriadora em garantir uma prole forte e saudável cumprindo os requisitos médicos como parte do processo de regeneração racial do país.

A sexualidade humana apresentava-se, por meio das recomendações e medidas eugênicas, como uma espécie de perigo pairante que assombrava homens e mulheres, adultos, adolescentes e crianças. O sexo indisciplinado, contrário aos bons exemplos de condutas sexuais tornava-se o agente provocador de doenças, epidemias, fragilidade física e social da espécie. Reinscreviam-se por meio da disciplina, da normalização e da regulamentação do sexo e da sexualidade permitida, noções de normalidade e anormalidade no comportamento humano, deixando em evidência algumas figuras que já se esboçavam no cenário europeu do século XIX, como o casal malthusiano, o adulto perverso e a criança masturbadora (FOUCAULT, 2010a). Constituiu-se, por meios desses saberes, uma política de coerção que trabalha sobre o corpo, uma manipulação de seus elementos, gestos e comportamentos. O corpo humano

entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder, está nascendo; ela define como se pode ter o domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Nas raias desses saberes higienistas e eugênicos que incidem sobre o social, tomando o corpo, os desejos e a sexualidade como artefatos de construção, doutrinação e controle, que os saberes da psicanálise brasileira se desenvolverão, apoiando-se em toda uma moralidade científica, buscando encontrar a gênese da perversão, dos traumas e dos complexos na psique humana, corroborando com o projeto regenerativo e construtor de uma nova raça e nação anunciada pelos republicanos.

3. O IMAGINÁRIO DA SEXUALIDADE INFANTIL NOS DISCURSOS DE J.P PORTO-CARRERO.

Para a historiadora Evelyne Patlagean (1988, p. 291) “o domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam”, ou seja, toda cultura e, por conseguinte, toda sociedade tem seu imaginário, ou melhor, “seus imaginários”.

Apesar de pouco recente, não é novidade que as mentalidades e o imaginário sejam objetos de preocupação entre os historiadores (CHARTIER, 1990, LE GOFF, 1994, VOVELLE, 1997, DUBY, 1982), seja referente aos estudos da antiguidade clássica, da idade média ou da modernidade. A preocupação com o imaginário aparece como contraponto à história intelectual das ideias, uma espécie de ramificação da história das mentalidades nos seios do movimento da Nova História, atrelado a Escola dos Annales.

Não é o objetivo neste trabalho reescrever a trajetória pela qual percorreu a história das mentalidades e do imaginário, afinal, este exercício intelectual já se encontra em algumas produções historiográficas (GINZBURG, 1991, LE GOFF, 1988, SOLLER, 1998), portanto, darei atenção a outro problema, em especial, a problemática do imaginário da psicanálise brasileira em seu momento de precursão no país. Trata-se de um imaginário científico, que não escapa do tempo, da cultura e da sociedade qual foi produzido.

Por isto, em contrapartida as ideias que possam colocar em dúvida o entendimento de um imaginário coletivo a partir de um conjunto de textos de um autor, eu recordo as palavras de Chartier ao afirmar que

“[...] os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados individual, são de facto os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores”(CHARTIER, 1990, p. 41).

No Brasil, os textos de Porto-Carrero foram vulgarizados em diferentes locais do país, inclusive, em instituições importantes como A.B.E, assim como na área das ciências médicas, em especial, entre seus parceiros psiquiatras.

Sendo o autor um dos pioneiros, senão, o mais importante vulgarizador dos conhecimentos da psicanálise freudiana no Brasil dos anos 1920-1930, não cabe a nós, historiadores, reler essas produções apenas como efeitos ou desdobramentos de uma ciência eugênica ou higienista do período, mas sim, tratá-los no jogo de suas instâncias, como parte de uma literatura nacional que emerge fundamentado em um saber europeu – a psicanálise -, e que através de interpretações sobre a sexualidade infantil apresenta por meio de discursos científicos um imaginário, povoado por medos, histerias, complexos e neuroses.

Como destaca Chartier são essenciais os estudos desses discursos e dessas categorias psicológicas, pois

“funcionam na construção do tempo e do espaço, na produção do imaginário, na percepção coletiva das atividades humanas – que são postas no centro da observação e aprendidas no que têm de diferente consoante às épocas históricas” (CHARTIER, 1990, p. 42).

A sexualidade infantil tornou-se parte de um imaginário, que a colocava enquanto produto de uma civilização degenerada, levando a criança a doenças físicas e psíquicas, pelo fato de a libido estar desviada de sua finalidade “normal”, aparecendo sob formas sintomáticas, como a neurose, a perversão, e outros sofrimentos psíquicos.

3.1 Os complexos e as perversões da sexualidade infantil

Só estará apto a educar quem conhecer os intrincados choques de fenômenos que derivam do inconsciente infantil; e no estado atual da Ciência, só a psicanálise pode munir o educador dos elementos próprios à sua tarefa (PORTO-CARRERO, 1934, p. 208).

Inspirados pelos discursos, pelas preocupações e pelos saberes da higiene mental e da eugenia, em 1926 foi criada a primeira clínica psicanalítica no interior da *Liga Brasileira de Higiene Mental* e fundada a primeira *Sociedade Brasileira de psicanálise*, em São Paulo. Nas palavras de Porto-Carrero em sua aula inaugural no curso de psicanálise da A.B.E:

O resto desta história se completa com a criação da clínica psicanalítica na Liga Brasileira de Higiene Mental, em maio de 1926; com a fundação da

primeira sociedade brasileira de psicanálise, em São Paulo, no ano passado, com a publicação do primeiro livro brasileiro de psicanálise, pelo professor Deodato de Moraes; com a tentativa, não realizada ainda, da subsecção de psicanálise na Sociedade de Neurologia e Psiquiatria, com a entrada da nova ciência, este ano, entre as secções da Liga acima citada (PORTO-CARRERO, 1934, p. 27).

Para o autor, a psicanálise é uma ciência que do social estende-se ao biológico, podendo corrigir os defeitos das ineficiências pedagógicas, proporcionando por meio de suas tecnologias²⁶ uma educação capaz de orientar as crianças aos bons comportamentos morais e sexuais, evitando e corrigindo os complexos e os impulsos da sexualidade. Percebe-se, nesta perspectiva, sua aproximação com uma vertente lamarckista (STEPAN, 2007), atribuindo à educação sexual um importante papel no que se refere aos combates dos impulsos nebulosos e complexos oriundos das travessuras, das mentiras e dos “pecados mortais”.

Vereis como a psicanálise vos abrirá os olhos, para compreenderdes as excelências e os defeitos da vossa pedagogia. Vereis o quanto é mal educar recalçando e o quanto é ótima a sublimação, quando não é possível a destruição, a condenação dos complexos.

Compreendereis que cada criança é um indivíduo diverso, com sua herança diversa, com um passado diverso. Descobrireis, em cada uma, essas tendências sexuais e só lhes negam os que não querem ver; esses impulsos informes, nebulosos, que a idade não permite tenham a aplicação desejada e que exteriorizam em traços de caráter, em mudanças de humor, em travessura, em displicência, em mentira, em todos esses sete pecados mortais, que se resumem num só deles (PORTO-CARRERO, 1934, p. 28).

O discurso do autor aparecia como uma espécie de método, um saber capaz de corrigir as ineficiências pedagógicas educacionais, evitando os futuros complexos que poderiam culminar-se em traumas ou neuroses.

A psicanálise individualizou cada criança, esta com um passado e uma herança particular e diversa, e pelo caráter de cada uma delas revelaria os comportamentos impróprios provenientes de suas tendências sexuais, como a travessura, a displicência, a mentira, entre outros.

²⁶ A palavra “tecnologia” refere-se ao conjunto de métodos, saberes e conhecimentos da psicanálise em relação aos tratamentos clínicos desenvolvidos sobre as patologias e os desvios sexuais.

Em sua tese apresentada à 1ª. Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Curitiba, em 1927, fica explícita a preocupação de Porto-Carrero com os fatores comportamentais e emocionais das crianças, os quais, de acordo com ele, “têm raízes na sexualidade essas emoções capazes de determinar traços de caráter” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 36). O autor continua, destacando que:

“Não é do normal da criança a quietude. Sabe-se que o aceleração da nutrição determina na criança um dispêndio de energia motora excessiva, em relação ao adulto, se não é que esse próprio dispêndio, por contragolpe, estimule a construção e o desenvolvimento do esqueleto e dos órgãos”.

A mobilidade da atenção, a rapidez da percepção e da memorização, a ideação fantasista, a mobilidade pronta e brusca são apanágio da criança sadia (PORTO-CARRERO, 1934, p. 34).

Todos os fatos acompanhados de forte carga afetiva, isto é, contrários ao princípio do prazer, eram para o ele (1934) recalcado para o inconsciente, tidos como esquecidos, difíceis de ser novamente chamados à tona do consciente. Isto produzia nas crianças comportamentos como a timidez, a travessura, a perversão etc. Parece haver uma forte relação de causalidade e efeito, e encontrava-se nessa relação a urgência em intervir na educação sexual, impossibilitando o aparecimento sintomático de determinados complexos.

Sistematizei no quadro abaixo as características e causas mencionadas por Porto-Carrero aos mestres na A.B.E a respeito dos fatores que levavam as crianças a determinados comportamentos.

Características das Crianças:	Causas:
Tímidas	Complexo de Castração
Impassíveis	Complexo de Édipo
Sonsos	Ambivalência do Tabu primitivo
Perversos	Precocidade Sexual e Energia Impulsiva
Agitados	Precocidade Sexual
Rebeldes	Temperamento Epileptoides, Narcisismo e Complexo de Castração
Emburrados	Narcisismo

Teimosos	Impulsividade Interior
Mentirosos	Impulsão, Timidez, Fantasia e Cálculo.
Medrosos	Sofrem em decorrência da pessoa amada

Tabela – 02: Sistematização das características e causas dos complexos infantis.

Fonte: CARRERO-PORTO, Júlio P. O Caráter do escolar segundo a psicanálise, 1934, pp 34-63 in Ensaios de psicanálise, Rio de Janeiro, Editora Flores&Mano, 1934.

Dentre todos esses traços comportamentais das crianças, havia em especial a classe mais perigosa, eram as “crianças reclamantes”.

É a classe mais perigosa dos rebeldes. Cheios de si, amantes do seu Eu, são homossexuais na sua maior parte, ainda quando não tenham realizado essa tendência.

Vê-lo-eis, rebeldes contra ordens recebidas, reclamantes sobre notas e prêmios. Falam muito si e, naturalmente, dizendo bem: “contam vantagem”, segundo a linguagem popular (PORTO-CARRERO, 1934, p. 56).

No mesmo movimento de individualização do corpo e da mente da criança para explicar a gênese de seus complexos, apresenta-se uma homogeneização dos fatores que os conduzem, isto é, a sexualidade perigosa. A descoberta da sexualidade infantil, da criança que se beneficiava dos prazeres desde a mais tenra idade, culminou numa rede de preocupações científicas sobre como prevenir, (re) orientar ou mesmo interditar tais experiências, a fim de evitar riscos para formação moral sexual e comportamental na vida adulta.

Os perigos destes prazeres e de suas tendências, conforme Porto-Carrero (1934) só eram negados por aqueles que não quisessem enxergá-los. Toda manifestação da criança era pensada a partir de seus impulsos sexuais, que precisariam ser entendidos e administrados.

É interessante observar nas considerações apresentadas pelo autor na *Conferência Nacional de Educação* o tom intimador feito aos mestres presentes, para que se aprendessem as pressas sobre os saberes da ciência da “alma”, ou seja, da psicanálise, para poder lidar e modelar os espíritos infantis de nossas crianças, pois a psicologia clássica para ele não era o suficiente.

Os textos do autor me recordam as análises de Michel Foucault (2010a), ao dizer que a descoberta da sexualidade infantil mobilizou o mundo adulto em uma campanha em torno do sexo das crianças, que se tratou de apoiá-las nesses prazeres tênues, de constituí-los em segredos, obrigando-as a esconderem para poder descobri-los; buscar as fontes, “cercar tudo que pudesse induzi-los ou somente permiti-los; em todo o canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidos armadilhas” (FOUCAULT, 2010, p. 49) para forçar as confissões das crianças sobre aquilo que sabiam sobre o sexo. Foram impostos uma série de discursos inesgotáveis e corretivos, e sobretudo:

foram alertados pais e educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente: tiveram de promover vigilantes diante desse perigo recorrente, foi prescrita sua conduta e recodificada a pedagogia; e implantadas sobre o espaço familiar as bases de todo um regime médico-sexual (FOUCAULT, 2010, p 49).

Assim como Foucault, acredito que a preocupação com o sexo desde o final do século XIX e com a psiquiatrização do prazer perverso, “o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo” (FOUCAULT, 2010, p. 116) e atribuiu-se um papel de normalização e patologização das condutas, buscaram-se tecnologias normalizadoras e corretivas para as supostas anomalias que se apresentavam sobre formas de perversões, histerias, sadismo, etc. de forma que a educação sexual pudesse conter a reprodução de tais hábitos e práticas. Para a contemplação de uma “alma sadia”, “sincera” e um “corpo formoso” era preciso que as crianças recebessem uma boa educação, em especial, uma boa educação moral sexual, livrando-se dos vícios, das mentiras e das rebeldias que as cerceavam, muitas vezes, provenientes dos impulsos.

E reconheceréis quanto é boa a alma humana, uma vez trazidos ao lume da consciência esses impulsos; verificareis que as crianças preguiçosas, mentirosas, rebeldes, esperam apenas que as liberteis desse espinho oculto que lhes punge a alma, para se tornarem diligentes, sinceras, prudentes.

Educar é amar. Por meio da educação a tarefa de policiar as crianças em relação aos instintos sexuais traria a elas “almas sadias” e “corpos formosos”, livrando-se do todo o mal (PORTO-CARRERO, 1934, p. 30).

Assim, tornava-se necessário a instauração de uma aparelhagem de vigilância que contivesse e orientasse os impulsos sexuais de cada criança, evitando características como a rebeldia, a preguiça, a mentira, o medo, entre outras, garantindo o bom desenvolvimento educacional para a formação de almas sadias e corpos formosos, em suma, livrando as crianças de todo o mal proveniente dos impulsos sexuais. Estas operações de vigilância fizeram que uma série de discursos e recomendações passassem a circular no interior das organizações familiares e pedagógicas, muitas delas, baseadas em interpretações do complexo de Édipo freudiano, por exemplo: recomendava-se que os filhos que dormissem, almoçassem e jantassem com as mães durante a ausência paterna deveriam ser observados com mais afincado, uma vez que sabendo a criança não poder ocupar o papel do pai, acabava em muitos casos, praticando e exercitando a sexualidade com as empregadas. “Dessa maneira, continha seu impulso sexual, sob a aparência de menino correto; e, às escondidas, cometia com criadinhos essas pequenas faltas parasexuais em que não raro se exercitam os meninos” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 45).

As relações sexuais e afetivas envolvendo meninos e criadas ocorriam com frequência, porém, às escondidas, sabendo ambos das convenções sociais que regiam os comportamentos morais da sexualidade. Muitas vezes, esses envolvimento passavam “despercebidos” ou ignorados por parte dos pais, que sabiam conter naquelas relações as marcas do filho “macho” e heterossexual. Razão que justifica com que muitos pais levassem seus filhos desde cedo a cabarés e prostíbulos, pois “precoces na vida sexual, afeiçoam-se com facilidade a outras pessoas; esses raramente são homossexuais” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 51).

Os saberes que se reportavam a uma educação sexual infantil e seu bom desenvolvimento para a formação de um jovem sadio consideravam a precocidade sexual como um perigo, necessitando a correção de tais hábitos.

É com razão que se considera, até certo ponto, como precoce sexual a criança que se compraz em martirizar a outrem; assim como, por meio dos carinhos, elas se satisfazem com os podromos do contato genésico, assim

também o comportamento sádico representa, nos pequenos malvados, a expressão de um dos fatores da energia impulsiva (PORTO-CARRERO, 1934, p. 49).

A imagem da criança pura e angelical, como descrita por Àries, em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1960), era substituída pelo imaginário da criança perversa e malvada, sobrecarregada de instintos e de uma sexualidade que deveriam ser trazidos à tona e educados, evitando o recalque e a hereditariedade desses sintomas.

3.2 O discurso psicanalítico e a produção da natureza heterossexual

A sexualidade tornou-se a partir do século XIX um campo do saber sobre o qual se inscreveu diferentes linguagens e diagnósticos clínicos, sobretudo, pelas ciências médicas psiquiátricas e posteriormente pelo discurso psicanalítico. Uma moral científica²⁷ passou a regular não apenas o comportamento sexual das pessoas, mas também almejava num plano maior governar a libido e o desejo, fabricando indivíduos e prazeres heterocentrados.

As identidades sexuais passaram a ser constituídas e também representadas pelos tratados morais científicos, que no caso, regulavam práticas e condutas éticas sobre a forma de como os especialistas deveriam proceder quando diagnosticado as perversões sexuais, a inversão e os transtornos de uma economia do desejo homoerótico.

Sobre uma suposta gênese dessas identidades sexuais, Jack Drescher (2013) destacou uma crônica moderna da homossexualidade, e afirmou que suas primeiras aparições foram com Karl Henrich Ulrichs, podendo, talvez hoje ser chamado de ativista gay. Em um tratado, datado de 1854, Karl Henrich criticou a criminalização da homossexualidade na Prússia. Ele acreditava que homens atraídos por homens haviam nascido com um espírito de mulher capturado em seus corpos. Ulrichs definiu essa

²⁷ Nesta dissertação, me apropriei do conceito de moral trabalho por Michel Foucault, em seu segundo volume de *História da Sexualidade*. Sobre a moral, Foucault destaca: “(...) por moral entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pelas qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara. Chamemos a esse nível de fenômenos a “moralidade dos comportamentos” (FOUCAULT, 1984, p. 34).

condição como “uranismo” e indivíduos que praticavam o amor “urânio”, eram chamados “urnings”. Ele acreditava, como destaca Drescher (2013) que urnings constituía o terceiro sexo.

Para Ulrichs a homossexualidade era uma variação do comportamento humano, portanto, não deveria ser criminalizada. Mas, em 1886 o neurologista Richard Von Krafft-Ebing utilizou o termo “homossexual” e o popularizou com a publicação de sua obra “*Psychopathia Sexualis*” nas comunidades científicas e médicas. Em seu diagnóstico, Krafft-Ebing considerou a homossexualidade uma desordem neurológica degenerativa. Análise que prevaleceu entre médicos e cientistas, e qual foi confrontada pelas explicações de Sigmund Freud em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, argumentado que o modelo de desenvolvimento da pulsão sexual percorre vários estágios psicosssexuais, antes de atingir sua maturidade. Para o psicanalista a heterossexualidade, quanto à homossexualidade eram expressões da sexualidade humana.

Em “Carta a uma mãe americana”, Freud expõe sua visão sobre a homossexualidade, escrevendo:

A homossexualidade, certamente, não é uma vantagem; mas não é nada do que se envergonhar, não é vício, não é degradação; não pode ser classificada como uma doença. Consideramos que seja uma variação da função sexual, produzida por uma certa interrupção no desenvolvimento sexual...Ao perguntar-me se posso ajudar, você quer dizer, eu suponho, se eu posso abolir a homossexualidade e fazer com que a heterossexualidade normal ocupe seu lugar. A resposta é, de modo geral, que não podemos prometer alcançar este resultado. Em certo número de casos, tivemos sucessos em desenvolver os germes malogrados das tendências heterossexuais que estão presentes em todos os homossexuais; mas na maioria dos casos isso não é possível (DRASCHER, Jack, 2013, p. 50).

Mas as interpretações de Freud em diferentes lugares do mundo não se mostravam tão tolerantes quanto à do mestre de Viena, e como descreve Cecarelli (2013, p. 156) “a posição freudiana à questão não obteve consenso entre os analistas, chegando mesmo a provocar polêmica entre a Sociedade Psicanalítica de Viena e a de Berlim”. No Brasil, Porto-Carrero se mostrou ostensivo em reconhecer a homossexualidade como uma expressão da sexualidade humana, e organizou uma verdadeira campanha pedagógica sobre o problema. A psicanálise brasileira herdara da psiquiatria a interpretação da homossexualidade como patologia, sendo assim, degenerescente.

O problema da perversão sexual, assim como a figura do invertido²⁸, aparece constantemente como objeto de preocupação na literatura psicanalítica brasileira²⁹ como uma espécie de fantasma onipresente, um tipo de trauma, uma perversão, resultado de uma educação sexual que se desvelou incapaz de conter as pulsões desde a infância, mitificada sob a explicação de complexos. A “inversão” surge como evidência das perversões desde a infância, diagnosticado e passível de tratamentos e correções, assim como outros tipos de comportamentos.

Os conceitos de perversão utilizados pelos psicanalistas brasileiros diferenciam-se dos textos freudianos. Para Porto-Carrero, por exemplo, a perversão é compreendida por uma instância moral e do comportamento social. O termo é utilizado num aspecto de desregramento instintivo, qualificando assim os hábitos, os comportamentos e o caráter dos indivíduos.

A pesquisada Nunes (1988) concorda com esta afirmação, e reflete sobre a questão tomando como dado o emprego do termo perversão pelos psicanalistas deste período (1920-1930), destacando que

Para Freud, só havia uma perversão psicopatologicamente falando, quando alguma dessas pulsões, no adulto, se desvinculasse de outras e se tornasse o único fim sexual visado pelo indivíduo, isto é, se ele expulsa em todas as circunstâncias, ganhando características de exclusividade e fixação. Os psiquiatras, entretanto, vão tratar as formas de expressão da sexualidade infantil e seus equivalentes na vida adulta como *anomalias que devem ser corrigidas*, generalizando-as para todos os indivíduos, que já nasceriam com uma constituição básica anormal, que deve ser paulatinamente regenerada (NUNES, 1988, p 82).

Em uma de suas falas nas sessões da A.B.E, sobre os perigos dos prazeres que poderiam constituir posteriormente a homossexualidade, Porto-Carrero destaca:

O prazer encontrado na defecação, que muitos adultos conservam e que FREUD e seus discípulos consideram de natureza igualmente sexual –

²⁸(...) “Diz-se dessas pessoas que são “de sexo contrário”, ou melhor, “invertidas”, e chama-se o fato de *inversão*. O número de tais pessoas é bastante considerável, embora haja dificuldades em apurá-lo com precisão” (FREUD, 1996, p. 128).

²⁹ Ao me referir a literatura psicanalítica, falo dos textos produzidos em sua maioria por profissionais da medicina entre as décadas de 1920 e 1930, como de Albuquerque, J; Austregésilo, A; Mendonça, Y; Porto-Carrero, J.P, Roxo, H.

esse prazer leva muitas crianças a manter-se constipadas ou a demorar tempos intermínos sentadas no vaso.

O cultivo desse hábito influi mais tarde sobre o caráter da criança e a fixação das tendências sexuais na zona anal pode dar lugar a inclinações para a inversão (PORTO-CARRERO, 1934, p. 80-81).

O discurso da psicanálise apresenta-se como um saber aliado aos mecanismos da maquinaria heteronormativa, normatizando prazeres, desejos e comportamentos que fujam à educação proposta pelos profissionais da área, neste caso, as referidas por Porto-Carrero. Contudo, a educação sexual das crianças e a produção da heterossexualidade, aqui entendida como compulsória³⁰, não poderiam ser construídas a partir da ausência de informações, do recalque ou de um suposto tabu sobre os assuntos do sexo, era necessário falar sobre o tema e fazer a educação sexual. Porto-Carrero afirma:

[...] dada a profunda influência da sexualidade na formação e operação da psique infantil, não é justo que a educação se furte ao lado sexual da vida e repila, simplesmente, como imorais, as manifestações e os conhecimentos sexuais. Urge fazer a educação sexual (PORTO-CARRERO, 1934, p. 62).

Para os “médicos-psicanalistas” a sexualidade encontrava-se em formação antes mesmo do período escolar e concentrava-se em zonas erógenas, de acordo com as fases do desenvolvimento psicosexual. Fazia-se necessário que os pais conhecessem as teorias de Freud “de maneira que pudessem evitar aos pequeninos, tanto quanto possível, esses conflitos emotivos que vão constituir os complexos, fontes dos desvios de caráter e origem das neuroses. É necessário vulgarizar a psicanálise” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 62).

A iniciativa da vulgarização do discurso psicanalítico me fez lembrar a crítica à hipótese repressiva, levantada por Michel Foucault em seu primeiro volume da obra “História da Sexualidade”. Contrário à ideia de que o sexo tenha sido ao longo da história unicamente reprimido, Foucault mostra como uma série de discursos úteis e públicos passou a vigorar sobre o assunto, em conduzi-lo, ordená-lo e controlá-lo, um verdadeiro governo sobre os corpos e a sexualidade humana.

³⁰ A noção de heterossexualidade compulsória é discutida e trabalhada pela filósofa Judith Butler, no primeiro capítulo de seu livro “Gender Trouble”, em português “Problemas de Gênero” (2010).

“O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a ideia da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, uma reforma de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das perversões” (FOUCAULT, 2010, p. 44).

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas, e sobretudo os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade prazeres sem fruto? (FOUCAULT, 2010, p. 43).

Tinha-se por meta a elaboração de tecnologias para disciplinar a sexualidade das crianças e dos adolescentes com o intuito de evitar os desvios de caráter decorrentes dos impulsos e das neuroses oriundas de comportamentos precoces, assim como de sexualidades disparatadas (MISKOLCI, 2012). Proclamou-se guerra com uma sexualidade supostamente descontrolada, não natural, anômala, promovendo tecnologias de normalização e patologização dos afetos e desejos.

A heterossexualidade, a partir das leituras de Porto-Carrero não aparece como condição ontológica do indivíduo, mas antes, uma expressão polimorfa que pode, sem os devidos cuidados educacionais e psicanalíticos, centrar-se em outros objetos de desejo, que não o do sexo oposto. A heterossexualidade ao mesmo tempo em que é descrita como “natural” se mostra integralmente fragilizada, por isso, a necessidade da instalação de uma aparelhagem que mantenha os discursos heterocentrados, e nesta ofensiva a psicanálise emerge enquanto dispositivo para manutenção da matriz heteronormativa.

O Id, o Ego e o Superego e as fases do desenvolvimento psicosssexuais são as macroestruturas psíquicas de formação que orienta e constituem a sexualidade humana e explica o funcionamento da libido, uma espécie de nexos causal dos problemas futuros. Apesar de Porto-Carrero se reportar à heterossexualidade como condição “natural”, em momento algum ele afirma haver nela uma essência biológica, e por isso a preocupação em vigiá-la, regulá-la e efetuar a manutenção desta ordem, evitando que os complexos, perversões e as neuroses abalem os circuitos de formação heteropsíquica.

É muito forte a relação entre natureza e cultura nos discursos de Porto-Carrero, muitas vezes, tornando-se indissociáveis, ora a sexualidade – leiam heterossexualidade - emerge enquanto condição natural do indivíduo, ora como constructo cultural, recorrendo à psicanálise e a educação sexual para auxiliar com a orientação e manutenção da norma.

Podemos perceber esses atritos em seu texto “Educação e Psicanálise” apresentado na conferência de vulgarização da psicanálise, irradiada pelo Rádio Club do Rio de Janeiro. Neste texto o autor comenta:

Esse fato natural às vezes aparece invertido; a afeição preponderante se volta para o mesmo sexo: e aí está a origem de certas perversões sexuais da idade adulta.

- Como, porém, pode a psicanálise intervir na educação? Que influência têm os fenômenos sexuais ou afetivos da infância no desenvolvimento psíquico e moral do indivíduo? É o que vamos ver. (PORTO-CARRERO, 1934, p. 163).

Porto-Carrero prossegue discorrendo sobre o complexo de castração e dos malefícios do carinho excessivo para a sexualidade da criança quando adulta.

Por outro lado, o excessivo rigor na educação, como o carinho excessivo marcam o caráter com traços fundos **que só a psicanálise é capaz de apagar, quando ainda seja tempo.**

(...) O carinho excessivo aos filhos do mesmo sexo pode gerar na criança uma inclinação homossexual que pode dar como resultado perversões funestas ou, pelo menos, a timidez ou o horror ante os indivíduos do outro sexo. Da mesma maneira, o carinho demasiado aos filhos do sexo oposto pode exagerar a sexualidade, de onde resultam os homens que perdem a cabeça por qualquer mulher ou as mulheres que depressa se desmandam. (PORTO-CARRERO, 1934, p. 164-165, meu grifo)

Em seu texto “Instrução e Educação Sexuais” é recomendado aos pais e educadores sobre a importância em evitar que a criança, no caso, a menina, durma com o travesseiro entre as pernas ou permaneça muito tempo no banheiro durante a defecação, brinque de cavalinho com vassoura, evitando a fixação clitoridiana, uma vez que exercícios como estes poderiam prejudicar a tendência dessa mulher quando adulta, levando-a a homossexualidade.

Os hábitos de asseio dos órgãos genitais evitarão naturalmente as fontes de irritações locais e pruridos que podem levar inconscientemente a criança á atrição dos seus órgãos e viciá-la na masturbação, uma vez descoberta essa maneira de prazer. A fixação clitoridiana pode prejudicar as tendências da mulher adulta, inabilitando-a para o prazer natural no amplexo sexual, dando-lhe tendências genericamente masculinas e talvez mesmo levando-a á homossexualidade (PORTO-CARRERO,1934, p. 82).

Ao considerar a homossexualidade um desvio sexual, significa que ela escapou aos regimes de condutas e desejos fabricados por matrizes que produzem no plano social a heterossexualidade como norma regente.

Os cursos, as palestras e conferências dadas por Porto-Carrero são iniciativas de vulgarização de um saber científico, de contribuir com um projeto de regeneração social, nesta investida, evitando a proibição, a censura e o tabu, mas utilizando os discursos psicanalíticos como dispositivo, instrumento de poder que se apresenta eficaz na manutenção da ordem e da norma heterossexual.

Em seu curso “O ponto de vista metapsicológico”, proferido na 23ª conferência do curso de psicanálise aplicada à educação o autor coloca em destaque a importância de uma aparelhagem psicanalítica, por não bastar a da psicologia existente.

O intuito deste curso fora mostrar aos que se ocupam em educar os pequeninos, as armas que para esse fim sublime lhes oferece a psicanálise, os elementos já hoje imprescindíveis ao pedagogo, a quem a psicologia clássica, por muito adiantada e aparelhada que esteja ainda não basta (PORTO-CARRERO, 1934, p. 190)

O que podemos deduzir a partir das inferências de Porto-Carrero é que a psicanálise é o saber de orientação à condição natural, uma natureza não necessariamente orgânica, biológica, mas antes, socialmente construída, uma natureza que se inscreve a partir das convenções políticas e socioculturais.

Se a heterossexualidade é o pressuposto da norma natural na perspectiva psicanalítica do autor, tende-se a construir na heterossexualidade significados simbólicos, políticos e culturais acerca da noção de natureza que esta ciência empresta dos saberes da biologia. A palavra natureza no discurso do autor carrega uma conotação biológica, porém, aparece como uma forma mutável, variável, constituída, e produzida dentro de um regime opressor das diferenças.

Para ilustrar a articulação do pensamento de Porto-Carrero, elaborei um esquema de análise de forma que possibilite aos leitores/as compreender este funcionamento, desta forma, na epistemologia dos saberes acerca de uma sexualidade “normal-natural”, existe uma “utensilagem mental”.

A expressão “utensilagem mental” foi utilizada pelo historiador francês Lucian Febvre em sua obra “Rabelais”, de 1942, e apesar da ausência de definição, o historiador, conforme as palavras de Roger Chartier (1990) a caracteriza do seguinte modo:

A cada civilização, a sua utensilagem mental; mais ainda, a cada época de uma civilização a cada progresso (quer das técnicas, quer das ciências) que a caracteriza – uma utensilagem renovada, um pouco mais desenvolvidas para certas utilizações, um pouco menos para outras. Uma utensilagem mental que essa civilização, que essa época, não está segura da capacidade de transmitir, integralmente, às civilizações, às épocas que lhe vão suceder, podendo conhecer mutilações, retrocessos, enriquecimentos, novas complicações (CHARTIER, 1990, p. 36).

Ainda sobre a questão, Chartier (1990, p.36) ressalta que “a utensilagem vale pela civilização que soube forjá-la; vale pela época que a utiliza; não vale pela eternidade, nem pela humanidade; nem sequer pelo curso restrito de uma evolução interna de uma civilização”.

O que caracteriza a utensilagem mental é estado linguístico e a linguagem científica disponível, e também o que Chartier (1990) denominou por “suporte sensível do pensamento” que envolve o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade.

Para o autor (1990) numa dada época, o entrecruzamento desses suportes afetivos, linguísticos e conceituais dirige as maneiras de pensar e de sentir que passam a delinear configurações intelectuais específicas, como os limites entre o possível e o impossível, o natural e o sobrenatural, o normal e o anormal, etc.

Chartier (1990) cita o historiador Panofsky que chama a utensilagem mental de “hábito mental” e para quem aquela também pertence a um conjunto de esquemas inconscientes, de princípios interiorizados que “dão a sua unidade às maneiras de pensar uma época, qualquer que seja o objeto pensado” (CHARTIER, 1990, p. 39).

Tendo a acrescentar apoiado em Michel Foucault, que a utensilagem mental é transmitida, apreendida e instigada a produzir imaginários por meio de seus dispositivos³¹. Estes dispositivos podem ser compreendidos como um conjunto de discursos que contribuem para a produção dos sentidos e da afirmação da norma, conferindo a ela um ideal político, neste caso em relação à ideia de natureza.

A utensilagem mental pode ser a história, a psicologia, a psiquiatria, o direito, a pedagogia, as ciências sociais, a religião, etc.

São os dispositivos da utensilagem que podem sustentar o mito da “sexualidade natural” através de suas ofensivas³², e a partir deles é possível legitimar uma pedagogia da sexualidade, sobre as orientações ditadas pela moral sexual, produzindo os bons hábitos e costumes conforme os valores das convenções. Estando o caráter e a moral em sincronia/harmonia com os pressupostos da natureza sexual, está constituída a boa educação, que se desvela como efeito/reflexos destes esforços empreendidos, permitindo que esta educação possa ser reproduzida de forma que ao longo dos tempos seja transmitida pela hereditariedade.

Este caráter hereditário marca o imaginário de Porto-Carrero sobre a sexualidade, acreditando ser possível por meio da incorporação desta utensilagem mental, repassar e transmitir esses “germes” em suas instâncias psíquicas.

Guarda o inconsciente profundo representações transmitidas pelo germe, desde as gerações anteriores. Os fatos de hereditariedade não se passam apenas no domínio somático, senão que também na esfera psíquica. Os filhos reproduzem, não somente a morfologia dos ascendentes, mas

³¹ O dispositivo é: 1) a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo que estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma interpretação a *posteriori* dessa prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade. 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem assim uma função estratégica.

³² O que chamo por ofensivas são os textos científicos que se legitimam ou buscam se legitimar por meio de suas produções ao longo da história. São saberes que ignoram, por exemplo, a história da mulher, ocultando sua participação e importância no cenário social, econômico, político e cultural. Ao relegar a participação e a importância da mulher, esses saberes passam a reinscrever a importância do homem, centrados na genitalidade e conferindo ao atributo sexual um espaço privilegiado de direitos que a vagina não possui. O mesmo ocorre quando outros discursos científicos buscam sob o prisma positivista da “verdade” consolidar pedagogias, leis, tratamentos e uma educação que assujeite os indivíduos as convenções sociais, como a psicanálise neste caso.

também a dinâmica dos gestos, das atitudes, das tendências, das vocações, dos traços de caráter dos ancestrais. Essa herança psicológica é notável no que toca a afetividade. E assim se explica a conservação desses tabus milenares em que se fundam a organização da família, a ideia de pátria, as concepções místicas (PORTO-CARRERO, 1934, p. 101).

3.3 O combate à fantasia como política de um projeto pedagógico?

Mas, tendência recalcada é fogo sob cinza, arde e aquece; e a uma rajada, a labareda se ergue e o incêndio destrói (PORTO-CARRERO, 1934, p. 178)

Parece que nada escapa aos arremates discursivos da psicanálise e seu temor pelo controle da sexualidade, pelos menos, é o que nos apresenta os variados textos de Porto-Carrero. Tudo está intimamente imbricado nos refolhos da sexualidade, como se os comportamentos fossem analisados como espécie de recalques escondidos no inconsciente, quais deixaram de ser tratados, vindo à tona e atormentando a alma humana, a psique.

Até mesmo o suicida é submetido à análise, afinal “o suicida é, no fundo, um autoerótico” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 73), também não lhe escapa a figura do alcoólatra por sofrer diante de seus complexos sexuais. Mas o suicídio e o alcoolismo não são os grandes destaques dentre as produções do autor, pelo menos não em seus textos publicados em *Ensaio de Psicanálise*. Tratei de fato em fazer nesta dissertação uma economia temática, ou seja, por meio do levantamento dos assuntos abordados em suas conferências e congressos, enumerar suas preocupações, estabelecendo um balanço dos temas em destaque para Porto-Carrero, sem entrar em mérito do que seria ou não o mais importante/relevante, afinal, a origem de todos os complexos culminaria no mesmo vetor; a sexualidade perigosa.

Aqui, cabe destacar dois assuntos que permeiam muitos dos seus textos, além da homossexualidade, o primeiro é sobre a educação fantasiosa e a produção de materiais de leitura para as crianças, e em segundo a questão da nação que passa especificamente pela ideia de raça, ambos interseccionados à sexualidade ou resultado proveniente dela.

Em sua tese apresentada na 2ª Conferência Nacional de Educação, em Belo Horizonte em novembro de 1928, intitulada *Leitura para Crianças*, Porto-Carrero esclarece aos mestres os perigos de histórias que suscitam para imaginação da criança o fascínio pelo

fantasioso, pela superstição, podendo gerar traumas nos pequeninos posteriormente, como por exemplo: os contos da carochinha, as lendas do nascimento dizendo que as crianças foram trazidas pelas cegonhas, contos de fadas envolvendo bruxas, princesas, entre outras simbologias.

As lendas do nascimento, que incluem farta messe de símbolos sexuais, comprovados pela experiência psicanalítica, encontram na mente infantil uma atitude incrédula; e quando a satisfazem, é isso a custa de associações de ideias que a conduzem inconscientemente a tradução dos símbolos empregados.

Satisfazem-se, assim, as crianças com os contos da carochinha, que por sua vez encerram em símbolos as representações de todos aqueles mistérios. Esses contos vêm, por vezes, entre as ideias associadas, no tratamento psicanalítico; e é interessante ver como o analisado associa à representação paterna as figuras do ogro, do gigante, do lobo, do papão, do bicho, do velho que rouba meninos, tão frequentes todos nos contos e abusões com que se mal educam as crianças (PORTO-CARRERO, 1934, p. 227).

O mesmo ocorre com associações das figuras das mulheres, como as fadas que passam a representar a figura materna, ou as bruxas no caso da rival materna. Para o autor esses e outros contos narrados para as crianças são frutos dos *reliquats* de recordação infantis, e reforçam na mente das crianças a fantasia com que elas buscam suprir a própria ignorância e o mistério de que se encobre o fundamento sexual da família.

Não apenas os contos de fadas, como também explicações fantasiosas que buscam explicar o porquê meninos possuem pênis e meninas vaginas também afetam a criança, podendo levá-las ao complexo de castração, como no caso em que a garota pensa ter perdido ou sido cortado seu pênis, induzindo-a a homossexualidade. Explicações estas, conforme Porto-Carrero, muitas vezes alimentadas por adultos que pouco sabe sobre os conhecimentos da psicanálise.

Então, se pergunta o autor: “Por que reforçar essas fantasias, por meio de representações verbais, isto é, da maneira mais próxima do ato, gerando muitas vezes, no Id infantil, representações tão fortes, que se transmudam, mais tarde, em falsas reminiscências”? (PORTO-CARRERO, 1934, p. 230).

E contrapõe esta noção fantasiosa, propondo uma educação verdadeira de todas as coisas, exclamando:

Quão mais útil fora ensinar verdades às crianças, não só as que constituem a boa educação sexual, mas também a notícia sincera sobre todas as coisas que a cercam, as noções de agricultura, de indústria, de economia, de geografia que, devidamente transmitidas e devidamente dosadas, tanto prenderiam a atenção da criança! (PORTO-CARRERO, 1934, p. 230)

Também recomenda atenção quanto à escrita dos materiais de ensino e acesso das crianças aos livros, pois em relação à leitura, elas devem ser “isentas de representações simbólicas das atividades sexuais; fugindo ao complexo de Édipo e ao de castração; isento de misticismo” (Porto-Carrero, 1934, p. 241-242), também “isentos de conceitos horríveis e aborridos e de sentimentalismos”, e continua dizendo que devem ser:

d) incrementador da experiência; leitura sobre demonstrações concretas prévias;

e) incrementador do sentimento de grupo (exemplo: narração de escoteiros); desdobramento: **sentimento de Pátria**, sem jacobinismo, pelo conhecimento geográfico e econômico, pelo conhecimento da História, sem exaltação dos heróis; **sentimento de pan-americanismo** e de humanidade, pelos mesmos processos.

f) incrementador dos **verdadeiros sentimentos sexuais**; leituras sobre demonstração prévia da fecundação das plantas e da criação dos animais; **explicação da organização familiar**.

g) incrementador das práticas de higiene.

Em resumo: demonstração prática, prévia; prevenção da emoção; ensino da verdade; incentivo a vida sadia em coletividade; educação sexual. A realização deste programa em livro não cabe nas primeiras classes; escreva o mestre a página a ser lida. O livro de leitura virá mais tarde.

A criança que conheça a verdade, por experiência própria, que não guarde superstições, mas creia, primeiro nos resultados da sua experiência, poderá crer mais tarde na experiência alheia, por dedução lógica, não por sugestão de autoridade. Essa criança confiará em si e virá a ser *um homem* (PORTO-CARRERO, 1934, p 242 - meu grifo).

Sua proposta em recomendar aos mestres quais deviam ser os conteúdos e como a pedagogia devia ser executada estava intimamente relacionada às suas posições e pretensões políticas e, sobretudo, ao seu projeto de nação, fundamentado teoricamente pelos saberes da psicanálise.

O conceito de *pátria* e *nação* para Porto-Carrero encontra-se imbricado nos conceitos de raça e sexualidade como veremos adiante, assim, o que ele chama por nação Pan-americana se remete a aspiração de que um dia todos os povos latino-americanos

poderão reunir-se, juntar-se para celebrar uma nova nação, pois eliminando os intrincados tabus, superstições e fantasias oriundas dos nativos que aqui viviam e dos africanos que para cá foram trazidos, veremos a possibilidade das transformações dos hábitos e dos comportamentos, repassando por meio da educação moral e sexual os bons costumes aos nossos descendentes, podendo ser transmitidos pela hereditariedade.

Sobre os “verdadeiros sentimentos sexuais” citados pelo autor, não há dúvidas de que se trata da heterossexualidade, pois associada às plantas e seu processo de fecundação, remetem-se a ideia de procriação e a organização familiar como fruto proveniente das relações heterossexuais e sexualmente legitimadas. Além disto, o complexo de castração que podem as crianças sofrer em detrimento de uma educação incapaz de orientá-las e conduzi-las no que tange aos assuntos da educação sexual é o mesmo complexo que busca explicar em partes, a origem da homossexualidade e outros desvios sexuais.

Porto-Carrero ao estudar as teorias freudianas elaborou um complexo imaginário acerca da sexualidade, e integrou seu imaginário a seus textos e discursos científicos, percebendo a infância como arena de combate aos sintomas de desvios psicológicos e afetivos na vida adulta. Trata-se de um autor pouco fiel com relação ao pensamento de Freud, e sim de um ativista pelas causas eugênicas e que viu nas estruturas da psicanálise possibilidades de efetivação de um plano maior para salvaguardar a pátria brasileira, e porque não, futuramente, latino-americana.

3.4 Raça, sexualidade e nação em Porto-Carrero

A preocupação com a sexualidade infantil das crianças brasileiras emerge em um quadro mais amplo nas pretensões de Porto-Carrero ao querer ele propagar a ciência de Freud. A sexualidade está associada à raça, porém trata-se de um ideário de raça não necessariamente centrado em preocupações fisiológicas, como as características dos olhos, cor da pele ou estatura, mas sim, em seu aspecto cognitivo, afetivo e comportamental, o que levaria a superioridade da nação, inicialmente da nação brasileira e posteriormente, da nação latino-americana, é o que acrescenta o autor ao expor seu projeto bolivariano, diga-se de passagem.

A governamentalidade³³ com a sexualidade das crianças tinha como intuito “que os esforços reunidos, pudessem derivar um Brasil melhor, pela instrução – eis o nosso ideal; não é tudo: que o Brasil futuro, maior pela instrução, celebre os nossos esforços – eis o que nos impõe, tirânico o inconsciente” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 67).

As preocupações com o futuro da nação e com a educação sexual - objeto da causa que mobilizava as intenções científicas - apareciam como argumentos indissociáveis de uma mesma pretensão política tanto nos discursos dos médicos eugenistas, quanto nos textos do psicanalista. No entanto, sabiam tais diligentes que esta não seria tarefa fácil, e declara o autor em entrevista ao jornal “O Imparcial” em 1928:

[...] Mas o problema é muito complexo. A sua solução exigiria verdadeira revolução social. Ao lado do combate de todas as causas de diminuição da resistência orgânica – infecções e intoxicações – seria necessário lutar contra as causas de exaltação e desvio de afetividade, que além daquelas, são principalmente as que dependem da imprópria organização da família e as que envolvem a educação, nos seus vários aspectos, mas principalmente a educação sexual (PORTO-CARRERO, 1934, p. 77).

A “Revolução Social” mencionada por Porto-Carrero está associada a uma transformação coletiva e de ordem política, passando por cada lar, por cada instituição de ensino, vulgarizando a psicanálise como instrumento de orientação e saber, lutando contra os desvios afetivos e os comportamentos considerados impróprios. Era importante nesta empreitada que cada família se estruturasse adequadamente, mantendo uma organização capaz de proporcionar aos seus filhos os valores e as orientações de uma boa educação moral e sexual.

A construção psicanalítica da sexualidade infantil a partir das etapas do desenvolvimento psicosssexual, das futuras e possíveis neuroses e perversões provenientes de uma educação sexual sem os devidos cuidados, conquistou notoriedade no Brasil num contexto marcado pelos ideais de regeneração racial eugênico e também pelos (ideais) do processo de institucionalização da infância, o que garantiu que assim como na Europa, pudessemos nos nortear por esses saberes, eliminando os vícios, as perversões sexuais,

³³Poder sobre a vida, isto é, as formas de exercício do poder que surgem do umbral biológico da Modernidade, ou seja, desde o momento em que homem como animal vivente adquire uma existência política, quando a vida biologicamente considerada converte-se no verdadeiro objeto de governo.

gerando filhos e cidadãos saudáveis para a pátria-mãe³⁴, construindo juntos o império da boa ordem e da heterossexualidade. A medicina das perversões e os ideais da eugenia foram, na tecnologia do sexo e da sexualidade, as grandes inovações do início do século XX.

A popularização destes conhecimentos se fazia preciso neste momento, alertando pais, médicos e educadores para contribuírem com a arquitetura deste projeto social, o que exigia por parte destas instituições maior atenção em relação às instruções da educação sexual das crianças.

Já não se discute mais a questão da conveniência da instrução das crianças a respeito das coisas relativas ao sexo, pelos pais ou professores. Um pouco de reflexão basta para compreender que nenhuma criança se mantém ignorante a esse respeito, “inocente”, até a puberdade; e que os companheiros, colegas e fâmulos se encarregam bem cedo dessa instrução, mas sem nenhuma honestidade, antes sob um ponto de vista obscuro e com indução frequente para os vícios.

A questão de saber quem deva fazer a instrução, se os pais, se os mestres, merece apenas esta resposta: uns e outros há seu tempo.

Quanto, a saber, quando deva ser iniciada essa introdução, apenas pode responder: tão cedo quanto isso interesse à criança; e essa é a razão pela qual os pais devem iniciar a tarefa. Mais tarde, na escola, a propósito das lições de higiene e história natural, a professora dará, honestamente, sem escândalo, a última demão a obra (PORTO-CARRERO, 1934, p. 86).

Para o autor nenhuma criança é inocente em relação aos assuntos do sexo, mesmo antes de chegar à puberdade, através de conversas com os colegas e companheiros, as crianças se informavam a este respeito. Contudo, as maneiras pelas quais aprendiam sobre esses prazeres não contemplavam as recomendações precisas, podendo conduzi-las aos vícios e a inversão sexual. Encontrava-se com os pais e educadores a tarefa de educá-los sexualmente, por meio de instrumentos precisos relacionados à higiene e a história natural, poupando-lhes de qualquer escândalo a respeito do tema.

Muitos pais afirmavam que os filhos não demonstravam curiosidade em matéria de sexualidade. Neste caso, afirmava Porto-Carrero: “desconfiemos: serão crianças de sete ou

³⁴ Em muitos textos o autor reafirma a ideia de que a educação sexual deva ficar sob a responsabilidade do Estado Nacional e dos profissionais treinados e competentes em executá-la, um meio eficaz de garantir e colocar em prática tantos os saberes da psicanálise quanto à construção de seu projeto político.

mais anos de idade, que já sabem e por isso não perguntam e escondem o que sabem, pois que o aprenderam de fontes desonestas” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 87).

A técnica da confissão (Foucault, 2010) serviria como instrumento de poder, fazendo com que as crianças dissessem o que sabiam sobre os assuntos do sexo, e a partir daí uma série de discursos passariam a intervir nestes saberes, orientando e alertando sobre os perigos dos prazeres quando esquivos de uma ordem dada como “normal”. Era preciso curá-las.

(...) Os pais devem, portanto, vigiar, espiar, chegar pé ante pé, levantar cobertas, dormir ao lado [do filho]; mas, descoberto o mal, tem de fazer o médico intervir imediatamente para curá-lo.

Ora, essa cura só pode ser verdadeira e efetiva se o doente aceitá-la e participar. O doente tem de reconhecer o seu mal; tem de compreender as consequências dele; tem de aceitar o tratamento. Em suma, tem de confessar (FOUCAULT, 2010b, p. 218).

Alertava-se sobre os cuidados que os pais, a família e os educadores deveriam ter ao se apoderar dos discursos com o intuito de educar as crianças, lembrando que se fazia preciso o esclarecimento das dúvidas por parte dos filhos sobre o sexo, evitando qualquer arguição que levasse a um complexo de castração, pois o complexo de castração poderia gerar traumas, em alguns casos, “conduzindo a criança à homossexualidade” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 88), assim como “o carinho excessivo aos filhos do mesmo sexo pode gerar na criança uma inclinação homossexual, que pode dar como resultado perversões funestas ou, pelo menos, a timidez ou o horror ante os indivíduos do outro sexo” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 165).

Para os pais e/ou educadores que tivessem dúvidas sobre as maneiras como deveriam conduzir as crianças sexualmente, era recomendado “organizar ou traduzir pequenas publicações de vulgarização; fazer lições orais para os pais, difundir por todos os meios este acerto: sexualidade não é obscenidade” (PORTO-CARRERO, 1934, pp. 118-119) ou, se necessário, “a Liga Brasileira de Higiene Mental, que tem, entre outros, um serviço especial de psicanálise, dará com prazer conselhos e informações na sua sede, no antigo Pavilhão Argentino” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 169).

O interesse médico-psicanalítico por trás das instruções, segundo o autor, era a ampliação das teorias de Sigmund Freud - no caso, interpretado à luz do pensamento

brasileiro - estendendo-se pelos domínios da pedagogia, da glotologia, enveredando-se pelo domínio da lógica e da moral, enfim, transformando-se numa grande doutrina filosófica.

Era preciso vulgarizar os conhecimentos freudianos da evolução da sexualidade através das idades para toda sociedade, pois só “estariam aptos a educar quem conhecesse os intrincados choques de fenômenos que derivam do inconsciente infantil; e, no estado atual da ciência, só a psicanálise pode munir o educador dos elementos próprios à sua tarefa” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 208), portanto, “cabe à educação norteada pela psicanálise, criar, desde o berço, os novos cidadãos que hão de dar a nova coletividade uma forma mais perfeita, pela sublimação conveniente dos impulsos animais” (PORTO-CARRERO, 1934, p. 239).

Porto-Carrero, em seu texto *Profilaxia dos Males da Emoção*, apresentado durante a comunicação no 1º Congresso Latino-Americano de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, realizado em Buenos Aires (1928) destaca que a tarefa da psicanálise no Brasil é mais dificultosa, em detrimento do processo colonizador que sofremos, misturando as raças, e com isto, trazendo as nossas crianças o misticismo e os tabus das crenças africanas e a mentalidade pré-histórica de negros e indígenas. Tudo isto para ele, se mistura aos conflitos íntimos de nosso inconsciente ancestral, pois a longa evolução que permitiu os povos europeus se desenvolverem, rompendo seus tabus primitivos, proporcionando novas organizações políticas e sociais, não pode ser transmitida ao homem brasileiro, que foi obrigado a assimilar, ao mesmo tempo, a imprevidência, a impulsividade nativa e o contemplativismo dos selvagens autóctones ou importados.

A evolução lenta que permitiu aos indo-europeus a transformação gradual ou por breves crises dos seus vários tabus primitivos até as normas sociais políticas e religiosas da era do descobrimento, não podem ser transmitidas tal qual, na gênese dos nossos povos, que tiveram de assimilar ao mesmo tempo o fatalismo mouresco e a imprevidência, a impulsividade nativa e o contemplativismo dos selvagens autóctones ou importados.

Juntem-se a esses fatores vicerais os outros, ocasionais, das intoxicações e infecções degenerantes e veremos quão difícil é para a América Latina esse problema – a profilaxia dos males da emoção, que deve estar na base de todos os problemas pátrios. (PORTO-CARRERO, 1934, p. 274).

Desta forma, toda essa herança dos povos nativos e africanos entrou em conflito com a herança nórdica europeia, culminando nas ineficiências de nossa raça e dificuldade

de assimilação dos bons costumes. Entretanto, a causa não estava perdida e a educação moral e sexual se apresentava como formas corretivas destas ineficiências raciais. Em suma, as pressuposições lamarckistas da hereditariedade discutidas entre os eugenistas permeavam os saberes da psicanálise brasileira, fazendo-a de dispositivo clínico vinculado às intenções políticas e ideológicas vigentes.

A psicanálise não conseguiria como prelecionava os ideais eugênicos, dar conta da seleção de indivíduos regenerados e do clareamento da população nacional, porém, possuía instrumentos suficientes para intervenção de comportamentos no âmbito da sexualidade desde a mais tenra idade, contribuindo largamente para uma educação sexual que contemplasse os interesses da eugenia.

Fundamentada pelos saberes da psicanálise freudiana, a educação poderia corrigir os males e prevenir perversões da sexualidade da criança brasileira, marcada pela herança da miscigenação, da calorosa sexualidade dos trópicos e das tendências perigosas oriundas do caldeamento.

O discurso psicanalítico brasileiro dos anos 1920 possui peculiaridades e especificidades que se distinguem da psicanálise europeia e norte-americana, por trazer consigo preocupações históricas da formação do processo de colonização social e racial do povo brasileiro.

Por meio destes apontamentos, Porto-Carrero (1934) encerra seu texto, ressaltando:

Já que não é possível desfazer o caldeamento de raças de que se compõe o homem ibero-americano, a prevenção dos males apontados deve fazer-se, não obstante, tendo, principalmente, como núcleo, uma educação norteada no sentido de evitar a criança os traumas emotivos que ordinariamente servem de base futura a perversão sexual e a neurose.

Não se consegue isso fechando os olhos e recusando reconhecer a sexualidade infantil, nas suas modalidades ainda embrionárias, nebulosas. É preciso encará-la com seriedade, estudá-la e guiá-la.

O véu de mistérios que tem posto sobre as coisas relativas ao sexo tem-se estendido a tudo quanto longinquamente possa lembrá-las. Mas com elas se impõe pelos impulsos naturais que as apresentam, vivemos a tolerar-lhes as manifestações sob as formas simbólicas de representações várias.

Dispamos, aos poucos, desses símbolos, a nossa civilização. Falemos a verdade as crianças, depois de havermos reconhecido a natureza de seus impulsos, para sublimar estes em atividades úteis.

Preparemos os nossos filhos para a evolução social que caminha a passo gigante, pelo caminho violentamente aberto pelo Sovietismo. Reconheçamos que não sabemos educar os nossos filhos pequeninos e

entreguemo-los aos técnicos, desde cedo, como ora os entregamos aos oito anos: compreendamos que nessa idade já é tardia a educação, por já formado o caráter.

Depois de tudo isso, a campanha contra os males da infecção e da intoxicação será tarefa branda. E os Congressos futuros hão de reunir-se, não para discutir casos clínicos e normas de tratamento mais sim para declarar a melhora da nossa raça, a nossa superioridade na América e no mundo (PORTO-CARRERO, 1934, pp. 275-276).

Em suas considerações finais desta conferência o autor expressa as intenções intrínsecas entre o projeto eugênico nacional e o da psicanálise no Brasil, todas relativas à regeneração racial do homem brasileiro que, inserido numa cultura caldeada por diferentes raças, sabe as dificuldades de um projeto de branqueamento. Entretanto, por meio de uma educação moral e sexual seria possível corrigir as imperfeições, ou seja, os costumes e hábitos herdeiros de uma sexualidade perigosa desde a infância, evitando as futuras perversões, traumas e neuroses que colocariam em xeque a imagem da raça nacional.

A educação sexual a partir dos fundamentos psicanalíticos se mostrava apta a combater esses vícios e sua atuação se fazia necessária desde a mais tenra idade nas crianças. O conhecimento dos impulsos naturais e a domesticação do instinto através de pedagogias da educação do corpo tornariam esses corpos dóceis e preparados para uma orientação sexual sem vícios e complacentes com um projeto de nação regenerada, livre das doenças, das neuroses, dos traumas e da inversão.

Com os progressos da sociedade brasileira por meio da educação, a miscigenação brasileira não se apresentaria mais como fator agravante e inferior em detrimento dos tipos caucasianos europeus e norte-americanos, e sim como um tipo étnico único e exclusivamente nacional. Colocar em prática os ideais que regiam os pensamentos desta educação, pautados pelos princípios da psicanálise, proporcionaria aos futuros congressos, seminários e reuniões entre especialistas, não mais a tarefa de discutir as campanhas pelos males da infecção, intoxicação e dos tratamentos clínicos, mas, sim, a melhora da raça brasileira e sua superioridade na América. Portanto, não há dúvidas de que as teorias da hereditariedade soavam mais lógicas e racionais do que os processos psicodinâmicos.

Embora Porto-Carrero não desista da teoria degenerativa, ele valoriza também a teoria da sexualidade em Freud, ou melhor, intersecciona explicações de fundamentos

patógenos com aqueles de gênero psíquicos, fazendo recair sobre a sexualidade infantil toda uma preocupação interventiva em nome do progresso.

O pensamento do autor é demasiadamente complexo. Ao aproximar-se das ideologias de esquerda, ele propõe que a educação não se limite a construir nas crianças uma ideia de pertencimento patriótico a partir de pressupostos territoriais geográficos, linguísticos ou étnicos, pois esta compreensão reducionista de pátria deveria ser substituída, por limitar nosso contato com outros povos e culturas, muitas vezes incitando a xenofobia. Para Carrero deveríamos educar nossas crianças para o comunitarismo, para o comunismo.

O que faz de uma cultura superior ou inferior à outra, segundo o autor são os misticismos, as superstições e os tabus que uma cultura e uma sociedade carregam, o que legitima sua argumentação ao considerar indígenas e africanos como povos inferiores quando comparados aos povos “civilizados”, no caso, os europeus.

Contudo, ao hierarquizar as culturas e determinar seu grau de evolução com base em critérios psicanalíticos, como os malefícios dos tabus, das fantasias e das superstições para o desenvolvimento psicosexual humano, o autor acaba se esquecendo de que a própria psicanálise e suas análises se configuraram sobre mitologias e simbolismos, se apropriando de toda uma conjunção figurada para explicar os complexos, as neuroses e as expressões da sexualidade humana.

Ao buscar diferenciar-se das políticas eugênicas racistas e intolerantes que emergiam em seu tempo, Porto-Carrero acaba por outros meandros reafirmando a inferioridade dos negros e dos indígenas por meio de critérios culturais. Nas tentativas de distanciar-se de posturas ideológicas marcadas pela ideologia capitalista ou nacional socialista (nazista e fascista), ele mostra o espectro de um pensamento da esquerda intolerante dos anos 1920 que percebe na legitimação de um saber científico - a psicanálise - uma forma de apropriação de discurso que possa permear nas políticas de Estado, promovendo seus efeitos reguladores e branqueadores culturais, afinal, qual o interesse em vulgarizar este saber entre pais e mestres e inseri-lo nas instituições da educação no Brasil?

Porto-Carrero buscava, sob o prisma das ciências da natureza, seu estilo de objetividade e, por meio de seus métodos analíticos, seus esquemas de análises, emprestando da física e da química modelos de saberes orgânicos e evolucionistas em interface com as interferências do meio social sobre o indivíduo.

3.5 Contestações e resistências aos discursos freudianos

No Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, recorte temporal em destaque nesta pesquisa, constatou-se que houvera por parte de alguns personagens e estudiosos manifestações de resistência com relação aos discursos e análises psicanalíticas freudianas sobre a sexualidade infantil, porém, eram minoria e não conquistaram notoriedade e espaços privilegiados nos embates científicos, podendo suas reações ser consideradas como um discurso a favor do retrocesso e do atraso nacional, comprometendo a regeneração racial da nação a qual tanto se almejava na época.

Renato Jardim, em sua tese de doutoramento *Psychanalyse e Educação: resumo comentado da doutrina de Freud e crítica da sua aplicabilidade à Educação*, defendida em 1931, na cidade do Rio de Janeiro, descreveu:

O psicanalista, porém, encara <<o complexo>> - de uma natureza sexual – como de alguma coisa encravada nos refolhos da alma (...) daí arranca-se, e, diga-se, como alguma coisa que fatalmente tem que se produzir, e que existir, na alma de todo o ser humano (JARDIM, 1931, p. 182).

Jardim (1931) comenta sobre os perigos dos discursos psicanalíticos e ressalta que este conhecimento fundamentado nas ciências da natureza tem a pretensão de explicar tudo como origem ou causa dos complexos.

As adenoides, os germes intestinais, os fatores anemísantes de toda espécie, a insuficiência alimentar, deficiências de glândulas ou quaisquer deficiências orgânicas, tudo, desaparecerá como causa de perturbação ou insuficiência mental do educando, para só dar lugar aos complexos. É de imaginar que para a higiene mental da criança constituirá esse processo de exorcismo, esse combate aos demônios da pfister, que no tratamento de nervos – e não o negam os psicanalistas – já tem levado adultos ao suicídio (JARDIM, 1931, p. 188).

Para o autor, as pretensões dos psicanalistas com uma educação sexual e o cuidado da legitimidade desta ciência eram incoerentes, pois pediam que somente médicos psicanalistas oferecessem o tratamento e o método de cura aos pacientes, vedando o conhecimento aos leigos, incluindo médicos que não se dedicaram aos estudos e técnicas do assunto. Contudo, esses mesmos psicanalistas, na paixão pela doutrina, quase que religiosa

em relação à devoção pelo mestre de Viena, pregava a adoção urgente da psicanálise por parte de pais e educadores na educação, corrigindo a moral e os prazeres sexuais das crianças.

Assim como Jardim (1931) outras manifestações contra a psicanálise deste período podem ser verificadas a partir da narrativa de personagens como o Dr. Fausto Guerner e também do religioso católico Alceu Amoroso Lima, qual frequentemente usava o pseudônimo Tristão de Athayde para publicar suas crônicas.

A estudiosa da história da psicanálise Carmem Valladares de Oliveira (2005) buscou nos arquivos paulistas de higiene mental e nas crônicas literárias publicadas no carioca “O Jornal” discursos que confrontavam os ensinamentos e as teorias de Sigmund Freud sobre a sexualidade infantil.

Sobre esta questão, destacou Alceu Lima (Tristão de Athayde) ao jornal:

Nenhum pensador contemporâneo ousou expor, com tanta audácia, as teorias mais repugnantes ao que havia de mais delicado, de mais intangível na alma dos homens: a pureza do sentimento filial e o respeito pela inocência infantil. Freud ousou. (OLIVEIRA, 2005, p. 106 apud LIMA, 1966).

A opinião de Alceu traduzia de acordo com Oliveira (2005) a posição da igreja católica sobre a psicanálise na década de 1920, que nesta época “desencadeava uma forte reação ao freudismo, ao mesmo tempo em que proclamava a psicanálise como símbolo da degradação dos valores da sociedade ocidental e em particular da família cristã” (Oliveira, 2005, p. 106). Neste embate, trata-se de divergências acerca de uma moral religiosa e de uma moral científica, esta última discutida entre precursores do movimento psicanalítico nacional.

No acesso a entrevista de Oscar Resende Lima, psicanalista do IPA, concedida em 1990 ao projeto de memória da SBPSP, a historiadora (2005) transcreve a fala do autor destacando a pressão e as dificuldades que ele encontrou para ter acesso às leituras de Freud, tendo em vista que sua família era demasiadamente religiosa e consultavam membros do clero diante a manifestação de interesses por livros daquele gênero.

É interessante perceber como as reações e críticas aos discursos psicanalíticos partiam de diferentes lugares, como de instituições religiosas ou propriamente científicos,

como destacou Jardim (1931) em reconhecer a psicanálise como uma espécie de ciência autônoma que emergia da psicologia e legitimava-se no domínio da universalidade dos objetos de conhecimento.

Independente das instituições que faziam circular esses enunciados, fossem eles contrários ou favoráveis à ciência psicanalítica, o fato é que a sexualidade infantil encontrava-se em destaque e a criança e seus prazeres era tida como objeto de investigação, análise e moralização.

O medo de uma sexualidade transgressora, incompatível com os ideais propostos para uma regeneração do homem brasileiro fez da psicanálise no Brasil dos anos 1920-30 um instrumento de poder elementar no combate às formas de relações afetivas e sexuais que rompessem as fronteiras etárias e da heterossexualidade, servindo como engrenagem do aparelho eugênico, binário e heteronormativo.

Não apenas a heterossexualidade se tornaria compulsoriamente natural, mas também o estabelecimento das relações sexuais, dos casamentos e da faixa etária entre os parceiros. A relação entre homens mais velhos e garotas pré-púberes, assim como o envolvimento entre os próprios adolescentes tornou-se questionável, uma vez que a constituição da família exigia maturidade intelectual, psicológica e financeira para gerar proles saudáveis e bem educadas para a nação brasileira.

A homossexualidade era um tipo de perigo pairante, geradora de perversões e neuroses e, a boa educação moral da sexualidade uma frente de combate a estas causas. Uma família constituída por pessoas incapazes e despreparadas em batalhar contra o fantasma da sexualidade infantil, estaria deixando os filhos em evidência para os desejos de práticas nefastas como a precocidade sexual, a masturbação e a homossexualidade. Os pequenos investigadores do sexo se tornariam o perigo do progresso republicano nacional e a sexualidade o fantasma que assombrava o imaginário do mundo adulto.

Tornou-se preciso colonizar os afetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer uma escrita que busque em seus objetivos apresentar-se como *conclusão* ou mesmo *considerações finais* não é tarefa fácil, pois sei a quantidade de hiatos que permeiam minhas ideias e esta narrativa, assombrando a escrita, me levando a refletir os caminhos que escolhi para apresentar ao leitor este trabalho científico.

São inumeráveis as possibilidades para se construir as *considerações finais*, optei, portanto, em discuti-las, levantando questões que foram aparecendo com a escrita de cada capítulo.

No primeiro capítulo, o manual intitulado “Palestras com os moços”, um breve manual de educação sexual vulgarizado entre crianças, adolescentes e jovens no início do século XX, nos coloca em questão a urgência de um governo sobre a sexualidade infanto-juvenil, da elaboração por parte das ciências médicas em contribuir com uma pedagogia do corpo, e ao me remeter ao corpo também me refiro à sexualidade e aos desejos sexuais neles inscritos.

É curioso como a sexualidade infantil é percebida pelos médicos como perigosa, contudo não é um perigo tal como a igreja concebia, pois não se tratava de justificar a imposição disciplinar a partir de noções maniqueístas como bem ou mal, céu ou inferno, Deus ou diabo. A sexualidade dos anjos emergia enquanto um perigo do ponto de vista biopolítico, pois afrontava as medidas higienistas que estavam em execução nos centros urbanos, medidas inclusive revestidas por políticas públicas dos governos vigentes. A sexualidade também colocava em xeque a descendência, o futuro promissor de uma nação recém-proclamada republicana, que esperanças pelas ideias e pelas aspirações científicas europeias, também buscavam, assim como eles, a consolidação de uma raça pura, forte, e de uma sociedade eugênica.

Desta forma, médicos e especialistas de outras áreas, como os educadores sentiram-se parte deste grande projeto, que almejava num quadro mais amplo, contribuir para a formação da raça e da nação brasileira, por isso, o interesse em vulgarizar cursos, palestras, elaborar manuais de educação sexual e propagá-los dentro de institutos educacionais, como também de ensinar aos pais os males e a degenerescência dos jogos dos prazeres.

A medicina buscava por meio de suas tecnologias disciplinares do sexo regulamentar a sexualidade, constituindo uma espécie de moral científica, de mecanismos prescritivos que inscreviam nos comportamentos uma série de valores, estes valores encontravam-se numa escala econômica, pois os efeitos de determinadas ações ou erros praticados pelas crianças correspondia a uma degenerescência biológica no organismo de cada sujeito, cada uma a seu nível e prejuízo. Sexualidade e organismo foram assimilados enquanto unos, representavam o fracasso e o sucesso de cada um, a própria largura dos ombros, o porte físico, a altura entre outras características revelavam aqueles que cumpriram ou não as prescrições de uma ética do uso dos prazeres.

Também cabiam aos pais vigiarem seus filhos sobre os assuntos do sexo e agirem eticamente com relação às recomendações clínicas e pedagógicas. O perigo da criança masturbadora os preocupava, já que sabiam os males provenientes dessa ação. Foi somente com a chegada da psicanálise que a gênese dos males foi “descoberta” e todo cuidado recaiu sobre as crianças pequenas, pois a ameaça deixou de se ater ao organismo e passou a assombrar a psique, buscando explicar o alcoolismo, a dependência química, a perversão, a homossexualidade, etc.

As noções morais de toda uma *scientia sexualis* se integraram aos estudos psicanalíticos, definindo os parâmetros dentro dos quais se operaram os regimes de condutas e a inclusão daquilo que era considerado normal ou anormal. A psicanálise brasileira recorreu ao aporte da psiquiatria, que desde o final do século XIX criara toda uma terminologia e uma patologização das diferenças no se refere às práticas sexuais. A confissão não se limitou ao confessor religioso, mas cedeu lugar à família, as escolas, aos hospitais e também ao divã, por isso, a preocupação em fazer as crianças falarem sobre o sexo e o sobre o que sabem do assunto.

As relações entre cultura e natureza ocuparam destaque e a atenção entre os profissionais da saúde e da educação, a documentação acessada nos apresenta esta forte relação que marca os textos dos autores. As discussões em torno da eugenia evidenciam as perspectivas teóricas e os atritos entre essa relação (cultura x biologia), perspectivas e atritos, inclusive, que permearam o olhar de Júlio Pires Porto-Carrero, levando-o a depositar nos saberes da psicanálise seu imaginário da sexualidade infantil brasileira, marcada por uma cultura caldeada de um primitivismo dos nativos que aqui se encontravam

e do misticismo dos negros africanos que para cá foram trazidos. Em nome de uma urgência biológica e histórica que se justificou os racismos oficiais então iminentes, dos quais eram fundamentados como verdades.

A intersecção entre raça e sexualidade já remontavam as discussões eugênicas e dos pioneiros da psicanálise no Brasil do século XX, recordemos os discursos dos médicos eugenistas durante a fala de abertura da Sociedade Eugênica de São Paulo e no I Congresso Brasileiro de Eugenia, que para garantir o ideal de regeneração racial de nosso povo, acreditou ser necessária toda uma campanha de fiscalização da sexualidade infantil, assim como na educação moral e dos hábitos e costumes relativos à educação sexual. Através da regulamentação e disciplina do corpo sexuado atingiríamos o progresso desejado, daí a necessidade em estabelecer uma idade mínima para os casamentos, tornar inteligível o discurso biológico do desenvolvimento do corpo humano e do desenvolvimento psicosssexual de meninos e meninas.

Imersa em um contexto sociocultural permeabilizado por discussões e pretensões políticas que almejavam na raça um ideal de pureza, Porto-Carrero enquanto médico psiquiatra não viu outra saída que não se apropriar da psicanálise e suas terminologias, e empregá-las em suas conferências, cumprindo um ideário e uma agenda eugenista. Também cabe destacar que o autor ao não se identificar com o liberalismo burguês republicano, quais muitos médicos eugenistas apoiavam, ele esquivou-se de um discurso fatalista eugênico que conferia pela tonalidade da pele e características físicas a inaptidão e fragilidade racial da espécie, mas ao mesmo tempo, ao perceber nas desigualdades sociais e culturais do Brasil os mecanismos de prejuízo psíquico e intelectual, reafirmou a superioridade étnica caucasiana em detrimento dos outros povos, quando arguiu sobre os males das culturas que contribuíram para a constituição cultural da nossa sociedade.

Porto-Carrero vai além ao buscar nos refolhos da alma das crianças as origens dos complexos, das perversões e neuroses, e percebe a infância como um meio passivo sobre o qual se inscreve significados culturais, por isso, intervir quando preciso e educar sem recalcar, evitando o desabrochar dos males no futuro. O propagador das teorias freudianas no Brasil também se dedicou na manutenção de um aparelho psíquico heteronormativo, pois ao conceber a homossexualidade como uma espécie de patologia, ele elabora uma série

de reflexões e explicações psicanalíticas para evitar a criação de meninas e meninos homossexuais, impedindo um maior número de degenerados e tarados sexuais.

Podemos refletir a partir desses estudos e da história da sexualidade de que houve, como argumenta Foucault (2010) grandes procedimentos para se produzir a verdade do sexo. O ocidente praticou, sem dúvidas, uma *scientia sexualis*, buscando na verdade do sexo procedimentos que se ordenam, em detrimento de uma forma de poder-saber que é a confissão.

A confissão permanece nos dias de hoje como uma espécie de matriz que rege toda uma produção do discurso da verdade sobre o sexo, mas ao contrário da noção de confessionalismo religioso, estritamente marcada pelos dogmas e tradições de um poder pastoral, o que percebemos é toda uma aparelhagem tecnológica que permitiu que as ciências fizessem usos destas técnicas.

Toda essa vontade de saber relativa ao sexo, e que caracteriza o Ocidente moderno, em especial e objeto desta pesquisa, do Brasil moderno, podem ser verificadas nas atas, textos e transcrições de falas utilizadas enquanto *corpus documental*, nos permitindo perceber o funcionamento dos rituais de confissão nos esquemas de regularidades científica.

E para finalizar, retomo as elaborações de Michel Foucault, em seu primeiro volume da *História da Sexualidade: a vontade de saber*, sobre a maneira que se chegou a constituir essa imensa e tradicional extorsão da confissão sexual em suas variáveis formas científicas, podendo elas ser *através de uma codificação clínica do “fazer falar”*³⁵; *através do postulado de uma causalidade geral e difusa*³⁶; *por meio do princípio de uma latência intrínseca à sexualidade*³⁷; *através do método da interpretação*³⁸, e da *medicalização dos efeitos da confissão*³⁹.

³⁵ É a combinação da confissão com o exame, a narrativa de si com o desenvolver de uma conjuntura de sinais e sintomas decifráveis; como destaca Foucault, o interrogatório cerrado, a hipnose com a evocação das lembranças, as associações livres. Estes meios servem para reinscrever o procedimento da confissão em um campo de observação científica.

³⁶ O dever em se dizer tudo e interrogar tudo se fundamentará no princípio de que o sexo é composto de um poder causal inesgotável e polimorfo. “Dos maus hábitos das crianças às tísicas dos adultos, às apoplexias dos velhos, às doenças nervosas e as degenerescências da raça, a medicina de então teceu toda uma rede de causalidade sexual” (Foucault, 2010, p.75).

³⁷ Desvelar a verdade do sexo através da confissão, pois o funcionamento do sexo é obscuro, porque escapar faz parte de sua natureza e sua energia, porque seu poder de causalidade é em parte clandestino. O princípio de latência possibilita a articulação e coerção de uma difícil confissão a uma prática científica. Torna-se necessário arrancá-la à força, uma vez que ela se oculta, se esconde.

Todas essas técnicas e suas complexidades de aplicações e elaborações demonstram como a sexualidade infantil passou a se integrar no interior de um regime terapêutico, prevenindo as patologias e os prejuízos psíquicos destas anomalias sexuais na idade adulta.

Confessar para poder curar, fazer falar sobre o sexo e em seguida agir diante as enfermidades que sucumbem à saúde física e mental, essas ações colocaram o corpo da criança em operação numa maquinaria que o submeteu a um regime de obediência e docilidade, domesticando-o com a finalidade não apenas de estilizar os gestos e as condutas, mas, sobretudo, de governar o sexo e as práticas sexuais, uma vez que as potencialidades do desejo não obedecem à ordem de uma cultura heterossexual compulsória e desafia as margens que circunscrevem as noções de normalidade e anormalidade nos prazeres sexuais.

³⁸ O exercício da produção da verdade, enquanto objeto da ciência exige que a confissão passe por essa relação. A verdade não se integra unicamente a confissão do sujeito, ela também se constitui em uma dupla tarefa, como descreve Foucault: “presente, porém incompleta e cega em relação a si própria, naquela que fala, só podendo completar-se naquele que a escolhe. A este incumbe a tarefa de dizer a verdade dessa obscura verdade: é preciso duplicar a revelação da confissão pela decifração daquilo que ela diz” (Foucault, 2010, p.76).

³⁹ Neste processo a obtenção da confissão, assim como seus efeitos é recodificada na forma de operações terapêuticas. O que significa que o domínio do sexo será colocado no regime do normal e do patológico. A sexualidade aparece como um campo de alta fragilidade patológica, uma espécie de superfície de repercussão para outras doenças.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS VISITADOS

Museu Nacional – Rio de Janeiro

Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de São Paulo- São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp – São Paulo.

FONTES DOCUMENTAIS

Actas e Trabalhos. *I Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929.

Annaes de Eugénia. Edição da Revista do Brasil. São Paulo, 1919.

AUSTRAGÉSILO, A. *As forças curativas do espírito*. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1926.

_____. *Psiconeuroses e Sexualidade*. Editora Leite Ribeiro&Maurillo, Rio de Janeiro, 1919.

PORTO-CARRERO, J.P. *Ensaio de Psicanálise*. Editora Flores&Mano, 1934.

ROXO, Henrique. *Psicanálise e outros estudos*. Editora Conxson, Rio de Janeiro, 1933.

SPERRY, Lyman B. *Palestras com os moços (Confidenciaes)*. Rio de Janeiro, 1916.

FONTES IMPRESSAS CONSULTADAS

ABRÃO, Jorge. Luís. Ferreira. As origens da Psicanálise de Crianças no Brasil: Entre a Educação e a Medicina. *Revista Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 14, n. 3, pp. 423-432, jul./set. 2009.

ALBUQUERQUE, J. Prophylaxia das perversões sexuaes. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, v.3, n. 10, nov.1935.

AUSTREGÉSILO, A. Consequências da falta de educação sexual. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, jan. 1934.

MENDONÇA, Y. A educação sexual nos lares. *Boletim de Educação Sexual*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, jan. 1935.

PERESTELLO, Marialzira. Primeiros encontros com a psicanálise no Brasil (1899-1937). *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 35(4);195-204. Rio de Janeiro, 1986.

TESES E DISSERTAÇÕES

FINAMORI, Sabrina Deise. *O gênero e a espécie: paternidade e sexualidade nas décadas de 1920 a 1940*. 166p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, Campinas, SP, 2006.

JARDIM, Renato. *Psychanalyse e Educação: resumo comentado da doutrina de Freud e crítica da sua aplicabilidade à Educação*. 132p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1931.

MONTELEONE, Pedro. *Os cinco problemas da eugenia brasileira*. 161p. Tese (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1929.

NUNES, Fernandes Viriato. *As perversões sexuais em medicina legal*. 47p. Tese (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina de São Paulo. São Paulo, 1928.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de higiene Mental (1920-1930)*. 353p. Dissertação (Mestrado em História) IFCH – Unicamp. Campinas, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BIRMAN, Joel (org.) *Percursos na história da psicanálise*. Timbre Taurus, Rio de Janeiro, 1988.

BRANDÃO, Raul. *As ilhas desconhecidas: notas e paisagens*. Lisboa: Frenesi, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. *Sexualidade(s) e infância (s): a sexualidade como um tema transversal*. São Paulo: Moderna; Campinas (SP): Editora da Universidade de Campinas, 1999.

- CARRARA, Sérgio. *Estratégias Anti-Coloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil entre-guerras*. In HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CECARELLI, Paulo Roberto. *A invenção da homossexualidade*. In Quinet, Antonio e JORGE, Marcos Antonio Coutinho (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel editora, 1990.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2004.
- _____. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1980.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?*. Rio de Janeiro: editora 34, 1992.
- DRESCHER, Jack. *A História da homossexualidade e a psicanálise organizada*. In Quinet, Antonio e JORGE, Marcos Antonio Coutinho (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo, Edusp, 1º ed.1859/1980.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias, RUSSO, Jane, VENANCIO, Ana Teresa A. (orgs.) *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa, Estampa, 1992.
- FARIA, Sheila de Castro. *Viver e morrer no Brasil colônia*. São Paulo: Moderna, 1999.
- FONSECA, Joaquim Moreira de. *Casamento e Eugenia*. In I Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929, p. 299-303.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2010a.
- _____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.
- _____. *Os anormais: curso no Collège de France*. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.
- _____. *Arqueologia do Saber*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.
- _____. *Ditos e escritos, volume V: ética. Sexualidade. Política*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.
- _____. *Microfísica do Poder*. 25ª. ed. São Paulo: Graal, 2012c.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. VII.
- GALLO, Sílvio. *Deleuze & a Educação*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo, Companhia das letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.
- JORGE, Marco Antônio Coutinho. *O real e o Sexual: do inominável ao pré-conceito*. In Quinet, Antonio e JORGE, Marcos Antonio Coutinho (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Ediciones Cátedra, S.A., 1994.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. [Lisboa]: Estampa, 1994.

- LOPES, Eliane Teixeira e FARIA Filho, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*. 4ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*; Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- LUZ, Madel, Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MAELE, Marti Van. *La grande dance macabre des vifs*. França, 1905. Disponíveis em: http://commons.wikimedia.org/wiki/Category:La_Grande_Danse_macabre_des_vifs.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados a família no Brasil*. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- MIELI, Paola. *Uma nota sobre a diferenciação estrutural freudiana entre neurose e perversão*. In Quinet, Antonio e JORGE, Marcos Antonio Coutinho (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MISKOLCI, Richard e PELÚCIO Larissa (orgs). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2012.
- MOKREJS, Elisabete. *A Psicanálise no Brasil – As origens do pensamento psicanalítico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- _____. *Psicanálise e Educação – Júlio Pires Porto-Carrero e a pedagogia eugênica na década de 1930 no Brasil*. In *Revista Faculdade de Educação de São Paulo* 15(1): 5-118, jan/jun.1989
- MORAES Deodato de. *A Psycanalyse na Educação*: Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia Editores, 1927.
- MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

- NUNES, Sílvia Alexim. *Da medicina social à psicanálise*. In Birman, J. (Org.). Percursos na história da psicanálise. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1988.
- OLEGÁRIO, José. *Annaes de Eugenia*. São Paulo. Edição da Revista do Brasil, 1919, p.09.
- OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. *História da Psicanálise – São Paulo (1920-1969)* – São Paulo: Escuta, 2005.
- PAOLIELLO, Gilda. *A despatologização da homossexualidade*. In Quinet, Antonio e JORGE, Marcos Antonio Coutinho (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- PATLAGEAN, Eveline. *A história do imaginário*. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Jacques Revel. *A história nova*. 4^a.ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- PERESTELLO, Marialzira. *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro: suas origens e fundação*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- PEREIRA, Ivonete. *A Eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para (re) construir a pátria”* in *Infâncias Brasileiras: experiências e discursos*, Ed. Unioeste, 2009.
- PORTER, Roy, TEICH, Mikulas. *A história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
- PORTO CARRERO, Júlio Pires. *Psicanálise de uma civilização*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.
- PORTUGAL, Oswaldo. *Annaes de Eugenia*. São Paulo. Edição da Revista do Brasil, 1919, p. 223.
- QUINET, Antônio e JORGE, Marco Antônio Coutinho (orgs). *As homossexualidades na psicanálise: na história de sua despatologização*. – São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, Arthur. *Educação e psychanalyse*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (org). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3^a. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- ROCHA, Gilberto S. *Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

- ROQUETTE-Pinto, Edgar. *Ensaio de antropologia brasileira*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A Psicanálise à prova da homossexualidade*. In Quinet, Antonio e JORGE, Marcos Antonio Coutinho (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.
- RUSSO, Jane. *Júlio Pires Porto-Carrero: a psicanálise como instrumento civilizador*. In Duarte, Luiz Fernando Dias, Russo, Jane e Venâncio, Ana Tereza (orgs). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- SCHWARCZ, Lilian Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930* – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, G. P. *Educação sexual da criança*. Rio de Janeiro: Editora Mariza, 1934.
- SILVA, G. P. *Como se deve evitar o drama sexual dos nossos filhos*. Rio de Janeiro: Oscar Mano & Cia. Editores, 1939.
- SOLLER, Maria Angélica, MATOS, Maria Izilda. (orgs.) *O imaginário em debate*. São Paulo - 2ª.ed. editora: olho d'água, 1998.
- SOUZA, Edson Luiz André de. *Psicanálise e Colonização* (orgs.) Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história*. São Paulo, Ática, 1997.